



PLANO FORTALEZA 2040

SÍNTESE DAS PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS



Prefeitura de Fortaleza

PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA
ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA

VICE-PREFEITO DE FORTALEZA
GAUDENCIO GONÇALVES DE LUCENA

SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO
FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ MAIA FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PRISCO RODRIGUES BEZERRA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO
VICENTE FERRER AUGUSTO GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ
FRANCISCO JOSÉ VERAS DE ALBUQUERQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS
JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PHILIPPE THEÓPHILO NOTTINGHAM

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
JAIME CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARTINS BRECKENFELD

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA
SAMUEL ANTÔNIO SILVA DIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
JOÃO DE AGUIAR PUPO

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER
MÁRCIO EDUARDO E LIMA LOPES

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE
MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FORTALEZA
ERICK BENEVIDES DE VASCONCELOS

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
KARLO MEIRELES KARDOZO

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA
FRANCISCO GERALDO DE MAGELA LIMA FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA
ANTONIO GILVAN SILVA PAIVA

SECRETARIA REGIONAL I
FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA

SECRETARIA REGIONAL II
CLÁUDIO NELSON ARAÚJO BRANDÃO

SECRETARIA REGIONAL III
ALEXANDRINO MALVEIRA DIÓGENES

SECRETARIA REGIONAL IV
FRANCISCO WELLINGTON SABOIA VITORINO

SECRETARIA REGIONAL V
RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO

SECRETARIA REGIONAL VI
RENATO CÉSAR PEREIRA LIMA

SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO
RICARDO PEREIRA SALES

COORDENADORIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA
LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO FIGUEIREDO

COORDENADORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
JOÃO BATISTA ARRUDA PONTES

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
JULIANA MARA DE FREITAS SENA MOTA

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE
JÚLIO BRIZZI NETO

COORDENADORIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO DAS SECRETARIAS REGIONAIS
FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE

COORDENADORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS
PATRICIA MARIA ALENCAR MONTEIRO DE MACEDO

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE FORTALEZA
TARCÍSIO HAROLDO CAVALCANTE PEQUENO

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ
TANIA DE FÁTIMA GURGEL NOBRE

INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANDRÉ RAMOS SILVA

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA
EUDORO WALTER DE SANTANA

AUTARQUIA DE REGULARIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL
HOMERO CALS SILVA

AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA
MARCELO BORGES PINHEIRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
PAULO VENÍCIO MOREIRA DE PINHO

INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA
FRANCISCO WALTER FROTA DE PAIVA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA
FRANCISCO ARCELINO ARAÚJO LIMA

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
FERNANDO ROSSAS FREIRE

AUTARQUIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DE FORTALEZA
JOSÉ RONALDO ROCHA NOGUEIRA

EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA
FRANCISCO RENNYS AGUIAR FROTA

COMPANHIA DE TRANSPORTE COLETIVO
CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUSA

Ficha catalográfica

Revista Fortaleza 2040 / Prefeitura Municipal de Fortaleza. – V.7,
n.3, . – Fortaleza : IPLANFOR, 2016-
v. : il. Color. ; 21,5 cm

ISSN 2359-2621

1. Plano Fortaleza 2040 - Síntese das Proposições Estratégicas.
2 Planejamento Participativo. 3.Planejamento Urbano. I. IPLANFOR
(Instituto de Planejamento de Fortaleza).

CDD: 658.4

Edições IPLANFLOR
Série Fortaleza 2040

Editores

Lia Parente
Francisco Carlos Bezerra e Silva

Editor de Arte

A. Assaoka
Eduardo Aparício
Mariana Quezado

Redatores

Fausto Nilo
Francisco Carlos Bezerra e Silva
Lia Parente
Sergio Buarque

Revisão de Texto

Daniela Nogueira
Jéssica Nóbrega

Colaboradores

Antonio Filho
Fergus Gallas
Francisca Fava
João Paulo Costa
Mandy Bocádio
Melânia Alencar
Rachel Dourado
Rebecca Fontes

Fotógrafos

Kaio Machado
Marcos Moura
Mauri Melo
Nely Rosa
Queiroz Neto
Rubens Venâncio
Thiago Gaspar
PHLIS/PMF

Instituto de Planejamento de
Fortaleza - IPLANFOR

Superintendente

Eudoro Walter de Santana

Superintendente adjunto

Mário Fracalossi Júnior

Diretores

Ana Cláudia Teixeira
Conceição Cidrack
Jorge Washington Laffitte
Lia Parente
Luiza Perdigão

A **Coleção Fortaleza 2040**, editada pelo IPLANFOR, irá registrar as reflexões, estudos, fóruns e seminários, além de outros importantes registros do processo de planejamento da cidade (Plano Fortaleza 2040).
Jornalista Responsável:
Ademar Assaoka
Mtb: 17.150 SP

ÍNDICE

- 7 APRESENTAÇÃO**
- 9 A CIDADE QUE QUEREMOS**
- 11 PLANO FORTALEZA 2040**
- 14 EIXO 0 - EQUIDADE TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÔMICA**
- 24 EIXO I - CIDADE CONECTADA, ACESSÍVEL E JUSTA**
- 37 EIXO II - VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR**
- 47 EIXO III - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO**
- 59 EIXO IV - QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS**
- 75 EIXO V - DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA**
- 93 EIXO VI - GOVERNANÇA MUNICIPAL**
- 105 COLABORADORES**





APRESENTAÇÃO

Esta publicação foi elaborada com o objetivo de fornecer uma visão preliminar dos eixos, objetivos, linhas de ação e principais estratégias até então formuladas no âmbito do Plano Fortaleza 2040. Permitindo a devida análise, complementação ou mesmo coleta de propostas de correção de rumo, quando for o caso.

Dada a necessidade de dar destaque às estratégias voltadas à garantia do direito à vida e do direito à cidade, tão comprometidos pela grande desigualdade territorial, social e econômica de Fortaleza, foi introduzido o Eixo 0 – EQUIDADE TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÔMICA. Este eixo deverá reunir estratégias voltadas à redução da violência, acidentes e morte por doenças decorrentes de falta de saneamento e moradia digna.

Ao todo, foram tratadas 32 políticas públicas de forma participativa, ao longo de sete eixos de desenvolvimento do Plano, distribuídas da seguinte maneira:

Eixo 0 - Equidade Territorial, Social e Econômica

- Política de Habitação
- Política de Regularização Fundiária
- Política de Trabalho, Emprego e Renda
- Política de Segurança Cidadã e Cultura de Paz

EIXO 1 - Cidade Conectada, Acessível e Justa

- Política de Desenvolvimento Urbano
- Política de Mobilidade e Acessibilidade

EIXO 2 - Vida comunitária, Acolhimento e Bem-Estar

- Política de Saúde
- Política de Segurança Alimentar e Nutricional
- Política de Esporte e Lazer
- Política da Juventude
- Política de Combate a Drogas
- Política de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente

- Política de Direitos das Mulheres
- Política de Direitos do Idoso
- Política de Assistência Social
- Política de Direitos LGBT
- Política de Igualdade Racial
- Política de Direitos da Pessoa com Deficiência
- Política de Desenvolvimento de Cultura Cidadã

EIXO 3 - Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

- Política de Cultura e Patrimônio
- Política de Educação
- Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

EIXO 4 - Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

- Política de Meio Ambiente
- Política de Saneamento Ambiental
- Política de Segurança Hídrica
- Política de Energia

EIXO 5 – Dinâmica Econômica e Inclusão Produtiva

- Política de Desenvolvimento Econômico
- Política de Economia Criativa
- Política de Agricultura Urbana
- Política de Turismo

EIXO 6 – Governança Municipal

- Política de Integração Metropolitana
- Política de Governança Municipal

Após os ajustes decorrentes do processo de apreciação das estratégias propostas, por parte dos grupos de bairros, setores e governo, bem como do estudo de viabilidade econômico-financeira do conjunto de proposições, será produzido até junho de 2016, um conjunto preliminar de marcos legais para institucionalização do Plano Fortaleza 2040, no qual se inclui em um Plano Mestre Urbanístico, Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e Modelo de Governança do referido Plano.

Em seguida, entre junho e agosto de 2016, serão elaboradas e expostas à apreciação pública leis específicas para institucionalização do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, Plano de Regularização Fundiária, Plano de Mobilidade Urbana.



Por fim, entre junho e setembro de 2016, serão elaborados e submetidos à apreciação marcos legais específicos para o plano estratégico das demais políticas públicas relacionadas.



A CIDADE QUE QUEREMOS

Um dia Fortaleza poderá assegurar a habitabilidade de todos os seus cidadãos, de qualquer padrão de renda, faixa etária ou estilo de vida. Aqui, cerca de três milhões e meio de pessoas residirão de forma digna, em vizinhanças seguras, conectadas ao resto da Cidade e baseadas em habitações de custos acessíveis. Teremos fácil acesso ao Centro Urbano Reabilitado, onde sua herança cultural edificada será preservada e vivificada. Os lugares de natureza estarão convenientemente protegidos, as orlas limpas, as lagoas acessíveis e as demais centralidades serão reconhecidas como lugares de todos. Nesse futuro, os idosos serão em maior número e a Cidade se antecipará para dar-lhes o conforto merecido.

A 25 anos daqui, Fortaleza já haverá conhecido as formas preferíveis de produzir estruturas compartilháveis para habitação, comércio, indústria, serviços, instituições, lugares de entretenimento e esportes. Viajaremos muito menos, a Cidade terá reduzido sua motorização e os projetos de tráfego serão viáveis e sincronizados com a produção de novos estoques habitacionais. Um plano abrangente terá sido implementado de maneira gradativa e monitorado pela

própria população. As áreas de estação do transporte público serão identificáveis como *clusters* de empregos e focos de vizinhanças, com todas as facilidades típicas e acessíveis por uma caminhada máxima de cinco minutos. A essas melhorias deverão ser acrescentados os projetos de adaptação de assentamentos precários existentes, a eliminação gradativa das situações de riscos e das irregularidades fundiárias.

Fortaleza entenderá que as viabilidades econômicas e as parcerias construtivas entre setores públicos e privados serão eficientes, mas deverão ter seus propósitos e resultados compartilhados, de forma transparente, rigorosamente eficiente, justa, legal e legível a todos.

Na construção da Cidade Compacta e Sustentável, as parcerias para reurbanização serão prioritariamente dedicadas a construir habitações e usos mistos em Corredores de Urbanização Orientados pelo Transporte Público. Este padrão típico é coordenado com projetos de usos do solo e também demanda intervenções urbanas que envolverão propriedades locais situadas nas quadras adjacentes a cada corredor. Assim, a reurbanização produzirá alterações de valores

cujos resultados serão compartilhados entre o poder público, os proprietários e os empreendedores do incremento. A essa altura, a Cidade já terá observado a prática vencedora em cerca de 160 cidades do mundo e terá conquistado o clima de confiança indispensável ao êxito dessa mudança.

O sonho é viável e resume propostas que consideraram a história urbana, a atualidade e as tendências urbanas de Fortaleza, pautadas a partir de um inédito e abrangente trabalho de audiências públicas realizadas pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor). Os dados disponíveis, os textos existentes sobre o assunto, as teses acadêmicas, os relatórios urbanísticos já elaborados sobre a Cidade e todas as consequências dos planos urbanos que Fortaleza já elaborou foram determinantes na qualidade do resultado.

A elaboração do Plano Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040 é um processo aberto e participativo. Por decisão do prefeito, o plano tem sido conduzido com independência crítica.

Fausto Nilo
Arquiteto e Urbanista





PLANO FORTALEZA 2040

Visão de Futuro

Em 2040, Fortaleza será uma das melhores cidades do Brasil para viver e para empreender. Com boa qualidade de vida, economia competitiva e dinâmica, meio ambiente recuperado e conservado, bem arborizada, com equidade de acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana, serviços de saúde e educação de qualidade, forte redução da pobreza e distribuição mais equitativa de renda e das oportunidades econômicas, onde as pessoas circulam com conforto e segurança, com forma urbana compacta, dotada de corredores, espaços e equipamentos públicos que facilitem a acessibilidade, estimulem a conectividade e integração social, com vida comunitária fortalecida pela gentileza e cordialidade, valorizando a diversidade e diferentes identidades.

O Plano Fortaleza 2040

O Plano Fortaleza 2040 surgiu com o objetivo de dotar Fortaleza de um planejamento de longo prazo que oriente suas políticas públicas,

assegure a redução das desigualdades sócio-econômicas e garanta uma cidade melhor para toda a sua população.

Durante três anos, o projeto desenvolveu um conjunto de ações em três fases seqüenciadas:

- Fase 1 - **Fortaleza Hoje** – fase na qual foi realizado um diagnóstico participativo da situação atual de Fortaleza sistematizado no documento: Fortaleza Hoje.

- Fase 2 - **A Fortaleza que Queremos** – fase na qual foram propostas visões de futuro para distintas áreas, setores e temas que compõem a vida na cidade, bem como objetivos a perseguir na construção desse um futuro comum.

- Fase 3 - **Plano Estratégico** – fase na qual foram detalhadas as estratégias e um conjunto de ações para o alcance dos objetivos propostos.

Em todas as três fases o processo contou com a participação direta da população através da discussão em grupos de bairros ou territórios, fóruns, reuniões temáticas, oficinas e outros eventos onde a população expressou suas críticas e proposições.

Além das contribuições diretas da população o plano foi subsidiado por informações buscadas por dezenas de estudos, contribuições de diversas instituições que atuam de forma abrangente na cidade e também de dezenas de órgãos públicos das três esferas de governo.

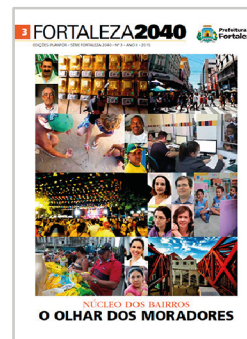
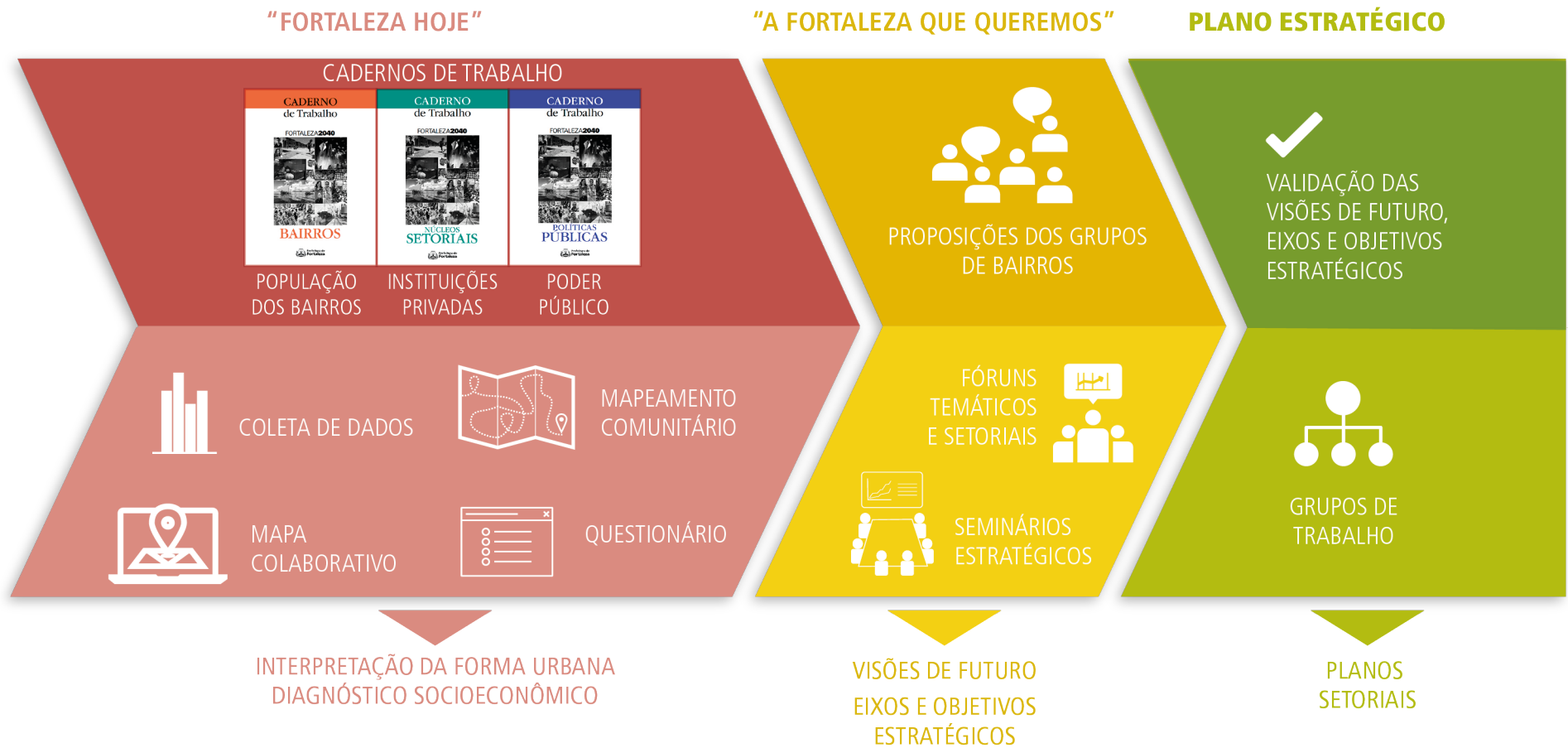
Como está estruturado

O Plano Fortaleza 2040 reúne um conjunto de 23 grandes objetivos agrupados em sete eixos estratégicos.

Cada eixo define as grandes prioridades e aponta os caminhos que devem ser adotados para o alcance da visão de futuro desejada. Os objetivos, por sua vez, indicam os principais resultados que devem ser alcançados para assegurar o futuro desejado.

Cada um dos objetivos desdobra-se em um conjunto de resultados esperados que definem um conjunto de ações estratégicas para o seu alcance. As ações, por sua vez, estão detalhadas em metas, prazos, responsabilidades, custos dentre outras informações, e compõem o conjunto de planos temáticos e setoriais.

FASES DO PROJETO



QUADRO RESUMO EIXOS E OBJETIVOS

E I X O S		O B J E T I V O S			
0	Equidade territorial, social e econômica	Comunidades valorizadas e integradas à sociabilidade urbana	Atividades promotoras de inclusão produtiva dinamizadas	Cultura de paz e segurança cidadã	Oportunidades de emprego e renda distribuídas no conjunto do território municipal
1	Cidade conectada, acessível e justa	Cidade compacta, acessível e conectada	Espaços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal	Centro urbano reabilitado	Espaços públicos equipados, seguros e integradores
2	Vida comunitária, acolhimento e bem estar	Comunidade saudável	Comunidade acolhedora, inclusiva com valorização e respeito à diversidade	Comunidade com elevado senso de pertencimento e afeição à cidade	
3	Desenvolvimento da cultura e do conhecimento	Educação de qualidade e capacitação para o trabalho	Desenvolvimento científico e tecnológico	Valorização e desenvolvimento cultural	
4	Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais	Recursos naturais, resiliência e conforto ambiental	Saneamento básico ampliado	Segurança hídrica	Energias renováveis e eficiência energética
5	Dinamização econômica e inclusão produtiva	Estrutura produtiva de serviços ampliada e diversificada	Setores econômicos consolidados mais competitivos e de alto valor agregado		
6	Governança municipal	Modelo de acompanhamento e avaliação do Fortaleza 2040 instituído	Gestão pública participativa e eficiente	Observatório da Cidade	

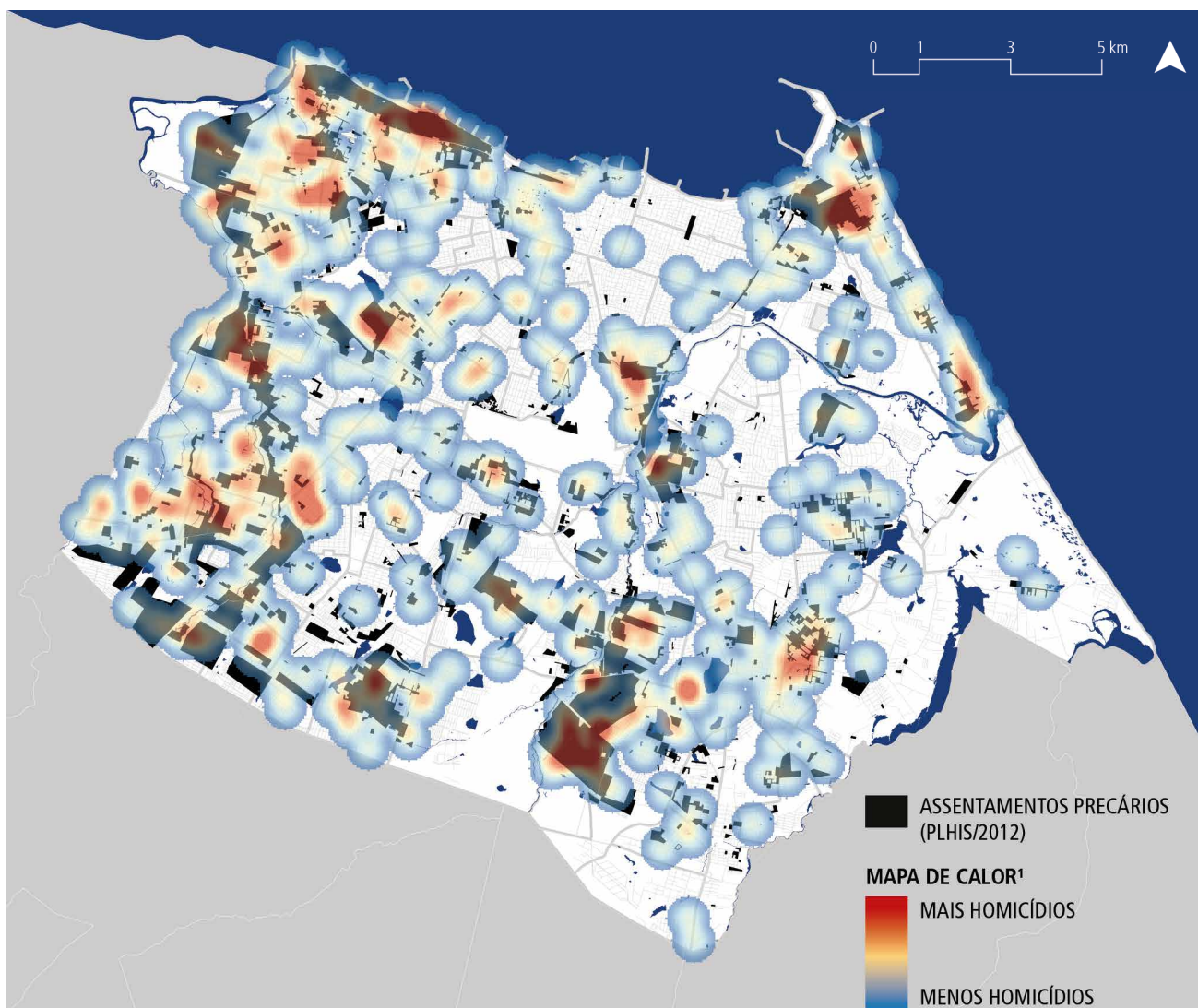
EIXO 0 - EQUIDADE TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÔMICA

Em um plano estratégico de curto, médio e longo prazo como o Fortaleza 2040, identificar prioridades é de fundamental importância.

Para tanto, necessitamos estabelecer os critérios a utilizar na tarefa de priorização, pelo que elegemos um princípio fundamental como um primeiro critério a utilizar: o **direito à vida**. Definido o primeiro critério, o segundo passo seria o de identificar circunstâncias, contextos, territórios, grupos ou comunidades em que este direito estaria sob clara ameaça. Analisando as ocorrências de mortes, suas causas, territórios e grupos em que se concentram, é mais fácil deduzir onde se deve agir. Aprofundando um pouco mais o conhecimento sobre o assunto, percebe-se estreita relação entre o **direito à vida** e o **direito à cidade**.

Nos 856 assentamentos precários de Fortaleza se concentra a grande maioria das vítimas de mortes por causas externas, conforme o mapa ao lado, ou mesmo a ocorrência de doenças decorrentes da falta de saneamento (zika, dengue, chikungunya).

As estimativas feitas ao longo do processo de atualização do Plano de Habitação de Inte-



Mapa dos Assentamentos Precários e Homicídios em Fortaleza - Fonte: elaboração própria



resse Social (PLHIS) apontam que nestes 856 assentamentos residem aproximadamente 271.535 famílias, correspondendo a 1.084.891 pessoas que moram hoje em assentamentos precários, sem moradia digna, sem infraestrutura domiciliar adequada, sem oferta adequada de equipamentos e serviços públicos de qualidade, sem acesso a oportunidade de emprego e renda. É a não-cidade.

Apesar de os assentamentos precários ocuparem apenas 12% do território da cidade, neles reside mais de 40% da população.

Sem a requalificação destes territórios, jamais teremos uma cidade justa, próspera, acolhedora e pacífica.

Não é à toa que Fortaleza foi considerada, em 2012, a 5ª cidade mais desigual do mundo e figura como uma das três capitais mais violentas do Brasil.

Não há como operar no crescimento mais harmônico, equilibrado e inteligente de Fortaleza sem antes curar suas feridas.

Dada a gravidade do contexto de Fortaleza, julgou-se imprescindível destacar em um novo eixo, o Eixo 0, políticas diretamente relacionadas ao **direito à vida** e o **direito à cidade**. Os objetivos do Eixo 0 são, portanto, voltados à promoção da equidade no usufruto, principalmente, destes dois direitos fundamentais.

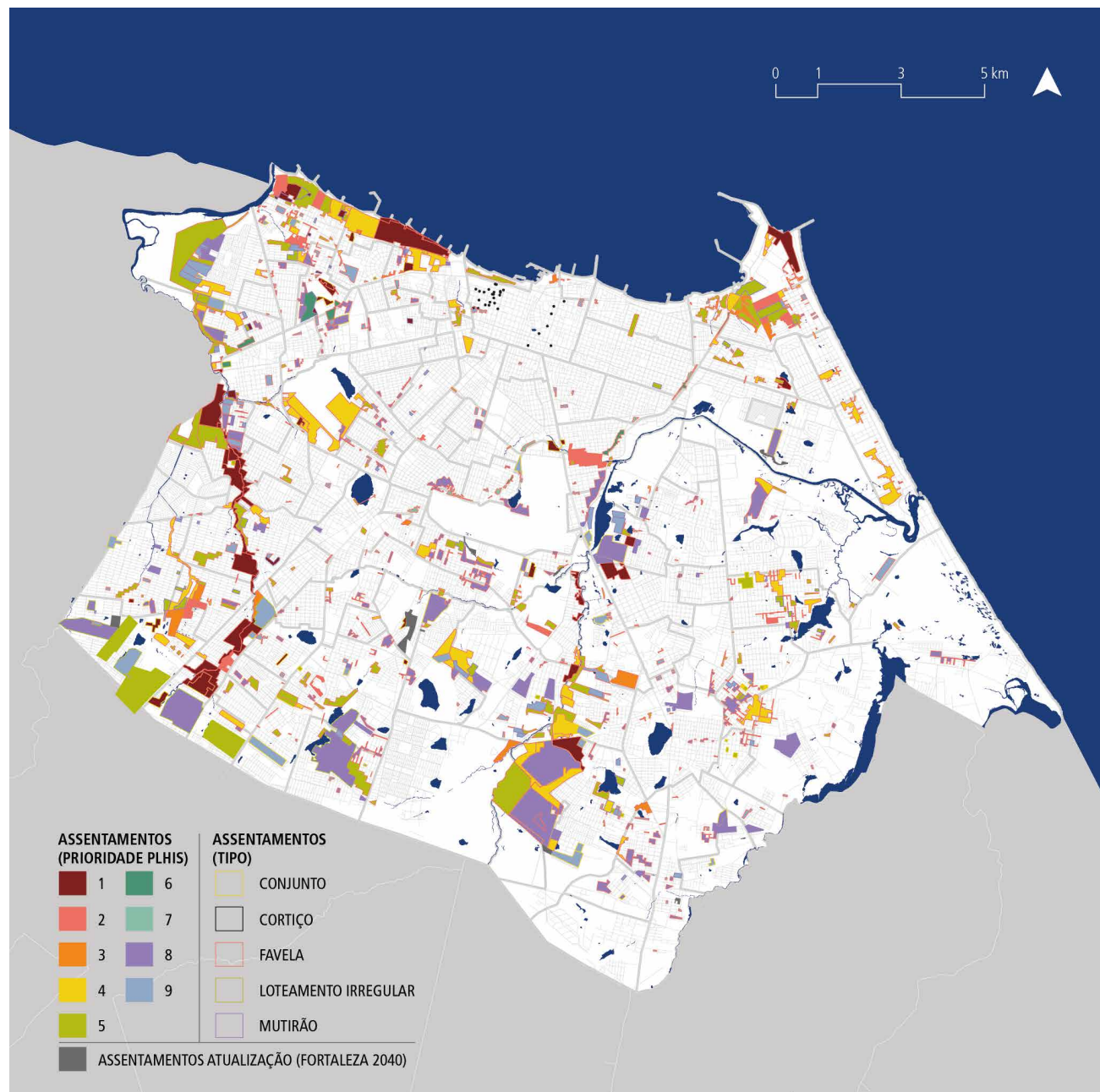
Objetivo 0.1 - Comunidades valorizadas e integradas à sociabilidade urbana

Plano de Habitação de Interesse Social

Os resultados das desigualdades socioespaciais não se manifestam apenas pela contradição entre a cidade leste, rica em infraestrutura e comercialmente valorizada, e cidade oeste, pobre e desassistida. Nenhuma área da cidade de hoje se exime das visíveis marcas de segregação onde bolsões de pobreza e riqueza dividem os mesmos espaços. Tais facetas das desigualdades espaciais são resultantes históricos de processos da produção do espaço que diz respeito ao território de Fortaleza e sua consolidação.

Este modelo de habitação de interesse social gerida pela sociedade foi marcado pela expansão urbana periférica de Fortaleza, produzindo territórios fragmentados e desconectados do tecido urbano e criando áreas concentradoras de conjuntos habitacionais sem qualquer urbanidade ou centralidade, além de espaçadas ocupações irregulares cercadas de vazios urbanos.

Como proposta de resgate desta população, faz-se necessário um plano de habitação que devolva, através de um viés jurídico, social e urbanístico, a dignidade à população de baixa



Assentamentos Precários em Fortaleza (por tipo e prioridade) - Fonte: adaptado de PLHIS-FOR (2012)

- 1 ASSENTAMENTOS COM INTERVENÇÕES PREVISTAS/ANDAMENTO
- 2 ASSENTAMENTOS EM ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL E EM ZEIS - MAIS PROBLEMÁTICOS
- 3 ASSENTAMENTOS EM ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL E EM ZEIS - MENOS PROBLEMÁTICOS
- 4 ASSENTAMENTOS EM ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL OU EM ZEIS - MAIS PROBLEMÁTICOS
- 5 ASSENTAMENTOS EM ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL OU EM ZEIS - MENOS PROBLEMÁTICOS
- 6 ASSENTAMENTOS EM ÁREAS DE RISCO TECNOLÓGICO - MAIS PROBLEMÁTICOS
- 7 ASSENTAMENTOS EM ÁREAS DE RISCO TECNOLÓGICO - MENOS PROBLEMÁTICOS
- 8 ASSENTAMENTOS QUE NÃO ESTÃO EM ÁREA DE RISCO, NEM EM ÁREA DE ZEIS - MAIS PROBLEMÁTICOS
- 9 ASSENTAMENTOS QUE NÃO ESTÃO EM ÁREA DE RISCO, NEM EM ÁREA DE ZEIS - MENOS PROBLEMÁTICOS

Definição das prioridades de atuação - Fonte: PLHIS-FOR (2012)

renda, permitindo a salubridade e a geração de trabalho e renda dentro dos seus espaços habitados.

O PLHIS vem ao encontro desta proposta, como elemento básico deste eixo. Nele se inclui a erradicação da segregação urbana de considerável segmento social excluído dos padrões aceitáveis de habitabilidade e sociabilidade, evitando ações de reassentamento familiar e desconstrução das relações familiares e de vizinhança existentes.

Um dos objetivos específicos deste Eixo visa valorizar e integrar à sociabilidade urbana, ofer-

tando acesso igualitário e amplo aos serviços de qualidade e à infraestrutura urbana. Principalmente, através da requalificação dos assentamentos precários com habitações dignas, de qualidade, regularização fundiária, dotação de equipamentos públicos, infraestrutura domiciliar, espaços de integração social, conectados a sistemas de transportes públicos de qualidade e acesso a oportunidades de emprego e renda.

Para tanto está sendo atualizado e revisado o Plano de Habitação de Interesse Social, cujas ações são complementadas pelo Plano de Regu-

larização Fundiária, no âmbito do Fortaleza 2040, de maneira integrada ao Plano Mestre Urbanístico (Eixo 1).

Metas de Resultado

- Requalificação de 100% dos assentamentos precários de Fortaleza, dotando-os de boas condições de habitabilidade, conectividade e acesso a oportunidades de emprego e renda.
 - Produção habitacional de maneira a debelar o déficit habitacional;
 - Promoção de acesso à terra urbanizada para debelar, de maneira sistemática, o déficit habitacional futuro e garantir o cumprimento da função social da propriedade;
 - Regularização urbanística dos assentamentos, garantindo acesso viário aos serviços de emergência de saúde e bombeiros;
 - Titulação da posse dos moradores, promovendo a garantia jurídica plena da moradia e possibilidade de ampliação de crédito para geração de trabalho e renda;
 - Assistência técnica para população de baixa renda, de maneira a evitar insalubridades edilícias e autoconstrução irregular;
 - Manutenção de cadastro de assentamentos precários e beneficiários, evitando novas ocupações desordenadas e combate ao déficit habitacional.

LA1. Integração urbana de assentamentos precários e informais (Regularização Fundiária)	LA1A. Promoção da regularização urbanística e ambiental de assentamentos precários	
	LA1B. Promoção da legalização fundiária de assentamentos precários e irregulares	
	LA1C. Promoção do desenvolvimento humano e comunitário	
LA2. Melhoria da Unidade Habitacional	LA2A. Promoção da melhoria habitacional por meio da autoconstrução assistida	
LA3. Produção, aquisição e locação da unidade habitacional	LA3A. Produção e aquisição de unidades habitacionais	3A1. Produção pública de unidades habitacionais
		3A2. Produção privada de unidades habitacionais
		3A3. Produção por autogestão e autoconstrução de unidades habitacionais
		3A4. Produção de unidades habitacionais para arrendamento
	LA3B. Aquisição e Locação de unidades habitacionais existentes	3B1. Promoção da locação social de unidades habitacionais existentes
		3B2. Aquisição de imóveis existentes
	LA3C. Promoção de unidades habitacionais na área central	3C1. Promoção pública e privada de unidades habitacionais na área central para aquisição
		3C2. Locação social de unidades habitacionais na área central
LA4. Acesso à terra urbana	LA4A. Promoção do acesso da terra urbana	
	LA4B. Promoção da utilização de vazios prioritários para reassentamentos.	
LA5. Assessoria Técnica Gratuita	LA5A. Promoção da assessoria técnica gratuita	
LA6. Desenvolvimento Institucional	LA6A. Promoção do desenvolvimento institucional	
	LA6B. Sistema de informação, monitoramento e avaliação habitação	6B1. Metas e recursos
		6B2. Monitoramento e Avaliação
		6B3. Sistema de Informação

Linhas de Ação do Plano de Habitação de Interesse Social - Fonte: PLHIS-FOR (2012)

Objetivo 0.2 - Atividades promotoras de inclusão produtiva dinamizadas

Plano Estratégico de Inclusão Produtiva, Empreendedorismo e Geração de Emprego e Renda

Fortaleza terá elevado nível de ocupação e emprego com formalização crescente com micro e pequenas empresas competitivas e com qualidade dos produtos com base numa cultura empreendedora e mão de obra qualificada, ambulantes organizados, regularizados, capacitados atuando em espaços com condições confortáveis e seguras de acordo com suas especificidades e a setorização do comércio.

Metas de resultado

- Redução do percentual de informalidade da economia (sem carteira e conta própria) de 56,1% atuais (2012) para 27,5% em 2040;
- Diminuição do percentual de jovens que não trabalham nem estudam (de 15 a 29 anos) de 21,3% (estimativa para 2015) para 5,3% em 2040;
- Diminuição do percentual de jovens vulneráveis (em famílias com renda domiciliar per capita até ½ salário mínimo) que não trabalham nem estudam (de 15 a 24 anos) dos atuais 10,9% (estimativa para 2015) para 2,9% em 2040.



O plano de inclusão produtiva, empreendedorismo e geração de emprego e renda tem os seguintes objetivos:

- Promover emprego e renda com fortalecimento das micro e pequenas empresas, formalização das atividades e organização e melhoria dos ambulantes e ampliar a cultura empreendedora e favorecendo a economia local.
- Promover a inclusão produtiva da popu-

lação, contribuindo para superação da pobreza, redução das desigualdades sociais e elevação da qualidade de vida da população.

- Melhorar as condições dos jovens no mercado de trabalho e nas oportunidades de geração de renda, com destaque para os territórios precários e vulneráveis.

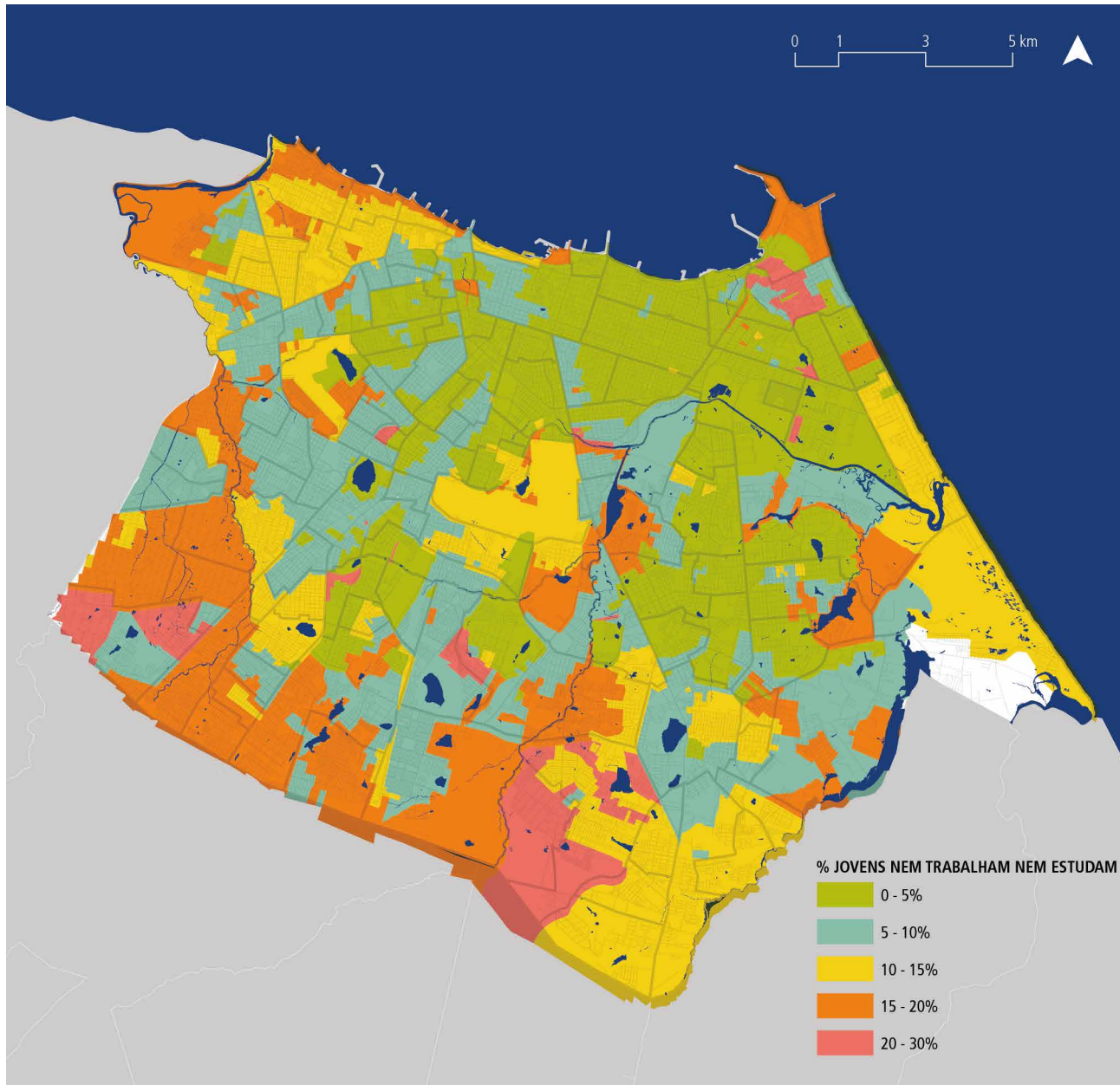
Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do plano inclusão produtiva, empreen-

dedorismo e geração de emprego e renda, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Fomentar o emprego e a inclusão produtiva da população carente – capacitar pessoas desempregadas orientando para as demandas do mercado, criar polos de negócios, fortalecer o sistema de intermediação com o mercado de trabalho, implantar Centro de Integração, coordenação e intermediação, e estruturar acesso ao mercado de egressos do sistema prisional, idosos e deficientes. Focando (de 2017 a 2024) na qualificação profissional e inclusão produtiva de jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham, que moram em domicílios com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo, uma vez que são estes jovens as maiores vítimas de crimes em Fortaleza.

Promover a cultura empreendedora – introduzir o empreendedorismo na grade curricular das escolas municipais e estaduais, realizar eventos e cursos para disseminação da cultura empreendedora e de cooperação produtiva, oferecer assistência técnica para implantação de empreendimentos.

Estimular o associativismo, cooperativismo e economia solidária – incentivar estratégias de associação e colaboração de pessoas em grupos de cooperação e ajuda mútua organizadas de forma coletiva, com autonomia para gerir seu próprio trabalho. Oferecer capacitação e assistência técnica.



Distribuição Territorial de jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham, que moram em domicílios com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo. - Fonte: PNUD/FJPIPEA/PECE

Promover o fortalecimento dos micro e pequenos negócios – qualificar micro e pequenas empresas, oferecer assistência técnica, organizar acesso das MPEs aos mercados (marketing e feiras), apoiar no aproveitamento de oportunidades de novos negócios.

Fortalecer o artesanato – capacitar e oferecer assistência técnica aos artesãos, organizar acesso a mercados (marketing e feiras), e construir centros de exposição e venda de artesanato.

Estruturar e consolidar o comércio ambulante em Fortaleza - organizar e padronizar as bancas (horário e localização), cadastrar e qualificar os empreendedores ambulantes, divulgar a atividade e organizar feiras para atração de clientes, reorganizar as ruas do Centro para facilitar o movimento com conforto de vendedores e compradores, implantar banheiros químicos, com seguranças, limpeza do local após o horário da feira/logística, e regularizar o trânsito e os estacionamentos.

Marco regulatório - Para a viabilização das ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Implantar e operar sistema de fiscalização eficaz e respeitosa das atividades ambulantes.
- Fortalecer incentivos à industrialização já existente, atraindo novos e diversificados investimentos.

- Definir marco legal bem estruturado, simplificado e desburocratizado e favorável ao empreendedorismo.

- Expandir linhas de crédito/microfinanças para fomentar o desenvolvimento dos micro e pequenos empreendedores.

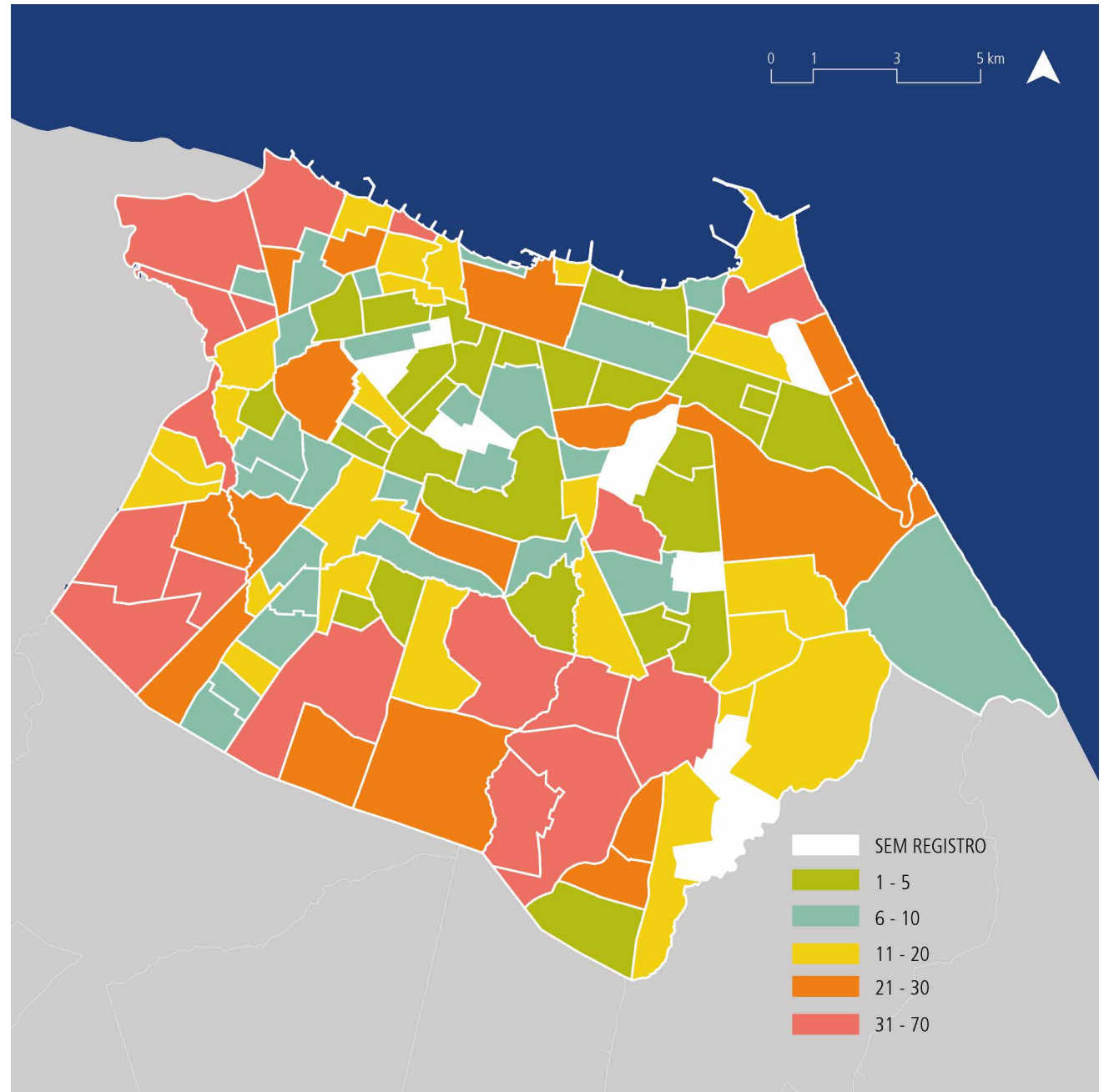
- Priorizar contratação de serviços por parte de micro e pequenas empresas locais.

Modelo institucional - Criação de uma estrutura de articulação/coordenação das ações, programas e projetos de desenvolvimento dos pequenos negócios de Fortaleza – Articulação das instituições e órgãos atuantes no segmento de inclusão produtiva: Prefeitura, Sebrae, Senai, Senac, CDL, Fecomércio, IFCE, ONGs de capacitação.

Objetivo 0.3 - Cultura de paz e segurança cidadã

Plano Estratégico de Segurança Cidadã e Cultura de Paz

A construção de uma cidade tranquila e segura, onde seus moradores tenham liberdade de ir e vir, que não possua segregação causada por lutas de território e que possam utilizar os espaços públicos com segurança é o objetivo maior do Plano de Cultura de Paz e Segurança Cidadã.



Mapa da Violência em Fortaleza (por Bairro) - Fonte: IBGE/IPECE (2010)

Para isso, será necessário um grande esforço coletivo que possa instrumentalizar a sociedade com uma cultura de paz e segurança cidadã, o que está proposto ser trabalhado segundo três grandes linhas de ação:

A primeira delas, voltada para o desenvolvimento de uma convivência cidadã e controle da sociedade, implica o desenvolvimento e o fortalecimento institucional do sistema de segurança cidadã na cidade de forma que melhore as relações entre os órgãos de segurança e entre estes e a sociedade. O sistema deverá ainda voltar-se para a permanente articulação com as outras políticas para a promoção de qualificação dos espaços públicos, das infraestruturas comuns e de programas para a redução das desigualdades econômicas, tudo isso apoiado pelo desenvolvimento permanente de ações educativas para a cidadania.

Uma segunda linha de ação propõe estratégias para o enfrentamento da violência urbana, problemas decorrentes das drogas e delinquências diversas, entre elas, as que são causadas pelo trânsito e as violências a que estão sujeitos as comunidades e os grupos vulneráveis.

Programas como os que tratam da prevenção ao uso abusivo de drogas, requalificação de espaços públicos por meio da oferta de equipamentos e infraestrutura de esporte, lazer e cultura; fortalecimento de ações de fiscalização

e instrumentalização de denúncias, programas de proteção para vitimizados, criação de clínicas de recuperação para dependentes químicos e a criação de uma rede de acolhimento psicossocial nos territórios para os segmentos mais vulneráveis são ações propostas neste sentido.

A terceira linha de ação para a construção da segurança cidadã é voltada para a promoção da justiça, mediação de conflitos e garantia dos direitos humanos.

A ampliação da política pública de mediação de conflitos propõe a criação de um núcleo em cada um dos bairros da cidade e a criação de um espaço de cultura de paz e resolução pacífica de conflitos na rede municipal de educação.

A criação de uma academia municipal de segurança cidadã está proposta como o instrumento de formação permanente da segurança pública, assim como a criação de conselhos sistêmicos de cultura de paz nos diferentes territórios. Outro objetivo a perseguir será a busca de parcerias entre órgãos das diferentes esferas de governo para ampliar e fortalecer os núcleos justiça alternativa reparativa e a promoção de ações voltadas para as medidas socioeducativas.

A inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade, estratégia citada no objetivo estratégico anterior, complementa este Plano de Segurança Cidadã.

A quarta linha de ação é focada em estraté-

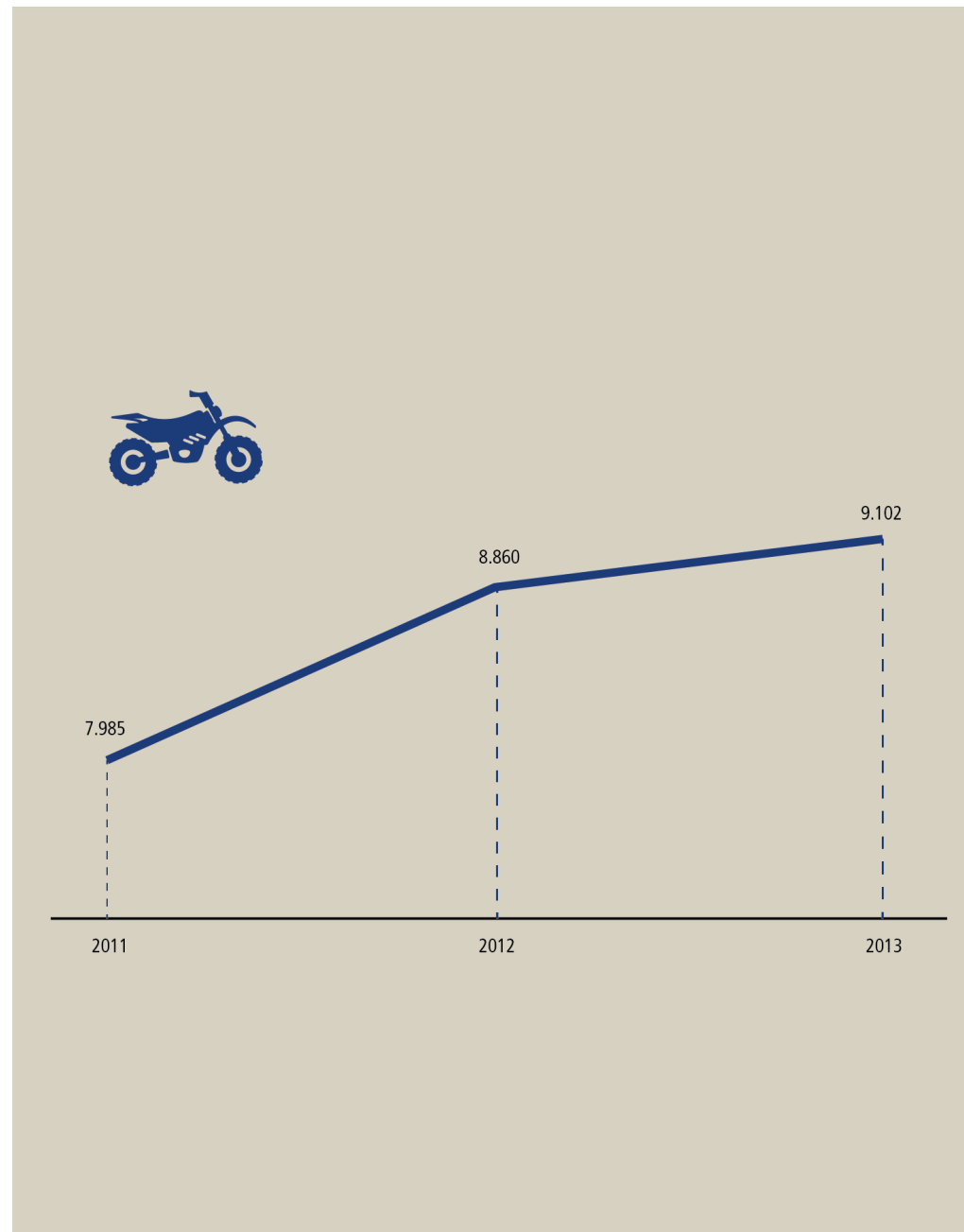
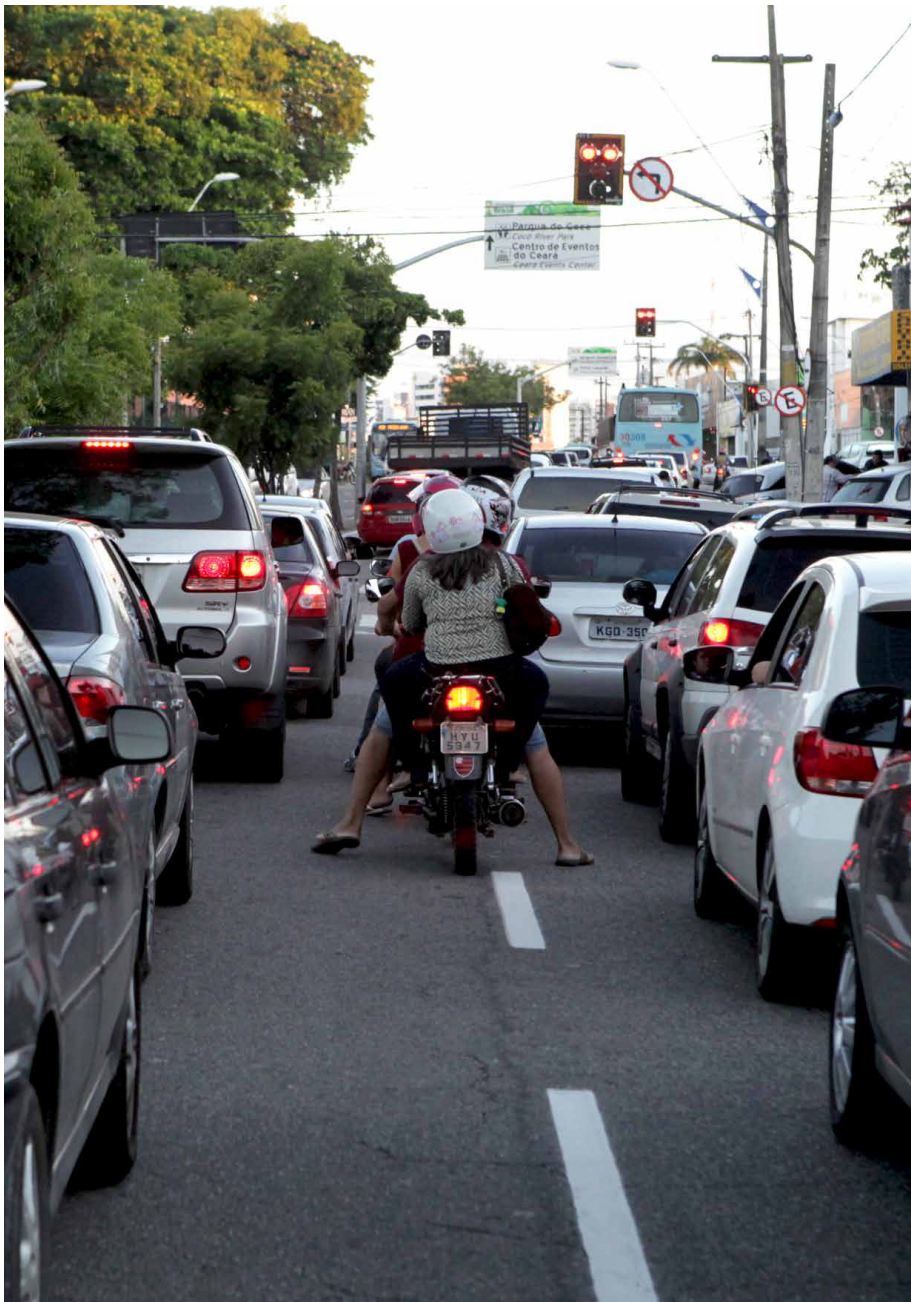
gias para redução de acidentes de motocicleta, em que se tem o maior índice de fatalidade. Vítimas de acidentes de motocicletas ocupam hoje 70% dos leitos do Instituto José Frota (IJF) em Fortaleza, em 70% dos casos, o acidentado apresenta invalidez permanente, não podendo voltar a trabalhar, sendo os motociclistas as principais vítimas fatais de trânsito.

No Brasil, de 2001 a 2012, o número de óbitos entre este perfil de usuário aumentou 140%, passando de 15% para 36% dos óbitos.

Ao longo dos anos, à medida que cresce a frota de motocicletas, aumentam as ocorrências envolvendo motociclistas no IJF. Em 2011, foram registrados 7.985 acidentes. No ano seguinte, foram 8.860. Já em 2013, o IJF contabilizou 9.102 acidentes com motociclistas.

O principal fator para esse cenário é o crescimento acelerado da frota de motocicletas. De 2001 a 2012 a frota de motocicleta no Ceará aumentou em 412%.

A geração e difusão de conhecimento para a população, governo e sociedade civil organizada, sobre número de acidentes, mortes, atendimentos hospitalares e custos previdenciários decorrentes deste meio de transporte, programa intensivo de educação no trânsito para motociclistas e maior exigência (fiscalização) de habilitação específica são três ações de destaque nesta quarta linha de ação.



Crescimento do número de acidentes de motos em Fortaleza - Fonte: elaboração própria



EIXO 1 - UMA CIDADE CONECTADA, ACESSÍVEL E JUSTA

O grande objetivo deste eixo é promover indicações urbanísticas para o futuro arranjo definidor da forma urbana no intuito de assegurar que toda a cidade possa ter acesso aos espaços de convivência, trabalho e serviços de forma conectada, bem estruturada e com equipamentos públicos seguros, integradores e bem distribuídos no território municipal.

Para tanto, o Eixo propõe uma gradual adaptação da forma urbana da cidade com a implantação de corredores de urbanização orientados pelo transporte público, que tanto conectem os diferentes territórios de Fortaleza quanto sejam indutores da descentralização de oportunidades de empregos em áreas economicamente deficientes. O desenvolvimento induzido pelos corredores propostos contribuirá para a melhoria da vida comunitária através da estruturação de espaços, distribuição equitativa de equipamentos públicos e do cenário de futuras urbanizações e construções complementares na cidade para acomodar o estoque habitacional em equilíbrio com o prognóstico demográfico previsto até 2040.

Outro objetivo a ser perseguido nessa estratégia é o de tornar Fortaleza uma cidade mais



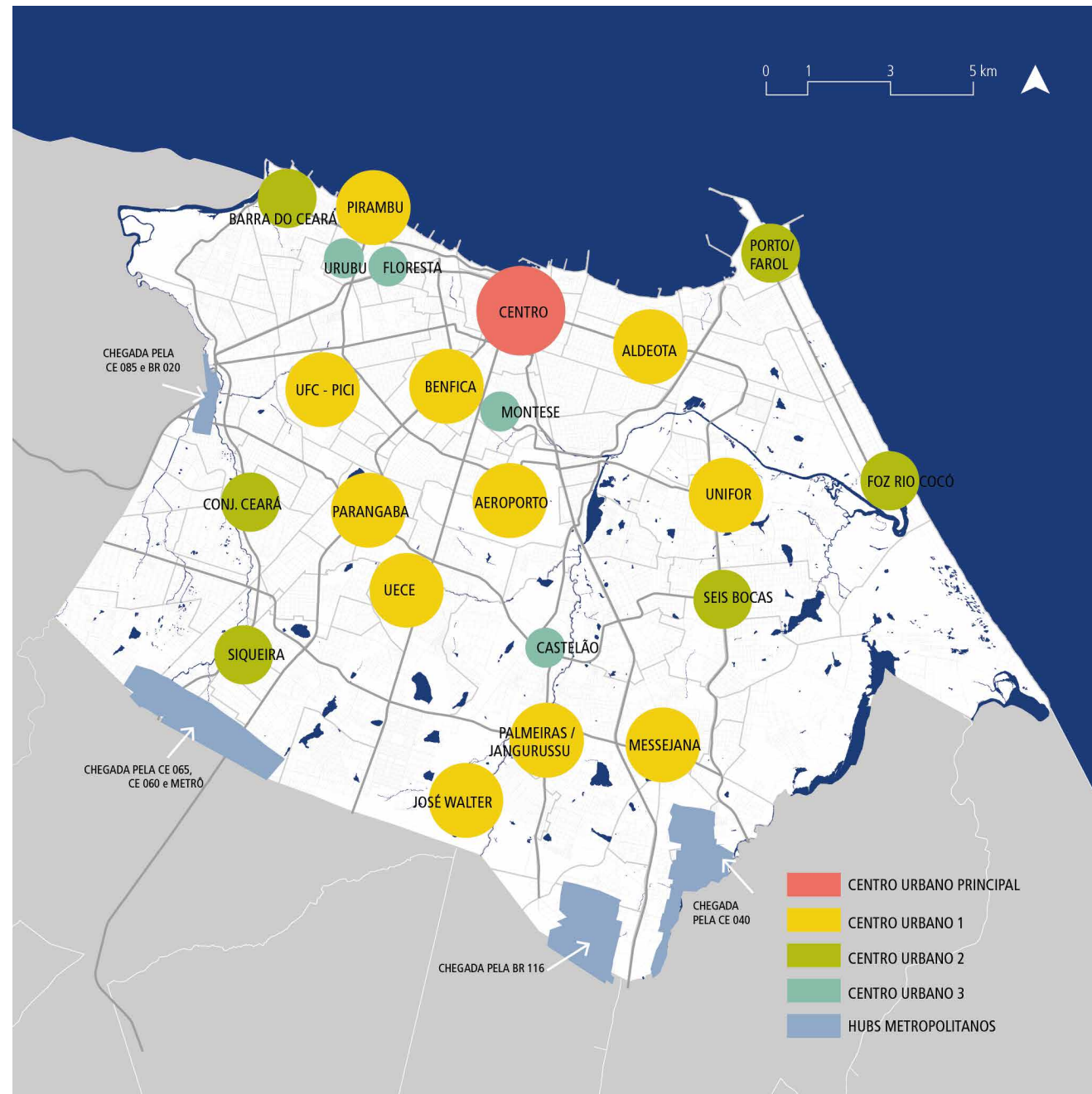
compacta, ou seja, mais densa e acessível. Um local com pessoas morando mais próximas de espaços livres e públicos, com infraestrutura mais adequada, acesso aos serviços públicos e transporte, reduzindo assim as distâncias e os deslocamentos e permitindo uma maior eficiência no sistema de transporte, menor consumo energético e a gradativa redução da dependência do transporte motorizado.

As estratégias que o plano urbanístico aponta para isso são voltadas para o fortalecimento das centralidades existentes e o apoio às novas centralidades; a implantação de corredores de urbanização orientados pelo transporte público; a estruturação de unidades de vizinhança e suas zonas secundárias e um conjunto de planos secundários em áreas estratégicas da cidade.

Fortalecimento de centralidades

A dimensão de Metrópole alcançada pela cidade implica no reforço a novas centralidades, tanto as que já se manifestam atualmente quanto as outras que apresentam potencial para isso e que ainda não foram apoiadas.

A estratégia proposta é apoiar essas centralidades com equipamentos e serviços públicos e atrair investimentos privados que apoiem o cidadão residente nas suas proximidades para a redução de deslocamentos.



Mapa das Centralidades - Fonte: elaboração própria

Os Corredores de Urbanização Orientados pelo Transporte Público:

A principal função dos corredores de urbanização orientados pelo transporte público é atender às demandas de conectividade por meio de sistemas de transportes públicos (motorizados, configurando o chamado “tráfego de passagem”), incluindo assim, a espontânea instalação de conveniências comerciais acessíveis às comunidades próximas, numa distância transversal máxima alcançável pela caminhada. Este padrão também inclui os transportes ativos, ou seja, a caminhada, a bicicleta e o eco-taxi.

Tais corredores se apresentam como oportunidades de atendimento às demandas de crescimento da cidade e propõem um redesenho em termos de gerenciamento de acessibilidades, estacionamento, adoção de linhas de transporte de massa e que sejam, também, apoiados na inserção de usos mistos com grande intensidade e inclusão de centros de emprego e de educação ao alcance pedestre da população circunstante.

Os corredores propostos não serão implementados de uma vez só, mas de forma gradual, considerando o conjunto de ações propostas no Plano e tendo em vista que não se tratam apenas de obras para facilitar a mobilidade, mas a qualificação geral dos espaços públicos com



Mapa dos corredores de urbanização orientados pelo transporte público - Fonte: elaboração própria

prioridade para as áreas hoje ocupadas por assentamentos precários.

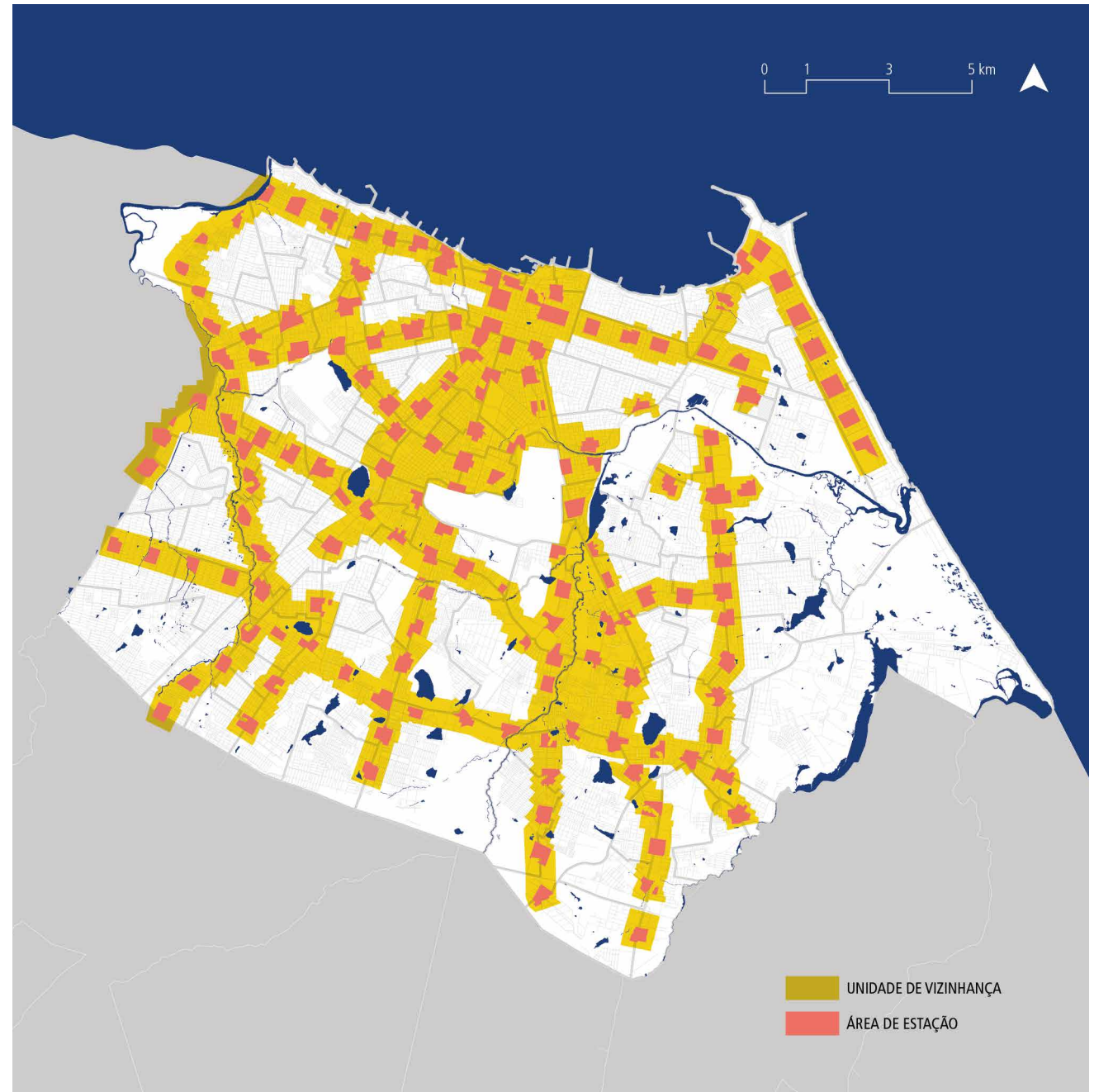
Unidades de Vizinhança

O Plano propõe que, nos corredores de urbanização orientados pelo transporte público, desenvolvam-se unidades de vizinhança como áreas residenciais dotadas de autonomia quanto ao acesso de bens e serviços dentro ou próximas de seus limites, suprimindo as necessidades diárias de seus moradores.

Para isso, faz-se necessário que uma eficiente variedade de oportunidades sociais e de emprego seja, fisicamente, integrada do corredor. Essa integração tem como elemento aglutinador o desenvolvimento sob a forma de comunidades compactas, agregando funções habitacionais de alta densidade, com comércio, educação, trabalho local e lazer.

Por essa razão, os residentes dessas comunidades terão acesso facilitado a um amplo leque de atividades com reduzida dependência do transporte motorizado. Terão, também, acesso confortável às facilidades públicas e a um bom sistema de transporte, conectando-os às demais comunidades, especialmente, àquelas situadas nas proximidades da rota central.

O corredor de comunidades compactas se apresenta, também, como uma oportunidade de criação de maiores quantidades de mora-



Mapa das unidades de vizinhança - Fonte: elaboração própria

dias em uma área de projeção menor, por meio da inserção urbana sobre o tecido já existente, combinando verticalizações dos padrões populares identificados como duplex e triplex sobre térreos comerciais e de serviços. Essa forma de intensificar densidades habitacionais promove oportunidades para fortalecer o capital social, combater a proliferação de bolsões de exclusão urbana e evitar a dispersão urbana, comumente originados pela transferência de moradores para áreas remotas e sem apoios à vida cotidiana.

Entre os diversos corredores prevê-se a estruturação de áreas de vizinhanças internas caracterizadas como Zonas Secundárias e que deverão ser readequadas a partir de:

- substituição do asfalto por piso drenante com melhoria da permeabilidade e redução de acidentes;
- implantação de ciclovias;
- incentivo ao uso de transportes alternativos que possibilitarão chegar nas estações de transporte público (eco taxis, carros compartilhados);
- aterramento dos cabos de energia elétrica e iluminação pública;
- alargamento de passeios, arborização, implantação de mobiliário urbano e drenagem;
- redução da dimensão transversal das vias locais, com moderação da velocidade e tráfego calmo;

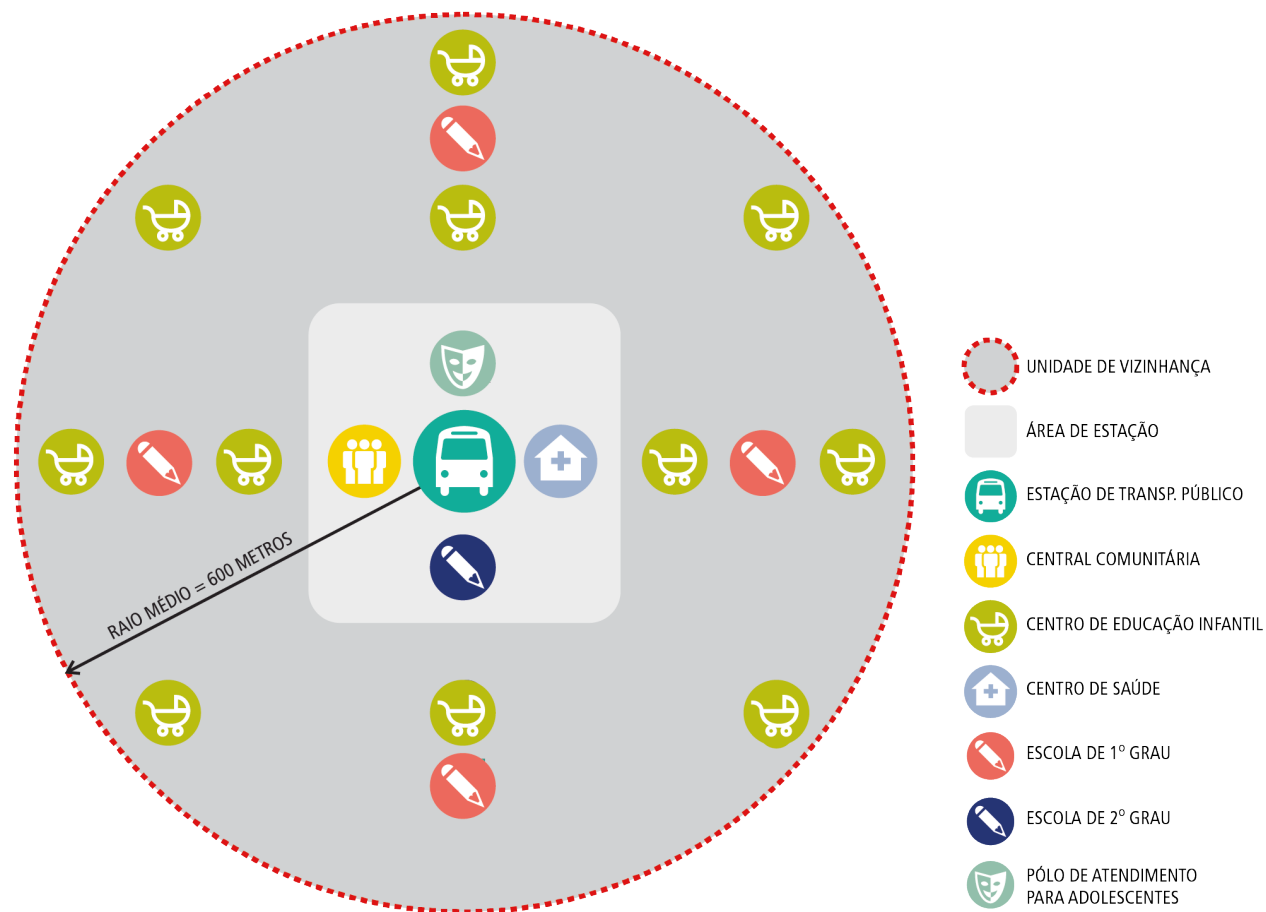


Gráfico das unidades de vizinhança - Fonte: elaboração própria

- travessia de pedestres com passagens niveladas com o passeio.

Planos Secundários

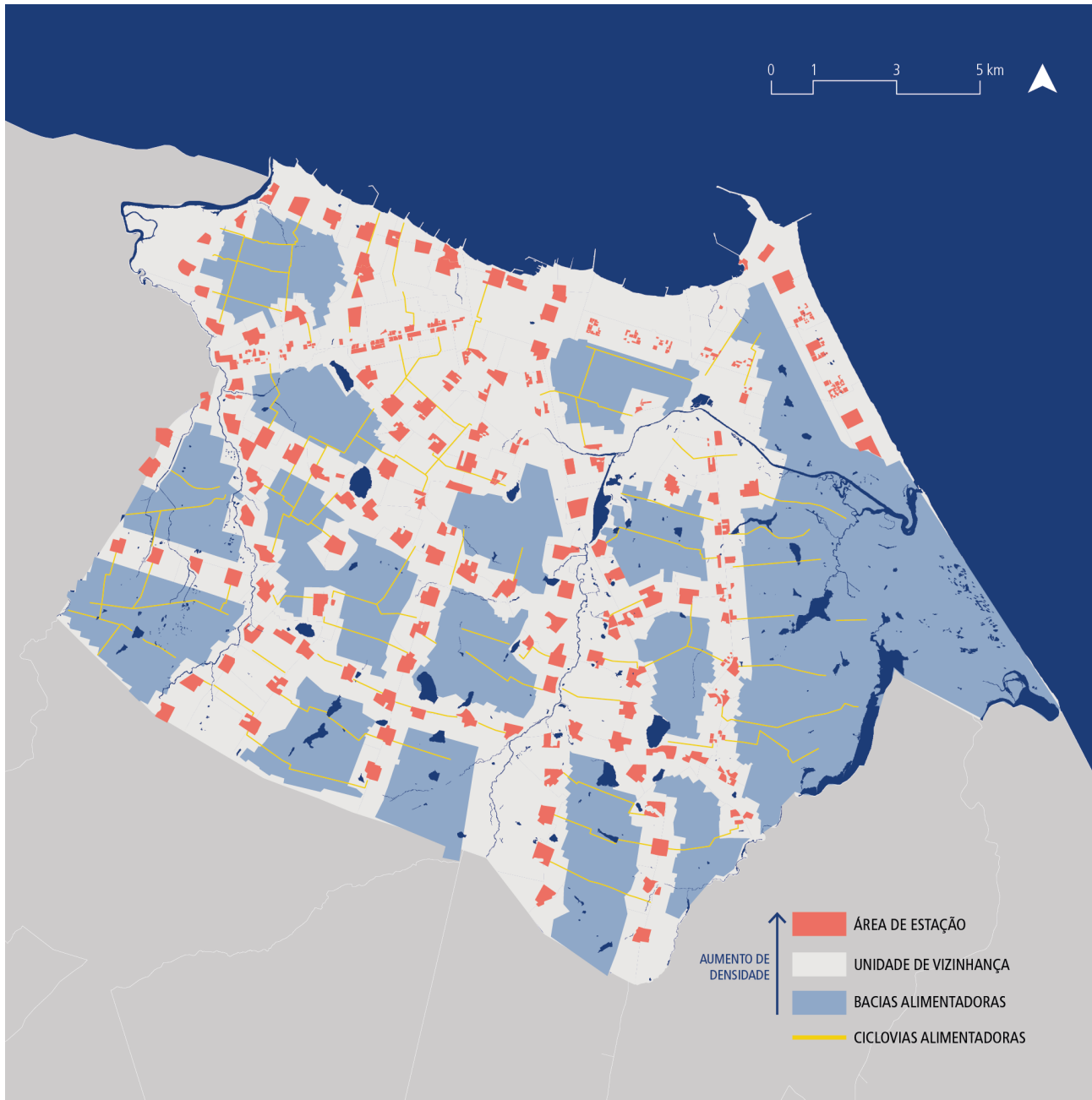
Proposta para o Centro da Cidade

Para o centro da cidade desenha-se um projeto que busca valorizar a sua atividade comercial, incentivando o uso misto do solo, incrementando novas estruturas e estimulando a redução do uso de automóveis no seu espaço de circulação.

Uma das medidas propostas é o incentivo à moradia em duas áreas revitalizadas: o Novo Pajeú e a Nova Jacarecanga, ambas margeando os riachos originais e orientados para o desenvolvimento de dois polos econômicos: no Pajeú, os negócios oriundos da indústria de tecnologia e na Jacarecanga, a cadeia de negócios da confecção.

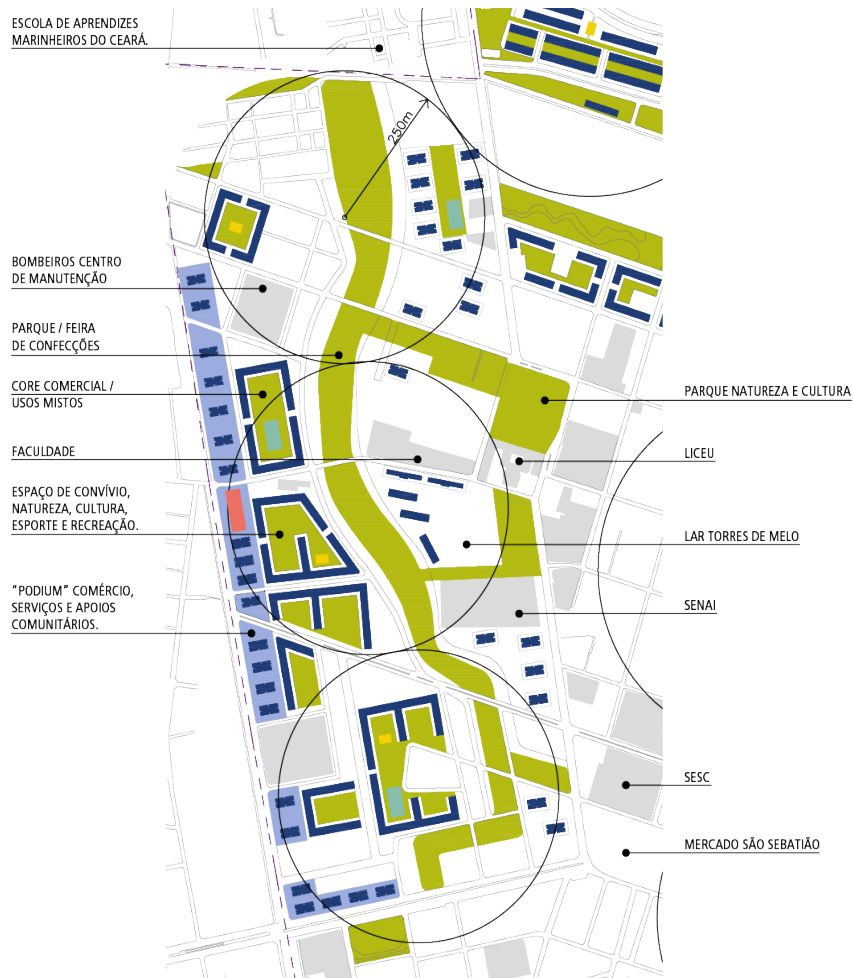
Na Jacarecanga, a proposta de reabilitação inclui a instalação de usos mistos, hotéis, escritórios apoiando um distrito de produção e comercialização de confecção popular. A área do Pajeú deverá ser requalificada com uso preferencial residencial apoiado em uso misto e parque de natureza, cultura e inovação tecnológica.

Outra intervenção dar-se-á pela implantação de corredores de urbanização com pátios centrais, reconstruindo unidades habitacionais em quadras onde se possam utilizar os andares térreos para a instalação de comércio comple-



Mapa das zonas secundárias - Fonte: elaboração própria

PROPOSTAS DE NOVOS COMPONENTES URBANOS PARA O CENTRO DE FORTALEZA



Proposta de reabilitação Nova Jacarecanga

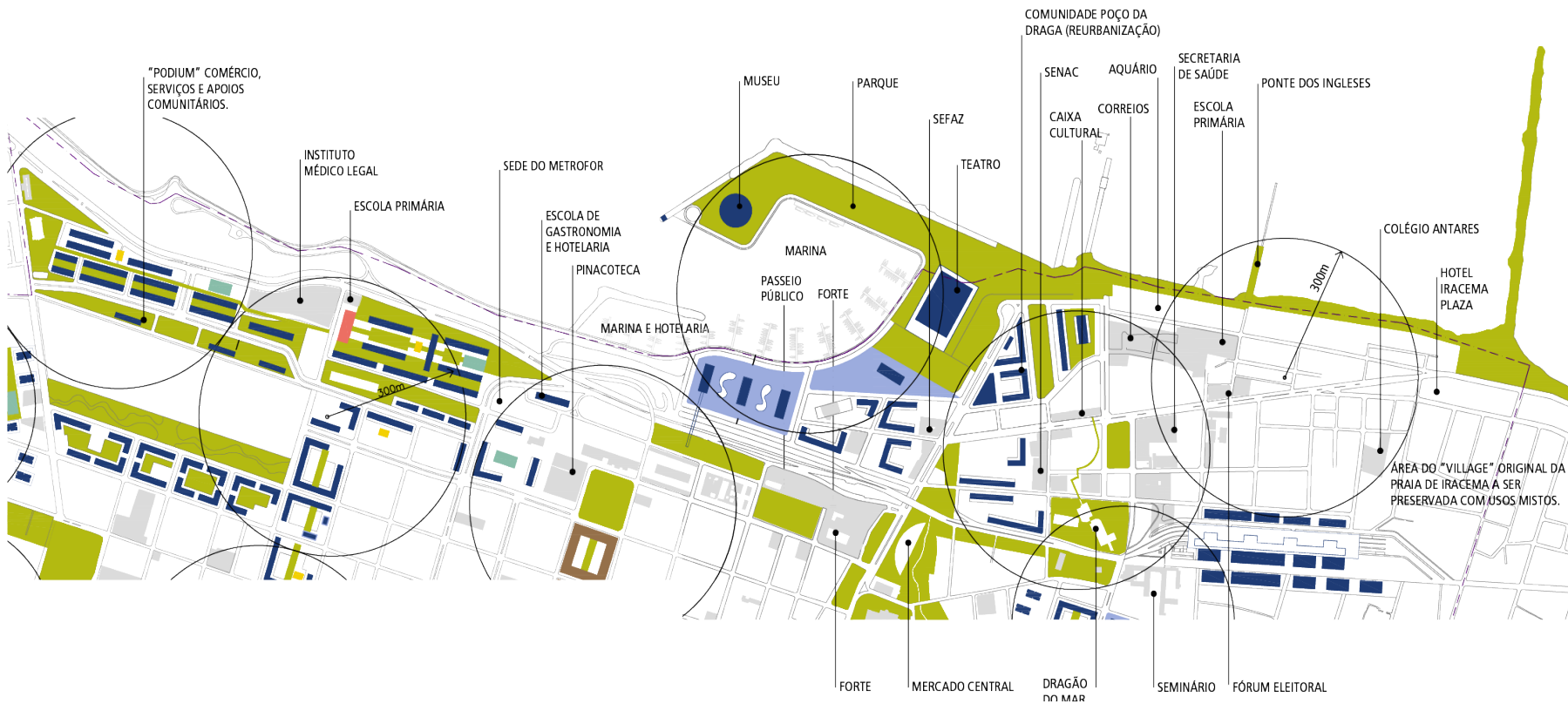


Proposta de reabilitação Novo Pajué



- CRECHE
- ESCOLA ENSINO MÉDIO
- POSTO DE SAÚDE
- REURBANIZAÇÃO PROPOSTA
- PARQUE / ESPAÇO VERDE CONECTOR

obs: propostas sujeitas à discussão



Proposta de reabilitação da face norte do Centro e da Praia de Iracema

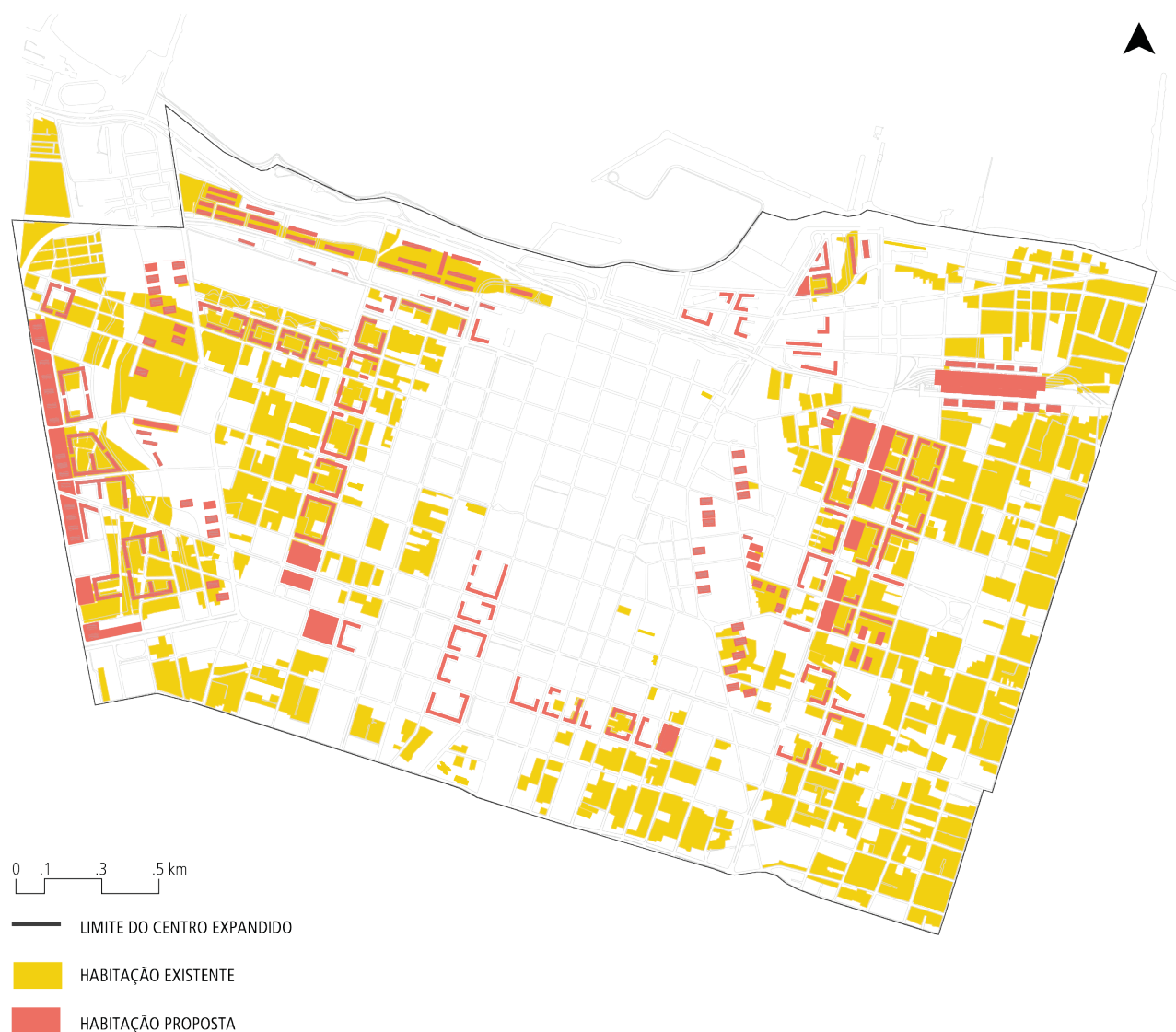
Fonte: elaboração própria

mentares à moradia e os seus “miolos” como vias de circulação.

Propõe-se também a instalação de novas estruturas na área central: a construção do centro administrativo municipal entre as praças José de Alencar e Castro Carreiro (Praça da Estação); a construção, já em andamento, da escola de hotelaria e gastronomia; a valorização da face norte com a construção de edifícios para negócios com vistas para o mar e de um edifício elevador interligando o centro à região da Praia de Iracema. Propõe-se ainda a melhoria na conectividade dessa área central.

A redução na motorização na área central deverá ser perseguida tanto pelo funcionamento de um bonde que circule por toda a área quanto pela implantação de edifícios para estacionamento localizados em áreas periféricas estratégicas que funcionem como um HUB de mobilidade, estimulando os transeuntes a intercalar meios de transporte e caminhadas.

O patrimônio edificado deverá ganhar maior valor a partir do fortalecimento da convivência de vizinhança e também da ampliação da conectividade de “caminhos verdes”. O Plano para o centro propõe ampliar quatro vezes mais as áreas verdes hoje existentes, criando mais espaço de convivência e conforto ambiental nessa área da cidade.



Propostas de incremento habitacional para o centro - Fonte: elaboração própria

Outros Planos Secundários

O projeto detalha diversas reabilitações urbanas em áreas específicas como: a criação do Parque da Foz do rio Ceará integrado com o corredor do rio Maranguapinho; o Projeto Praia do Futuro articulando a área de tancagem e gastronomia com o Castelo Encantado e o Morro Santa Terezinha; a reestruturação da Oficina do Urubu como coração de bairro; o Corredor Turístico Cultural Beira Mar-Centro; o novo contexto urbano da Beira Mar; o Plano de Regeneração da Praia de Iracema, entre outras.

Proposta da Mobilidade Urbana

Considerando mobilidade urbana como o movimento de pessoas, bens e valores através da cidade, de uma localização para outra de modo seguro, acessível, conveniente socialmente distribuído, o Plano Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040 reconhece que transporte e uso do solo são indispensavelmente ligados, daí a proposta de concretizar a rede de mobilidade a partir de sua integração com os serviços de transporte sobre trilhos existentes e em implantação, formando uma rede de transporte público por ônibus e trens, dirigida a localizações dentro do centro urbano e ao mesmo



Ativos urbanísticos harmonizados com as urbanizações propostas e rede de áreas verdes - Fonte: elaboração própria



Sistemas de transportes locais no centro da cidade - Fonte: elaboração própria

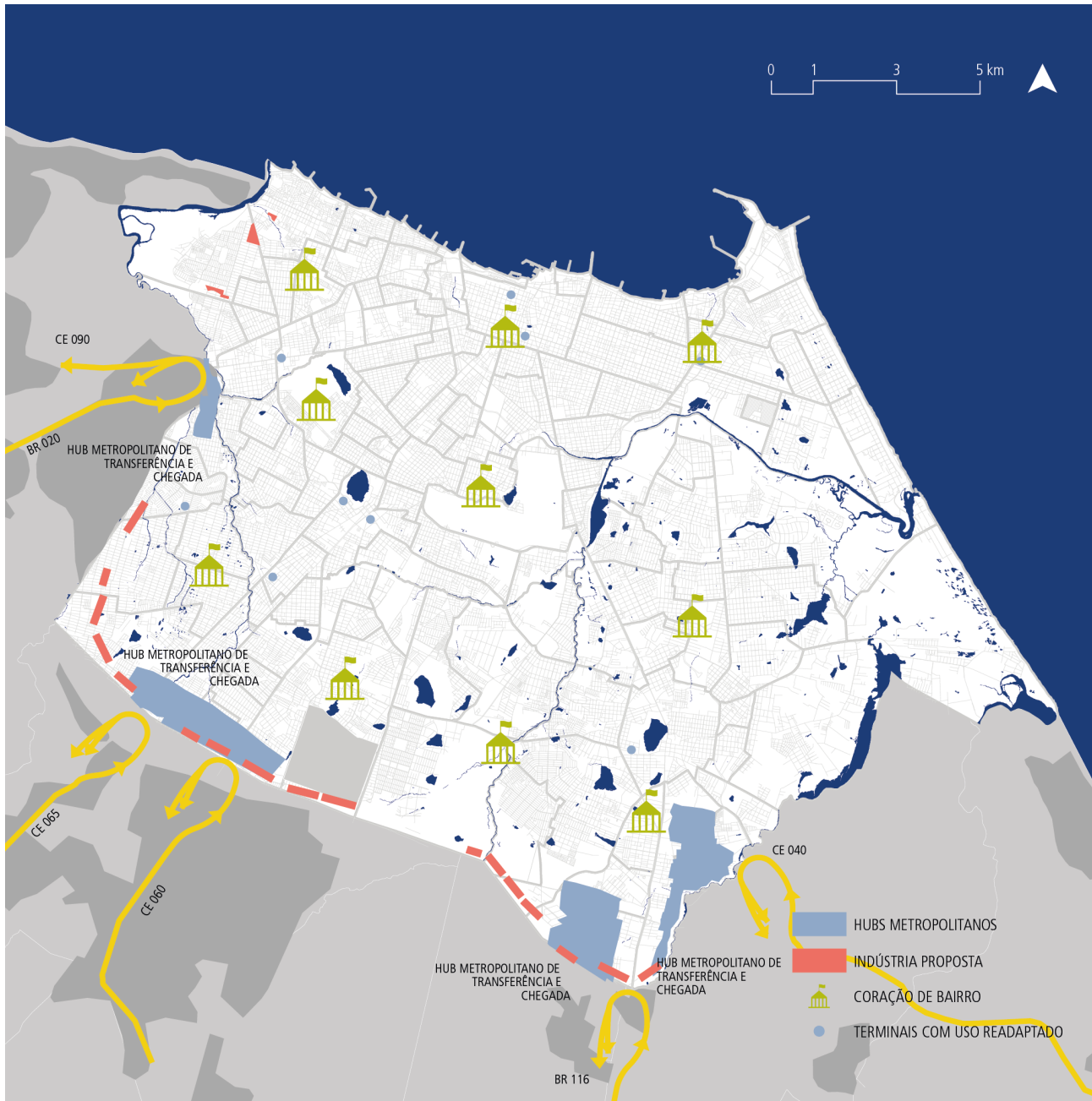
tempo favorecendo a conectividade intermunicipal na região metropolitana.

A rede será estruturada ao longo de diversificados corredores urbanos que interceptam o centro urbano e conectam os principais geradores de atividades nas vizinhas, incluindo os centros de emprego, centros de educação, centros de comércio, centro de saúde e outras instituições.

Deverão ser elaborados planos para obtenção de expansão, melhoria e aperfeiçoamento do sistema de transporte existente com ênfase no transporte ativo (bicicleta, caminhada, skate e eco-taxi) e melhorias nos serviços de transporte público com foco na gestão da demanda de transporte.

Um programa de gestão da demanda de transporte será requisitado para cada plano de situação urbana de estruturas destinadas a usos de escritórios acima de 2000 m², apartamentos residenciais e/ou usos mistos acima de 100 unidades residenciais, urbanizações comerciais de usos institucionais acima de 5000 m².

O transporte ativo com foco-chave na caminhada, no uso de bicicleta, skate e eco-taxi também será incorporado dentro dos projetos de novas vizinhanças e, quando possível, aperfeiçoados em vizinhanças já existentes para assegurar as conectividades entre os sistemas de vias e os sistemas de transporte público.



Hub de mobilidade metropolitana - Fonte: elaboração própria

Será elaborado um Master Plan Ciclovitário complementar às iniciativas de projeto já em andamento, com vistas a estabelecer conexões entre origens-chave e destinos por meio de uma rede urbana completa de infraestruturas para bicicletas em comutação e outra rede urbana completa para uso de bicicleta de forma recreacional. Onde for possível e apropriado haverá conexão ou sobreposição entre essas redes. Também poderá incluir padrões de sinalização, identificação e proteção de faixas.

Todas as reconstruções de vias e/ou alargamentos para instalação dos Corredores de Urbanização Orientados Pelo Transporte Público preveem a incorporação de uso da bicicleta ou infraestruturas relacionadas com este uso nas áreas identificadas no Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040.

É uma meta desse Plano que as estratégias de estacionamento sejam prioritariamente preparadas para o Centro Urbano. As Vizinhanças nos Corredores de Urbanização Orientados pelo Transporte Público e outras áreas de uso comercial de grande escala situadas ao longo destes corredores. Áreas comerciais que venham a ser remodeladas com vistas a usos mistos também deverão apresentar uma estratégia de estacionamentos. Cada plano estabelecerá estratégias de consolidação de estacionamentos para minimizar e/ou eliminar a necessidade de acomodar

serviços de estacionamento de rua em excesso no local.

Por meio do processo de planejamento relacionado com planos ou autorizações para parcelamento, poderão ser estabelecidas as condições para exigir que suficiente quantidade de solo, e outros ocupados por construções ou estruturas, sejam dedicados a proporcionar o alargamento de vias cuja largura, conforme as autoridades considerem necessárias, quando a proposta de parcelamento ou construção conflitar com uma via existente.

A cidade de Fortaleza terá em 2040 quatro corredores de sistemas de transportes ferroviários formados pelo Metrofor Sul, Metrofor Oeste, Metrofor Leste e o Sistema VLT, que juntamente com o Sistema de BRT, formarão uma rede conectividade por trilho, tão rápida quanto possível. Serviços de *park and ride* poderão ser estabelecidos nas vizinhanças localizadas em Áreas de Estação, assim como nos estacionamentos privados ou de instituições públicas situados em situação de conveniência com as Áreas de Estação.

A nova rede de transporte instalada nos Corredores será apoiada por ônibus com circulação em zonas segregadas previstas no padrão BRT e formará com a linha de metrô já instalada e as demais previsões de sistemas metroferroviários, a rede geral de mobilidade para a cidade de Fortaleza. Ainda se incluirão nesta rede os siste-



mas de transportes locais em zonas específicas, desempenhadas pelo modo bonde elétrico, nos casos do Centro Urbano, parte da Aldeota, Praia de Iracema e Avenida Beira Mar.

EIXO 2 - VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

O grande objetivo do eixo “Vida comunitária, acolhimento e bem-estar” é construir uma Cidade em que predominem sentimentos e atitudes de acolhimento das pessoas em todas as suas relações sociais, da valorização de suas identidades, do desenvolvimento de sentimento de afeição pela Cidade, contribuindo para uma cultura de paz e tolerância, que favoreçam a melhoria da qualidade de vida da população.

Objetivo 2.1 – Comunidade Saudável

Fortaleza deverá transformar-se em uma cidade com uma população saudável e bem acolhida no sistema de saúde pública, com amplo acesso à saúde pública de qualidade desenvolvendo saúde pública preventiva com sistema bem estruturado, com ampliada capacidade e eficiência, bem como uma alimentação saudável com apoio de agricultura urbana e reeducação alimentar.

A Cidade deverá também ampliar a sua oferta de espaços de esporte e lazer nas comunidades, prioritariamente nas comunidades mais vulneráveis.



Esporte e Lazer

Em 2040, Fortaleza deverá ter se tornado referência nacional em qualidade de vida da população, por meio do acesso ao estilo de vida fisicamente ativo, com políticas de estado institucionalizadas e garantia de fonte de recursos próprios para promoção universal do esporte e lazer, integrado à saúde, combate a violência, educação e cultura.

Para isso, deverá desenvolver ações voltadas para o esporte participação – lazer, integração e saúde pública, o esporte educacional e esporte de alto rendimento, tendo um sistema esportivo apoiado por financiamento assegurado, infraestrutura adequada e governança assegurada por participação das diferentes esferas da sociedade no controle, no monitoramento e na avaliação das ações planejadas.

O esporte voltado para lazer e integração deverá ordenar atividades nos diferentes espaços públicos assim como praças, lagoas e novos equipamentos – dentre os quais, academias específicas para mulheres – adequando-os a todas as faixas etárias e necessidades especiais de pessoas com deficiência e pessoas idosas.

O esporte educacional será incentivado por meio de parcerias com as instituições de ensino superior, federações esportivas e órgãos gestores governamentais, assegurando a presença de



professores qualificados, envolvendo as famílias e incentivando eventos escolares.

O Plano propõe a disponibilização de estruturas e equipes treinadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento de base, utilizando a Rede Cuca, as Vilas Olímpicas e outros equipamentos, como núcleos de enca-

minhamento de alunos, com potencial de alto rendimento para o Centro de Formação Olímpica (CFO).

Para sua implementação, o Plano prevê a criação de um fundo municipal do esporte que possibilite, entre outras ações, a criação de bolsas para atletas e a formação continuada de

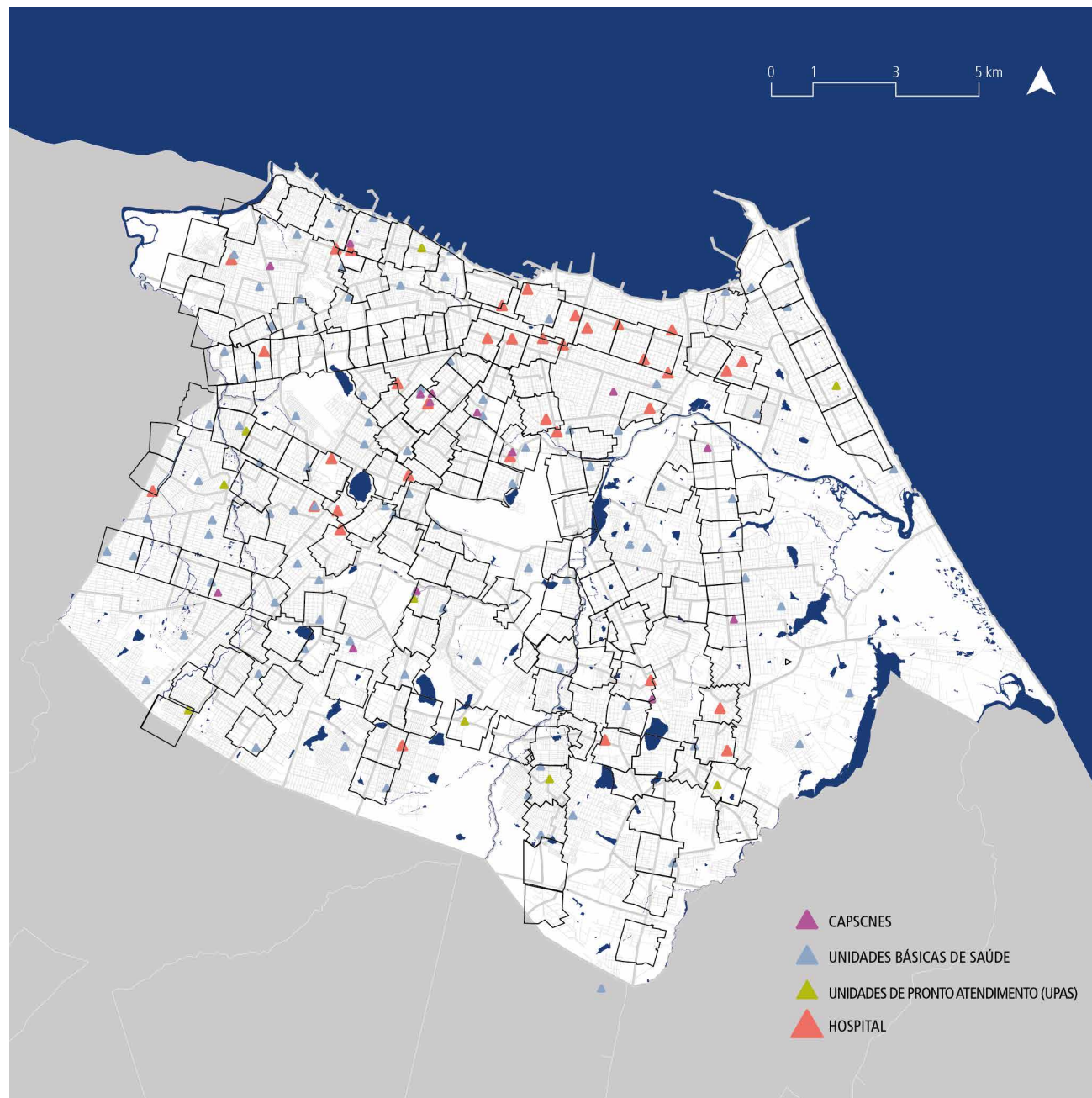
profissionais; de uma fundação municipal de esportes, de um conselho municipal e uma célula de pesquisa em parceria com instituições de ensino superior.

Saúde

O Plano visa, na área da saúde, oferecer atenção e cuidados de promoção, proteção e recuperação da saúde e qualidade de vida da população, num sistema de saúde público, gratuito, efetivo, eficaz e humanizado, em consonância com os direitos fundamentais da pessoa humana.

A organização do Sistema Municipal de Saúde deve assegurar o cumprimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): universalidade de acesso, equidade social, igualdade no cuidado e integralidade da atenção, com efetiva participação e controle social na definição de prioridades e destinação de recursos.

O desenho deste Plano deve considerar a transição demográfica, de redução da fecundidade e fertilidade e envelhecimento populacional progressivo e a acumulação epidemiológica, de predomínio das doenças crônicas não transmissíveis, mais a constância de elevadas taxas de morte por causas externas, homicídios, acidentes e suicídios e a persistência de doenças infecciosas e parasitárias.



Localização dos equipamentos de Saúde - Fonte: elaboração própria

Deve, portanto, articular ações de assistência, promoção de saúde com ações intersetoriais que possam intervir, conjuntamente, nos determinantes sociais do processo saúde-doença.

O escopo da proposta do Plano de Saúde está distribuído em linhas de ação estratégicas, relacionadas com o ciclo de vida, a formação profissional adequada, a organização de serviços em redes de atenção e a convivência saudável em sociedade.

Para que isso aconteça, o Plano de Saúde no âmbito do Fortaleza 2040 será estruturado em uma rede solidária de atenção, inclusive intersetorial, com sistema de avaliação e controle, na transparência na aplicação de recursos, na gestão e governança democrática da ação governamental e no controle e participação ativa da comunidade.

Linhas de ação:

1 - Envelhecimento saudável da populacional, condições crônicas não transmissíveis e cuidados paliativos.

- Acessibilidade funcional, geográfica, social e cultural.

- Desenvolvimento de atividades intergeracionais.

2 - Proteção da gestante e do concepto, reprodução assistida e desenvolvimento da

criança na primeira infância.

3 - Formação profissional, acumulação epidemiológica e transição demográfica.

- Gestão de pessoas, acolhimento e ética.

- Informações para tomada de decisões.

- Pesquisa, inovação tecnológica, qualificação em diagnóstico e terapia voltadas para a assistência às necessidades da população.

4 - Assistência à saúde e organização de serviços.

- Organização de redes temáticas de atenção.

- Pesquisa, inovação tecnológica em diagnóstico e terapia.

- Gestão do trabalho e educação permanente.

5 - Saúde mental, redução de danos e convivência saudável.

Objetivo 2.2 – Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade

Este objetivo busca a construção de uma sociedade sem preconceito ou discriminação de qualquer tipo, com igualdade de oportunidades e respeito às minorias e setores vulneráveis, acolhendo todas as faixas etárias, gêneros, orientações sexuais, raças, etnias e pessoas com deficiência.

Assistência Social

O Plano objetiva que até 2040 a cidade de Fortaleza tenha uma Política Municipal de Assistência Social com comando único, financiamento assegurado, com publicização de ações articuladas intersetorialmente, promovendo o acesso aos direitos socioassistenciais..

Para isso, está estruturado em cinco linhas de ação: Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas); Promoção dos Benefícios Socioassistenciais; Proteção Social Básica; Proteção Social Especial e Controle Social.

O conjunto de ações voltadas para a gestão do Suas contém proposições de estruturação da capacidade administrativa do sistema por meio da consolidação de uma secretaria com orçamento assegurado, equipes suficientes e permanentemente capacitadas, estruturação dos equipamentos – novos e existentes – conforme as normativas exigidas (estrutura física, acessibilidade e tecnologia da informação). Propõe ainda a criação de um centro de referência em educação permanente da assistência social, criação de um sistema de notificações de violência e violações de direitos nos diversos segmentos e a organização e a publicização de informações e dados da assistência social.

No que se refere aos benefícios socioassistenciais, o Plano sugere a ampliação do orça-



mento para assegurar a concessão dos serviços eventuais (auxílio-natalidade, auxílio-funeral e cesta básica) e a elaboração de desenvolvimento de planos intersetoriais específicos de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família.

A proteção social básica deverá estruturar os seus equipamentos e promover o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidades sociais, implementando o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em todos

os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e o serviço domiciliar para pessoas com deficiência e idosos.

Por sua vez, a proteção social especial propõe a ampliação de mais sete Centros Pop para os usuários de média complexidade, a ampliação de mais oito Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e o fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Para os beneficiários de alta com-

plexidade, o Plano propõe a construção de 14 instituições de longa permanência para idosos, sete abrigos familiares, duas casas de passagem femininas, duas repúblicas masculinas e duas femininas, 12 instituições de acolhimento para menores, quatro pousadas sociais e a implantação legal do serviço de Família Acolhedora.

O Plano da Assistência prevê ainda ações para o fortalecimento institucional da rede e o controle social do sistema.

Pessoa com Deficiência

Atingir progressivamente a transversalidade plena em todos os serviços públicos na municipalidade, com intérpretes de libras, transporte público, praças com equipamentos para deficientes e acesso em igualdade, tornando Fortaleza uma cidade popularmente conhecida por sua acessibilidade, é o grande objetivo do Plano para a Pessoa com Deficiência no âmbito do Fortaleza 2040.

A transversalidade proposta deverá ser traduzida quando a acessibilidade estiver sendo tratada em todos os setores públicos e, para tanto, o plano define ações voltadas para a adequação das calçadas, vias, prédios e equipamentos públicos, implantação de transporte acessível e com pontos de acesso adequados, repartições públicas com intérpretes de libras, programas

de lazer e cultura voltados para pessoas com deficiência e capacitação continuada de gestores, servidores e terceirizados para o atendimento de Pessoas com Deficiência (PcDs).

O Plano sugere também que a Prefeitura firme termos de ajuste de conduta com o Ministério Público diante dos prazos já vencidos para as adequações previstas em Lei, bem como a criação de um centro municipal de atendimento e apoio multiprofissional à criança com deficiência e sua família.

Mulher

Uma Fortaleza igualitária, justa, que acolhe, respeita e defende as mulheres, assegurando-lhes participação nos espaços de poder e decisão é o grande objetivo deste Plano temático. Para tanto, organiza ações em seis grandes linhas: Secretaria da Mulher; Autonomia, igualdade de gênero no mundo do trabalho e cidadania; Educação inclusiva, não sexista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica; Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; Participação das mulheres e controle social; e Enfrentamento à violência contra as mulheres.

Além de ações estruturantes, como a institucionalização das políticas afirmativas, o Plano prevê ações de permanente capacitação, ampliação da oferta de equipamentos que contri-



buam com a autonomia – a exemplo de creches, restaurantes e lavanderias em áreas populares, inserção em programas habitacionais, ampliação de ações de saúde voltadas para mulheres e implantação de unidades de acolhimento e reabilitação específicas para mulheres que estejam em sofrimento mental e drogadição, bem como

ações voltadas para combater a violência contra as mulheres.

Pessoa Idosa

Em 2040, Fortaleza terá uma cultura de envelhecimento que permeie toda a sociedade,



acompanhando o processo de envelhecimento com a garantia da integração dos idosos na vida social, cultural, esportiva, intelectual e profissional da cidade num estilo de vida ativo.

Para isso, o Plano interage com diversas políticas propondo ações intersetorializadas e articuladas em rede para a implementação da Po-

lítica Municipal do Idoso. Além disso, estipula ações votadas para a proteção social, a educação, a capacitação e a criação de centros culturais, dentre outras ações voltadas para assegurar a permanência do desenvolvimento educacional e cultural desse segmento.

Com relação às ações voltadas para a pro-

teção e saúde, destacam-se a criação de centros-dia, a criação de instituições de longa permanência, o cuidado domiciliar e a criação de centros integrados de assistência jurídica. Essas ações propõem a construção e adaptação de equipamentos para a implantação de república de idosos, a construção de casas-lar e a readequação das calçadas, passeios, acessos e vias públicas.

Ações voltadas para a reinserção de pessoas idosas no mercado de trabalho, por meio da sensibilização do setor privado, da criação de espaços de produção e comercialização de produtos artesanais e da capacitação para o empreendedorismo e acesso ao crédito são também propostas necessárias no âmbito do tema da pessoa idosa.

Criança e Adolescente

O Plano temático para esta faixa etária propõe que, em 2040, Fortaleza seja uma cidade com crianças e adolescentes com direito à felicidade, educados, cuidados, acolhidos e protegidos, com seus direitos garantidos e defendidos, respeitados em suas capacidades e potencialidades, sendo protagonistas da construção e da elaboração de seus projetos de vida com a participação de suas famílias e o firme compromisso da sociedade e do poder público.

Organiza-se em 18 linhas de ação, sendo 13 voltadas para a primeira e a segunda infância e cinco voltadas para a adolescência.

A infância é tratada desde a assistência pré-natal, sendo cuidada por meio de ações de saúde, educativas, assistenciais e lúdicas. Dentre as ações de saúde propostas, destacam-se a ampliação de mais quatro Centros de Atenção Psicossocial Infantil, o atendimento pediátrico nas unidades públicas de saúde e a capacitação permanente de profissionais.

As ações educativas preveem a universalização do atendimento de crianças de quatro a cinco anos e a ampliação gradativa de creches, assegurando os padrões universais, uma alimentação saudável, a inclusão de crianças com deficiência e a formação continuada de profissionais. São previstas ainda campanhas para incentivar o direito ao brincar e a implantação de espaços lúdicos nos diversos bairros e equipamentos de atendimento às crianças.

O plano da infância prevê também a ampliação dos equipamentos de assistência social (mais 16 Centros de Referência de Assistência Social –Crases, dois Centros de Referência Especializados em Assistência Social –Creas), a garantia de prestação continuada a crianças com deficiência, a implantação de serviços de fortalecimento de vínculos, serviço de família acolhedora, programa de incentivo à adoção,



garantia do registro civil e ações de enfrentamento à violência.

O plano voltado para a proteção da adolescência prevê a ampliação dos conselhos tutelares – criação de um conselho para cada 100 mil habitantes –, a criação e o funcionamento de comitês territoriais e de um centro

de estudos, pesquisas e sistematização das informações de serviços de denúncias anônimas. Integra também ações de monitoramento da cobertura das matrículas na rede escolar, do plano de atendimento socioeducativo em meio aberto e ações voltadas para a prevenção da violência e uso de drogas.

Todas as linhas organizam ações voltadas para assegurar às crianças e aos adolescentes, desde a primeira infância, cuidados e proteção nas diversas áreas, implicando a necessidade de uma intensa articulação intersetorial para o alcance de seus objetivos.

Juventude

A visão de futuro buscada pelo segmento da juventude é de que esta faixa etária contará com amplas oportunidades de estudo, esporte, lazer e qualificação para acesso ao mercado de trabalho, vivendo e atuando como protagonistas do futuro da Cidade, de modo que em 2040 não se verá mais em Fortaleza jovens ociosos (que não estudam e não trabalham).

Para isso, são propostas cinco frentes de ação: Saúde e qualidade de vida, esporte, lazer e tempo livre; Educação e cultura; Segurança, diversidade e direitos humanos; Emancipação e participação política e social; e Trabalho, renda e novas formas de inserção produtiva, ciência e tecnologia.

Com relação à linha de ação voltada para a qualidade de vida, o Plano propõe a construção e a implementação de seis equipamentos multidisciplinares para acompanhar a saúde e a qualidade de vida dos jovens, a

ampliação de profissionais na rede pública de saúde, a criação de programas nas escolas, a reforma nas praças, adequando-as para serem espaços de socialização, e a criação de conselhos gestores dessas praças.

Um dos desafios a serem enfrentados na área educacional é a transformação curricular que permita uma formação para a cidadania e preparação para o trabalho. Ações de arte e cultura também são sugeridas nessa educação transformadora. Por sua vez, a área de segurança deverá adequar-se para a promoção de uma cultura de paz por meio da capacitação de seus agentes, ações de monitoramento, ampliação e fortalecimento dos núcleos de justiça alternativa restaurativa, dentre outras.

LGBT

O plano para o segmento de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) propõe a construção de uma Fortaleza acolhedora, com a população LGBT empoderada politicamente, exercendo sua plena cidadania com seus direitos assegurados por meio de políticas afirmativas, acessíveis e igualitárias.

Um dos objetivos é a promoção de uma educação não discriminatória e de garantia das diversidades de orientação sexual e identidades de gênero. Para isso, sugere a estruturação de

um órgão de acompanhamento das políticas educacionais dentro da estrutura do órgão municipal de educação, a formação continuada de educadores, a produção de materiais didáticos adequados e de instrumentos que auxiliem na visibilidade de experiências bem-sucedidas.

A promoção da saúde integral, não discriminatória e adequada ao atendimento das demandas da população LGBT é uma segunda linha de ação que contempla proposições de: criação de instrumentos para ampliação da rede integrada de atendimento, desenvolvimento de projetos específicos para LGBT com deficiência auditiva ou visual, criação de instrumentos de regulamentação do ambulatório de travestis e transexuais, dentre outras ações.

O plano propõe ainda ações afirmativas artísticas, culturais e desportivas voltadas para o reconhecimento, a valorização e o respeito às diversidades, apresentando editais culturais, atividades de formação, implementação de programas de esporte e lazer, guias turísticos específicos e outras ações de fomento.

Ações voltadas para fortalecer a autonomia econômica sugerem instrumentos legais afirmativos que obriguem o setor público a contratar profissionais de orientação LGBT. Propõem ainda criar programas de formação profissional, linhas de crédito que possibilitem o empreendedorismo solidário e cooperativo. Com relação

às políticas de assistência social, o plano sugere capacitações permanentes e alterações no sistema de cadastro de forma que permita a identificação de gênero.

Por fim, o plano estrutura ações voltadas para a promoção, a defesa e a difusão dos direitos humanos e da segurança pública da população LGBT.

Igualdade Racial

Que, em 2040, Fortaleza seja uma sociedade igualitária, equitativa, consciente, de compartilhamentos e reciprocidade, em que o pessoal e o coletivo possam estar bem definidos dentro do meio social, tendo sido garantida a Lei da Igualdade Racial – Lei nº 12288/10 – Estatuto da Igualdade Racial (EIR), bem como outras leis de reparação, assegurando assim a valorização, o respeito e a liberdade dos povos historicamente excluídos, promovendo a união de todos de modo que os setores públicos, sociais e religiosos possam ser multiplicadores e executores dos direitos e deveres dos cidadãos. Essa é a visão de futuro de uma sociedade sem discriminação a ser perseguida pelo Plano Fortaleza 2040.

Para isso, o plano temático de igualdade racial propõe a criação de cotas para negros no serviço público, o aumento da fiscalização quanto ao cumprimento de leis já existentes,

principalmente relacionadas aos conselhos locais e a formação de um núcleo jurídico sobre intolerância religiosa.

Também orienta a criação de novos programas municipais de inserção humanizada da população negra e indígena egressa do sistema carcerário e das pessoas em situação de rua, a criação de Centro de Referência para o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à lesbofobia, à transfobia e à intolerância religiosa e de apoio às pessoas com deficiência além da formação de agentes de segurança que realizem atendimento jurídico à população negra, indígena, comunidades tradicionais e povos de terreiros.

A partir da capacitação de agentes de segurança, coibir a violência policial, (res)socializando jovens, adultos e adolescentes em conflito com a lei. A violência também deverá ser coibida pela criação de ouvidorias específicas com instrumentos como SOS Racismo e a promoção de discussões sistemáticas e regulares entre os órgãos de segurança e a população com intuito de consulta acerca das necessidades da população.

O plano em questão propõe ainda ações voltadas para a adequação da formação escolar, do atendimento específico à saúde da população negra, do apoio às manifestações culturais e de programas voltados para a inclusão profissional

da população negra – entre as quais, o turismo histórico e religioso.

EIXO 3 - UMA CIDADE DE CULTURA E CONHECIMENTO

Este eixo contempla componentes que, interligados e complementares, favorecem o desenvolvimento humano, o aumento e a democratização das oportunidades sociais e a competitividade da economia, viabilizando as inovações do setor produtivo. São eles a ampliação e melhoria da educação, aumento da qualificação do trabalhador, desenvolvimento científico e tecnológico e desenvolvimento cultural.

Objetivo 3.1 – Educação de Qualidade e capacitação para o trabalho

O plano específico para este setor projeta que em 2040 a rede pública de ensino estará ofertando atendimento em tempo integral em todas as instituições educacionais, na educação infantil, ensino fundamental e médio (regular e profissional) e que o sistema educacional contemple:

- Pais, professores e comunidade comprometidos com a educação das crianças e alunos;
- Um currículo que torne a escola mais atrativa, prazerosa e motivadora, que desenvolva



o senso crítico, o empreendedorismo, a cooperação, a responsabilidade social e ambiental, a tolerância, o respeito e a convivência social harmoniosa;

- Elevação dos indicadores de aprendizagem das escolas nas avaliações internas e externas de larga escala - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - Spaee, SAEF e Exame Nacional do Ensino Médio - Enem;

- Escolas melhor estruturadas para o desenvolvimento da sua ação educativa, com acesso para todos;

- Fortalecimento de programas educacionais complementares com foco no esporte, na arte e na cultura;

- Carga horária do professor com maior disponibilidade de tempo para formação continuada e atividades de suporte à docência; acompanhamento multiprofissional para crianças, alunos e profissionais da educação;

- Valorização dos profissionais da educação com salário digno, atenção à saúde e incentivo à formação continuada;

- Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar;

- Desenvolvimento de ações Inter setoriais – educação, cultura, saúde, assistência social – para atendimento às crianças, alunos e familiares.

O Plano em questão está estruturado em seis linhas de ação. São elas:

- Reconceptualização das Instituições Educacionais Municipais de Fortaleza;

- Desenvolvimento da Educação Infantil;

- Desenvolvimento do Ensino Fundamental I e II;

- Desenvolvimento do Ensino Médio Regular e Profissional;

- Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos;

- Gestão Democrática e Participativa e Valorização dos Profissionais da Educação.

A primeira delas trata de transformar as instituições educacionais do município a partir de ações voltadas para: Redimensionamento do currículo escolar a ser implementado, definindo conhecimentos, competências, habilidades e valores necessários à formação de uma pessoa que vive no século XXI; revisão dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das Instituições Educacionais Municipais; implantação do currículo redimensionado; implantação de ambientes científico-tecnológicos criativos e lúdicos de aprendizagem com a montagem de 60 ambientes (dez por Distrito de Educação) dotados dos três principais ambientes: criativo, lúdico e científico-tecno-

lógico; desenvolvimento de programa de educação para uma cultura empreendedora no currículo escolar; formação de 100% dos professores das escolas de ensino fundamental, para desenvolvimento do programa; desenvolvimento de uma educação para a diversidade no currículo, com a construção e a valorização de metodologias e abordagens educativas de enfrentamento ao sexismo, ao preconceito e ao racismo; elaboração/aquisição e difusão de materiais didático-pedagógicos direcionados a 100% dos docentes, discentes e gestores das unidades educacionais municipais; execução de um programa interdisciplinar transversal com foco na temática envelhecimento e educação intergeracional e a criação e execução de programa de fortalecimento de vínculo família-escola-comunidade nas instituições educacionais públicas.

A linha de ação voltada para a educação infantil propõe:

- Ampliação do atendimento em creches, com atendimento de 50% da demanda manifesta de crianças menores de um ano e atendimento de 100% da demanda manifesta das crianças de um a três anos; expansão do atendimento em período integral às crianças da pré-escola com atendimento de 70% das



crianças da pré-escola em tempo integral;

- Ingresso de professores na educação infantil exclusivamente com nível superior;
- Formação continuada para todos os profissionais que atuam na educação;
- Atendimento Educacional Especializado - AEE na educação infantil com a implantação de 150 Salas de Recursos Multifuncionais em Centros de Educação Infantil para atendimento de 100% das crianças que necessitam do AEE e formação de 100% dos professores do AEE no Centro de Educação Infantil;
- Criação de 12 Núcleos Multiprofissionais de Atendimento à criança com deficiência (dois por Distrito de Educação) em parceria com as áreas da Saúde e da Assistência Social;
- Expansão da acessibilidade arquitetônica nos Centros de Educação Infantil;
- Elaboração/reelaboração e implementação da Proposta Curricular da Educação Infantil;
- Criação e implantação de uma rede preventiva de proteção à criança, em parceria com as famílias, poder público e sociedade.

Outra linha de ação, referente ao ensino fundamental, tem propostas no sentido de universalizar o acesso e ampliar o atendimento em período integral, adequando e ampliando as unidades de ensino, implementando um pro-

cesso formativo continuado de professores e reorganizando o currículo de maneira adequá-lo às necessidades de educação dos diversos temas transversais essenciais à construção da cidadania. Apresenta ainda, a implementação de um Programa de educação empreendedora e a garantia da oferta de atendimento educacional especializado.

O desenvolvimento dos projetos pedagógicos deverão incluir estudos sobre cultura e história afro-brasileira, africana e indígena e o desenvolvimento de projetos voltados para o reconhecimento positivo e respeito à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, a prevenção e a eliminação de violência sexista e *bullying* homo-lesbo-transfóbico.

São metas e ações propostas para essa modalidade da educação básica de Fortaleza:

- Universalização do atendimento escolar no ensino fundamental para toda a população de seis a 14 anos;
- Ampliação da taxa de escolarização líquida do atendimento no ensino fundamental de 84,2% para 100%;
- Consolidação da política de educação integral na rede de ensino municipal de Fortaleza através do desenvolvimento da política de

educação integral em 100% das escolas municipais;

- Expansão da política de tempo integral para 75% dos alunos de seis a 14 anos.
- Desenvolvimento permanente da política de alfabetização na idade certa com elevação do índice de crianças alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental para 100%;
- Elevação dos resultados do Ideb para, no mínimo, 9,0 no 5º ano e 8,0 no 9º ano do ensino fundamental através da intensificação de medidas pedagógicas que melhorem a eficiência das escolas municipais;
- Ampliação do parque escolar da rede municipal de ensino de Fortaleza e reforma geral das unidades escolares de ensino fundamental;
- Ampliação de 100% das unidades escolares da rede municipal nos parâmetros de qualidade da oferta em tempo integral, conforme estabelecido na legislação vigente;
- Incremento do programa de esporte, lazer e cultura na rede municipal de ensino com a construção e reforma de quadras poliesportivas e espaços multifuncionais para atividades artísticas e culturais em 100% das escolas;
- Implantação de programas de incentivo à leitura e formação continuada para 100% dos profissionais que atuam nas bibliotecas escolares;

- Desenvolvimento de projetos que estimulem o uso das tecnologias em 100% das escolas de ensino fundamental.

- Ampliação do atendimento educacional especializado (AEE) para alunos que necessitam deste atendimento com a implantação de 48 novas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e adequação das SRM aos parâmetros de acessibilidade da legislação vigente;
- Intensificação do processo de formação continuada dos profissionais da educação com a Implantação de seis Centros de Formação Docente, um por Distrito de Educação, dotados de recursos tecnológicos modernos e a constituição de um grupo de 100 formadores, por meio de seleção, distribuídos nos Distritos de Educação;
- Fortalecimento da cultura de avaliação no sistema de ensino municipal com a criação de uma célula de avaliação;
- Desenvolvimento de um programa de prevenção e proteção ao aluno em parceria com as famílias, a sociedade e o poder público;
- Oferta de matrícula no ensino fundamental para atender adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa e atendimento nas escolas de 100% da demanda manifesta de adolescentes em liberdade assistida (LA) e que prestam serviços à comunidade (PSC);
- Correção do fluxo escolar no ensino fundamental.

O ensino médio no município terá como metas e ações:

- Universalização do atendimento escolar no ensino médio para toda a população de 15 a 17 anos, elevando a taxa líquida de matrícula do ensino médio para 85%;
- Ampliação da oferta de matrícula em tempo integral, no ensino médio no mínimo, em 50%;
- Construção da identidade do ensino médio, proporcionando formação humanista, cidadã, crítica, ética, participativa e para o trabalho, numa perspectiva integrada.
- Correção do fluxo escolar no ensino médio;
- Criação de 15.000 vagas em programas que ofereçam formação em Tecnologia da Informação e Comunicação, com ênfase no protagonismo juvenil junto aos alunos do ensino médio;
- Criação de um Centro de Línguas em Fortaleza para estudantes do ensino médio;
- Universalização do atendimento escolar no ensino médio à população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, que demande essa etapa da educação básica;
- Elevação para 580 pontos da proficiência dos alunos do ensino médio no ENEM;

- Criação de uma política de transição dos egressos do ensino fundamental para o ensino médio;
- Implementação de política de formação inicial e continuada de professores envolvidos com a inclusão;
- Ampliação do número de SRM para garantia da oferta de AEE no ensino médio, em, pelo menos, 50%.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA deverá estruturar e implementar uma política pública para reduzir o número de analfabetos, em Fortaleza, de 6,9% para 3,3% desenvolvendo ações como:

- Expansão da EJA em mais 42 escolas da rede municipal de ensino;
- Articulação com Instituições que desenvolvem educação profissional;
- Utilização de tecnologias digitais na EJA;
- Implementação da progressão parcial na EJA, com o desenvolvimento de metodologias para acompanhamento individualizado;
- Qualificação dos organismos colegiados para atuarem como instâncias de mediação escolar na EJA;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE), na EJA;
- Criação de Núcleos Multiprofissionais para atendimento a alunos com deficiência ma-

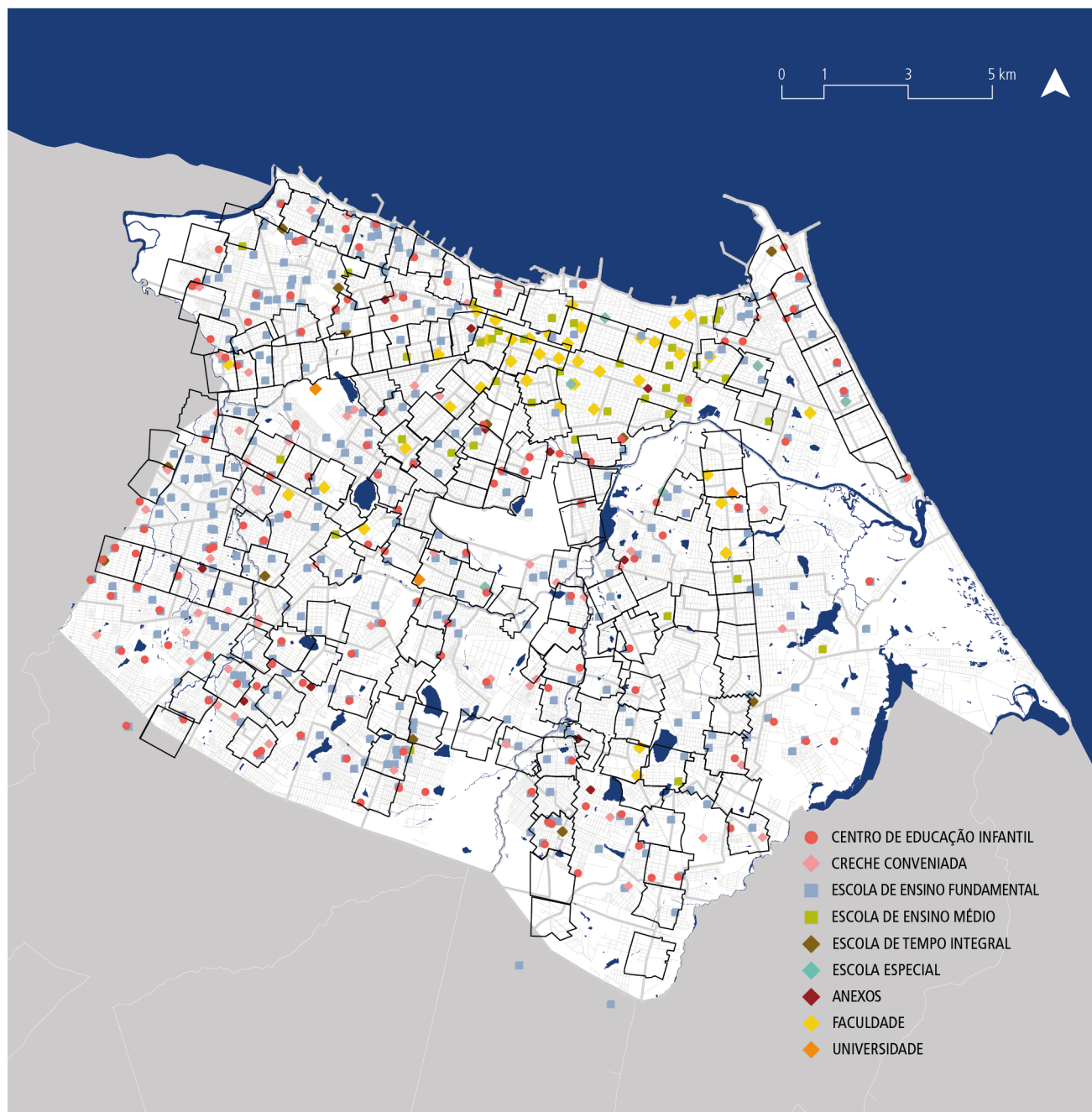
triculados na EJA (Em parceria com as áreas da Saúde e da Assistência Social);

- Oferta de EJA semipresencial para o segundo segmento;
- Aquisição de material didático complementar atendendo às especificidades da EJA;
- Oferta de matrícula na EJA para atender adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Criação de programa de inclusão do idoso no atendimento da EJA, integrando políticas públicas de Saúde, Cultura, Lazer, Assistência Social, Empreendedorismo;
- Formação Continuada para professores que atuam na EJA;
- Elevação da produtividade da EJA, aumentando a taxa de aprovação para, no mínimo, 70%, e reduzindo o índice de abandono para 20%, no máximo.

A linha de ação voltada para a **Gestão Democrática e Participativa e Valorização dos Profissionais da Educação** estrutura-se em três focos: fortalecimento da gestão educacional, fortalecimento da gestão escolar e valorização profissional.

FOCO 1: FORTALECIMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL

- Regulamentação, dinamização e avaliação das ações do regime de colaboração, com as três esferas de governo com a implantação e implementação de um comitê permanente de gestão do regime de colaboração, com realização de encontros trimestrais;
- Elaboração, execução e avaliação dos Planos Territoriais de Educação, com base no Plano Municipal de Educação através da implantação de seis Fóruns territoriais de Educação;
- Ampliação do percentual dos recursos destinados à Educação Pública Municipal. Propondo um investimento anual de, no mínimo, 30% em educação;
- Qualificação dos gestores educacionais;
- Aperfeiçoamento da gestão descentralizada com o desenvolvimento de um sistema integrado de informatização para desburocratização e reorganização dos fluxos dos processos gerenciais da gestão educacional pública municipal de Fortaleza;
- Fortalecimento da intersetorialidade a partir da integração da política educacional com as demais políticas públicas municipais.



Localização dos equipamentos de educação - Fonte: elaboração própria

FOCO 2: FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

- Reengenharia da gestão das escolas públicas municipais de Fortaleza com validação e adequação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 100% das unidades educacionais; reconfiguração do grupo gestor de 100% das unidades educacionais de acordo com a legislação; revisão e atualização do Regimento Escolar de 100% das unidades educacionais e a criação do Prêmio Municipal de Gestão Escolar (PMGE), para participação de 100% das unidades educacionais;
- Fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil com a criação de oito (8) Câmaras Territoriais Infantojuvenis (uma por território), criação de uma (1) Câmara Municipal Infanto-juvenil e o estímulo à criação e funcionamento de grêmios e outras organizações estudantis em 100% das unidades educacionais.
- Fortalecimento dos Organismos Colegiados escolares pela formação continuada para 100% dos membros dos organismos colegiados.

FOCO 3: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza

com a implantação de um programa de incentivo à jornada de trabalho com dedicação exclusiva para 100% dos profissionais da educação e o desenvolvimento de um programa intensivo de prevenção às doenças laborais para 100% dos profissionais da Educação;

- Aperfeiçoamento do processo de formação para os profissionais da Educação da Rede Municipal de Fortaleza;
- Aperfeiçoamento e desenvolvimento da carreira dos Profissionais da Educação com atualização do Estatuto do Magistério do Município de Fortaleza e a garantia de remuneração conforme os níveis de qualificação para 100% dos professores;
- Melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação assegurando qualidade de materiais de apoio, recursos pedagógicos e infraestrutura de 100% das escolas.

Objetivo 3.2 – Valorização e desenvolvimento Cultural

Este Plano setorial considera a cultura como vetor estratégico e transversal da cidade e objetiva chegar em 2040 com uma “Política cultural descentralizada, acessível e impulsionadora do desenvolvimento; com seu patrimônio reconhecido, protegido e divulgado”.

Está estruturado em seis grandes linhas de

ação: financiamento; gestão do conhecimento; governança; patrimônio cultural e memória; formação e criação; produção, circulação e consumo cultural nas diversas linguagens.

A proposta de financiamento busca a ampliação contínua de destinação dos recursos municipais à cultura, propondo a destinação de 2% dos recursos do orçamento municipal para esta área. Sugere ainda criar instrumentos legais de fomento para os pontos de cultura municipais e a instituição de parcerias do poder público com a iniciativa privada. Para isso, sugere isenção de impostos municipais para estimular a iniciativa privada a construir e manter equipamentos culturais na cidade.

A implantação de um sistema de informação de cultura e o desenvolvimento de uma plataforma virtual são propostas para desenvolver a gestão de conhecimento. A ampliação da participação da sociedade civil na política cultural e nas decisões relativas à destinação do orçamento, por sua vez, é o objetivo maior da melhoria na governança do setor cultural. Para isso, são propostos um programa formativo, a consolidação dos fóruns de cultura, seminários sobre orçamento e capacitação de servidores.

A linha de ação voltada para a revitalização do patrimônio histórico e valorização da herança cultural propõe a criação do Instituto do Patrimônio Cultural de Fortale-

za, uma autarquia com autonomia focalizada nas ações de preservação, a elaboração de roteiros culturais associados ao sistema de transporte público, o fortalecimento das políticas de fomento às manifestações culturais e a implantação de um programa permanente de estímulo às manifestações da cultura cearense nas praças, com prioridade aos bairros de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH mais baixo.

O plano propõe a criação de um fundo financeiro específico para a preservação do patrimônio material, a requalificação do entorno dos imóveis de relevância cultural com o aterramento da fiação externa, isenção de IPTU e regularização das calçadas e edificações de interesses culturais tornando-as acessíveis.

Ainda na linha patrimonial o Plano prevê a requalificação de museus com a digitalização de acervos e ações de restauro, além da organização de mostras permanentes.

A linha de ação voltada para a formação propõe o desenvolvimento de um programa de repasse de saber dos Mestres de Cultura, formação de educadores em linguagens artísticas, conclusão do complexo “Vila das Artes” e estruturação de novas escolas públicas de arte e cultura.

Para desenvolver a criação, produção, circulação e consumo cultural nas diversas linguagens



artísticas, o Plano propõe a reforma, estruturação e modernização dos equipamentos públicos municipais, construção de praças planejadas para atividades de arte e cultura nos territórios, e um programa de valorização da dinâmica cultural dos bairros na sua riqueza e diversidade, o “Programa Cultura dos Bairros”. Outra ação proposta pelo Plano é a transformação do Centro da Cidade em um território cultural, potencializando os equipamentos culturais existentes (públicos e privados), além da criação de um programa permanente de apoio ao terceiro setor com finalidade cultural e a realização de mostras, feiras, festivais interbairros de arte e cultura. O Plano propõe ainda a criação de uma plataforma digital de difusão cultural. Assim, Fortaleza chegará a 2040 com uma ambiência social com fortes sinergias criativas, motivadoras da plena exploração de seus saberes, vocações e potencialidades.

Objetivo 3.3 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A visão de futuro para Fortaleza, dentro desta temática, é chegar a ser uma cidade Inteligente e Inovadora capaz de produzir e usar o conhecimento para a melhoria do bem estar de seus habitantes, constituindo-se no habitat de pessoas que encontram as condições adequadas para viver e desenvolver seus projetos

e negócios, estimular e potencializar o conhecimento, os valores, os talentos, a criatividade e a inovação na cidade.

Para isso, o plano estabelece como metas:

METAS GERAIS

- Ampliar a infraestrutura necessária para possibilitar o acesso de 100% da população da cidade de Fortaleza a conexão de banda larga;
- Elevar o orçamento da Prefeitura de Fortaleza no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação dos atuais 0,15% para no mínimo 10% em 2040, com a contrapartida externa de no mínimo 30%;
- Ampliar a rede Cuca (que atualmente compreende Cuca Barra - Regional I, Cuca Mondubim - Regional V e Cuca Jangurussu - Regional VI) de forma a beneficiar todos os 65 bairros com IDH situado entre 0,0 e 0,35, implantando incubadoras de Economia Criativa e de Inovação Social;
- Introduzir nas obras públicas e equipamentos urbanos até 30% do seu valor em conteúdos de inovação e sustentabilidade ambiental;
- 80% das novas edificações devem contemplar projetos de sustentabilidade ambiental (energia renovável, reaproveitamento de água e paisagismo).

METAS TRANSVERSAIS

- Dotar de pelo menos 90% dos espaços públicos da cidade de internet de banda larga;
- Formar, em nível de pós-graduação stricto sensu, no mínimo, 80% (sessenta por cento) dos professores de educação básica até 2040 e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
- Implantar unidades de capacitação profissional pelo município ou em articulação com outras esferas de governo em 100% dos bairros com IDH entre 0,25 e 0,35 (baixo e muito baixo);
- Implantar em Fortaleza, em articulação com o governo do Estado do Ceará, o Centro Oceanográfico do Atlântico Tropical para pesquisa de recursos marinhos, mudanças climáticas e energias renováveis.
- Criar 10 (dez) ambientes de inovação na cidade em parceria com o governo estadual (parques tecnológicos, polos de inovação, CVT, e hub de companhias aéreas).

Para o alcance de tais metas deverá perseguir alguns objetivos estratégicos alcançáveis pelo desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas para isso.

Um dos objetivos é contribuir para a con-

solidação de um sistema local de CT&I com capacidade endógena de formulação e implementação de políticas e apto a interagir com os ambientes externos e, para tanto, deverá:

1 - Fortalecer e ampliar a capacidade de atuação da estrutura municipal de gestão da CT&I com:

- A ampliação e consolidação das iniciativas de estruturação do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e de seus meios e instrumentos de atuação: plano municipal de CT&I, regulamentação da legislação de incentivos, instituição de fóruns de gestão e governança da CT&I, marcos regulatórios;
- Instituição do conselho municipal de inovação e empreendedorismo.
- Apoio à criação de rede municipal de agentes indutores à inovação com atuação efetiva no nível local.
- Desenvolvimento e ampliação dos mecanismos de coleta, tratamento, disseminação e usos de dados e informações sobre a cidade, aplicáveis à solução de problemas locais no contexto de uma cidade inteligente.
- Promoção de um programa permanente de inovação e modernização tecnológica da gestão municipal.

2 - Dotar o Município de Fortaleza de um adequado padrão de governança e de capaci-

dade de articulação do sistema local de CT&I através de:

- Aperfeiçoamento do marco legal de inovação e das áreas portadoras de futuro do segmento científico e tecnológico local. (Meta: introduzir incentivos na legislação municipal para grau de inovação nas obras e equipamentos municipais);
- Apoio à criação de sistemas para elaboração de projetos, captação de recursos e outras ações de cooperação em CT&I;
- Apoio à criação de sistemas de acompanhamento e avaliação das políticas e planos locais, estadual e regional de CT&I;
- Estabelecimento de mecanismos para fomentar integração interinstitucional e construir “alianças do conhecimento” envolvendo os diversos atores do ecossistema de inovação para geração e apropriação de conhecimento aplicado a problemas locais.

3 - Ampliar a oferta de recursos humanos qualificados para a gestão de CT&I com capacitação de recursos humanos na gestão municipal de CT&I e de seu planejamento (formulação de planos, programas, projetos, instrumentos e ferramentas de gestão etc.); e o apoio da capacitação de Agentes Locais de Inovação;

4 - Consolidar e expandir a infraestrutura de

gestão local de CT&I, com destaque para a conectividade dos sistemas, elevando Fortaleza ao padrão de cidade inteligente caracterizada pelo relacionamento e articulação de sistemas virtuais e físicos que, combinados a redes e plataformas digitais com viabilidade de abrangência globais, proporcionam agregação de valor aos negócios locais; apoiando a expansão de infraestrutura de internet banda larga, ampliando o acesso às redes de atividades vinculadas à educação, entrega de serviços públicos, pesquisa e negócios; apoiando a criação de novos modelos institucionais para a gestão e compartilhamento da infraestrutura de CT&I local e estadual e estimulando a criação de espaços físicos voltados para a inovação.

Um segundo objetivo do Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação é transformar Fortaleza em referência na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação para o desenvolvimento inclusivo, com ênfase na geração de conhecimentos direcionados para o urbanismo, uma economia dinâmica, a sustentabilidade ambiental e a cultura local.

Para isso, deverá incentivar alianças de conhecimento para a inovação inclusiva:

- Estimulando e apoiando iniciativas nas áreas de fronteira do conhecimento, orientados a aplicações voltadas à solução de problemas locais, especialmente nas áreas de saúde, segu-

rança alimentar, energias renováveis, saneamento e meioambiente;

- Envidando esforços expressivos e permanentes para a melhoria da educação básica, destacando especial atenção na formação dos professores em nível de pós-graduação e garantia aos professores curso de formação continuada;

- Incentivando e apoiando a criação de redes de organizações engajadas na promoção de inovação pelos grupos de baixa e média renda para pesquisa e desenvolvimento de materiais, técnicas e design como processo de aprendizagem e criação coletiva (Meta: transformar os Cucas em centros de inovação).

Outra linha de ação para este objetivo é o apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais, o que será alcançado através de:

- Apoio ao desenvolvimento de incubadoras tecnológicas de cooperativas/empreendimentos populares e iniciativas assemelhadas, como mecanismo de inclusão social, para suporte à apropriação/difusão de tecnologias existentes e inovação em empreendimentos sociais e informais;

- Estímulo ao desenvolvimento e a disseminação de várias aplicações promissoras de serviços: telefonia móvel para acesso a informações básicas, saneamento básico, etc.;

- Mapeamento, identificação e valorização



do conhecimento tradicional, estimulando a sua integração aos processos de inovação e competitividade;

- Criação e apoio aos mecanismos e canais efetivos de trocas de conhecimento e comunicação (intercâmbios, feiras, olimpíadas de ciências, congressos, fóruns etc.) para estimular

a difusão e aplicação do conhecimento;

Uma terceira linha de ação deverá ser a criação de mecanismos institucionalizados de aproximação da infraestrutura de pesquisa com vistas à solução de problemas locais, mapeando as instituições de apoio à inovação, existentes na cidade e organizando um banco de práticas e

tecnologias; institucionalizando mecanismos de aproximação das “ilhas de excelência” em pesquisa localizadas na região metropolitana, com vistas à ampliação do acesso a habilidades, informação e conhecimento; criando mecanismos de incorporação de inovações nos empreendimentos governamentais e apoiando a difusão de tecnologias voltadas para os segmentos tradicionais e informais da economia local.

Também deverá ser dada atenção a prioridades da P&D e inovação local com a criação de mecanismos de incentivo em articulação com o governo estadual para micro e pequenos negócios, objetivando a atividade econômica de maior intensidade tecnológica; apoio ao desenvolvimento tecnológico das cadeias produtivas que envolvam o setor energético; a ampliação da indústria de software, explorando as trajetórias tecnológicas emergentes e sua difusão através do tecido econômico; e a criação de condições fiscais favoráveis em habitats de inovação – parques tecnológicos, incubadoras de empresas, arranjos produtivos locais, redes de P&D, para o desenvolvimento de empresas de bases tecnológicas.

A instituição de uma política de atração de centros de P&D e atividades de inovação associados aos investimentos locais deverá contribuir para o objetivo proposto: articulando com o governo estadual a atração de inves-

timentos de tecnologia, em sintonia com o sistema local de CT&I para aprendizagem e capacitação de fornecedores locais, com vistas à construção de polos de competitividade global no município; apoiando a criação e internalização de centros privados de pesquisa e desenvolvimento; e articulando com outras esferas de governo a implantação local de polos e parques tecnológicos em setores portadores de futuro e centros de logística.

Ainda dentro deste objetivo, deverá ser incentivado e fomentado o desenvolvimento de inovações baseadas no uso de energias renováveis, transporte e mobilidade, meio ambiente e biodiversidade; saúde e bem-estar, na racionalização do uso da água, na conservação dos recursos paisagísticos locais.

Um terceiro objetivo estratégico deste plano é dar suporte ao desenvolvimento de uma base técnico-científica de excelência, globalmente conectada e produtora de conhecimento de elevado conteúdo científico e tecnológico.

Para isso, propõe-se a concepção de formas de apoio da ciência, tecnologia e inovação à educação básica e à formação de talentos: elaborando um plano estratégico para disseminação do ensino de ciências por meio de sistemáticas para formação de professores e alunos e produção de técnicas didáticas

dirigidas à integração entre educação básica, tecnológica e superior; criando programas de formação de professores para o trabalho de empreendedorismo e inovação de forma transversal no processo educacional; formando e capacitando quadros para ensino de CT&I no nível de educação fundamental, priorizando a formação de professores para alfabetização científica nas séries iniciais do ensino fundamental.

Ainda para isso, é proposto o desenvolvimento de programas para incentivar a pesquisa e o empreendedorismo desde o ensino básico; a promoção de feiras científicas e olimpíadas de ciências nas escolas municipais; a criação de novos instrumentos e mecanismos para popularização da ciência, articulando entretenimento com conhecimento científico, inclusive privilegiando espaços não formais (mostras, feiras, olimpíadas, novos aplicativos, planetários, museus etc.); e a instituição de incentivos para professores e alunos em projetos de inovação.

EIXO 4 - UMA CIDADE SUSTENTÁVEL – QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

O eixo agrega quatro objetivos voltados à recuperação e conservação dos recursos naturais e da qualidade do ambiente natural, com atenção para os recursos hídricos e para a geração de energia limpa e renovável na cidade de modo a oferecer qualidade de vida e conforto ao cidadão de forma sustentável.

De acordo com a visão de futuro estabelecida durante os fóruns realizados, “Fortaleza será uma cidade modelo no que concerne às políticas públicas de planejamento e gestão ambiental, havendo assim uma mudança de posturas políticas da atual ordem vigente. Para tanto, a instituição dessa nova postura de reestruturação legal e institucional da gestão ambiental da cidade se faz necessária com bases nas premissas legais de conservação, preservação, sustentabilidade e resiliência ambiental. Sendo assim, a reestruturação institucional, assim como as novas estruturas de gestão e planejamento permitirão, um eficiente, equilibrado e justo tratamento para com os recursos naturais da cidade de Fortaleza, ofertando



assim, uma condição adequada de meio ambiente sadio, seguro e equilibrado aos cidadãos”.

O eixo 4 organiza e se estrutura em quatro temáticas específicas:

1. Recursos naturais, resiliência e conforto ambiental;
2. Saneamento básico (envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos);
3. Segurança hídrica;
4. Energias renováveis e eficiência energética.

Objetivo 4.1 - Recursos naturais, resiliência e conforto ambiental

Este objetivo é voltado para promover a recuperação dos recursos naturais da cidade fortalecendo a sua resiliência, a redução das emissões de carbono e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Para isso, há necessidade de uma reestruturação legal e institucional da gestão ambiental da cidade com o objetivo de garantir que Fortaleza tenha as condições legais institucionais necessárias para recuperar sua qualidade ambiental, manter o que ainda existe e valorizar os processos naturais na cidade e a elaboração de diversos planos específicos.

Na reestruturação da gestão ambiental da cidade será necessário minimamente:



- Revisar (por meio de processo participativo) a legislação ambiental da cidade;
- Alterar o atual zoneamento urbano-ambiental, considerando a Política Nacional de Meio Ambiente;
- Criar um departamento ou mesmo de uma autarquia de Educação Ambiental para a cidade;
- Reestruturar uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente para estar de acordo com o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);

Fica sugerida ainda a criação da política municipal de biodiversidade, a reestruturação do conselho municipal de meio ambiente (COMAM), com inclusão de um maior número de instituições isentas e a revisão dos instrumentos normativos que tratam do licenciamento e da alteração da lei de uso e ocupação do solo e do zoneamento para contemplar as áreas de proteção permanente – APP na metragem mínima estabelecida no código florestal.

Propõe-se a revisão das taxas de permeabilidade do solo tendo como base os fatores naturais (tipologia, estrutura, perdas) para autorização de projetos; a alteração da lei de uso e ocupação do solo para incentivar a instalação de empresas de reciclagem na cidade de Fortaleza; a criação de mecanismo legal para obrigar a realização da logística reversa e que garanta a utilização de agregados reciclados em obras públicas.



O SISNAMA recomenda que os municípios tenham Secretaria de Meio Ambiente temática e que esta instituição seja responsável pela fiscalização ambiental da cidade. As temáticas: urbanismo e meio ambiente deverão ficar juntas em termos de planejamento, porém, no tocante ao licenciamento, elaboração de políticas ambientais e fiscalização deverá ser prerrogativa exclusiva da Secretaria de Meio Ambiente para que se possa garantir um efetivo controle dos processos de expansão urbana e ordenamento territorial respeitando os limites da natureza.

Com relação à arborização urbana será necessária a proibição e multa de supressão em logradouros públicos, salvo aqueles legalmente aprovados.

A Lei de uso e ocupação do solo deverá prever a contemplação da área mínima de preser-

vação permanente em áreas urbanas exigidas pelo código florestal (lei 12.651/ 2012), inclusão legal das áreas de unidades de conservação do município em consonância com o plano de manejo das mesmas, inclusão de novos gabaritos e taxas de ocupação, incluindo critérios tais como

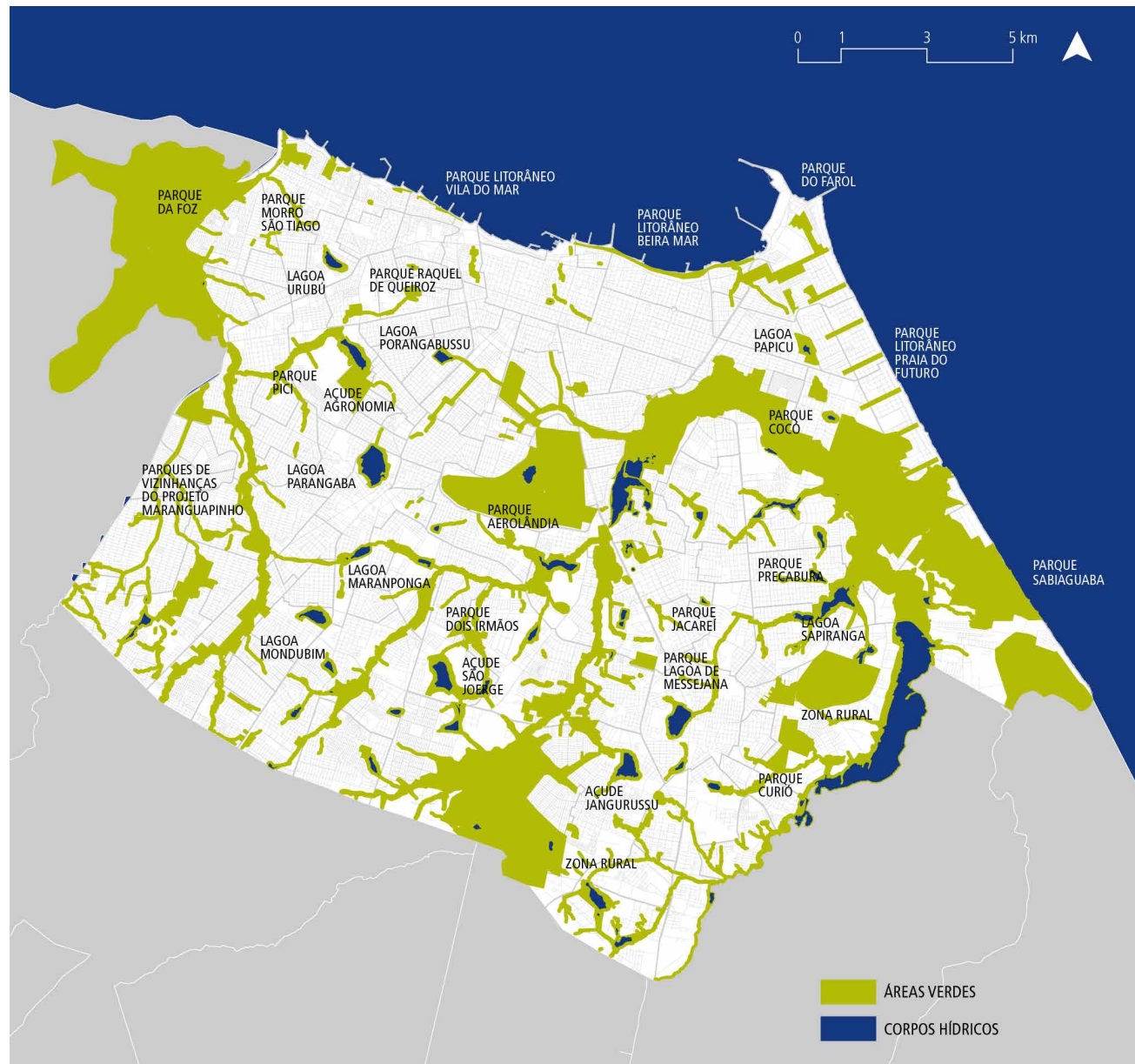
ventilação, luminosidade, impactos no microclima, permeabilidade do solo etc.

O Plano de Meio ambiente desdobra-se em um conjunto de planos voltados para alcançar o objetivo do eixo ambiental:

a) Um Plano de recomposição, manejo e manutenção da biodiversidade com o objetivo de promover a recuperação das grandes áreas verdes naturais da cidade (matas ciliares, manguezais e unidades de conservação) promovendo o conforto ambiental para a sociedade e a continuidade dos processos e serviços ecossistêmicos, com garantias de manejo adequado e manutenção continuada.

Nele estão propostas ações voltadas para a cobertura vegetal urbana que sugerem uma ampla e contínua arborização urbana; criação de corredores verdes; arborização urbana em harmonia com a fiação elétrica assegurando fiação subterrânea para facilitar o plantio; geração de uma diversidade florística por meio de plantio de espécies nativas; incentivo ao transplante com aquisição de equipamento e de caminhões para isso; estímulo a compostagem para facilitar a adubação; incentivo a educação ambiental, inserção da população nas ações.

Nessa mesma linha, são propostos a realização de um Inventário da cobertura vegetal da cidade e o mapeamento das áreas consolidadas nas APP, a definição de uma política de valori-



Todo o verde da cidade deverá estar integrado, de modo a garantir a continuidade dos processos naturais e ao mesmo tempo, tornar a cidade agradável do ponto de vista da temperatura e do bom convívio com a natureza. Estas áreas verdes deverão ter manejo e manutenção por meio da garantia de recursos para a gestão ambiental - Fonte: elaboração própria

zação social e ambiental de áreas verdes e um plano de manutenção de áreas verdes e da arborização urbana.

Para o manejo de matas e manguezais são sugeridas ações voltadas para o incentivo ao turismo ecológico, a proteção efetiva destes ecossistemas através do impedimento da expansão urbana para estas áreas, exigência de materiais ecofriendly em obras públicas e particulares que afetam diretamente estas áreas e a recuperação destes ecossistemas.

A linha de ações voltada para as Unidades de Conservação propõe a implantação da infraestrutura urbana na Área de Proteção Ambiental - APA da Sabiaguaba, assim como a sua gestão e manejos eficiente, e a prospecção de novas unidades de conservação com seus respectivos planos de gestão.

b) Um Plano de valorização, recuperação e manutenção das áreas verdes urbanas (praças e parques) com o objetivo de valorizar as áreas verdes urbanas (parque, praças e arborização urbana) com a finalidade de restabelecer a proximidade e a intimidade entre as áreas construídas e as áreas naturais, promovendo educação ambiental e respeito aos entes naturais existentes.

c) Um Plano de recuperação e gestão dos recursos hídricos urbanos com o objetivo de recuperar a qualidade dos rios, riachos e lagoas



APA da Sabiaguaba

da cidade, promovendo a despoluição da água, a recuperação das matas ciliares e a urbanização das áreas de entorno com instalação de equipamentos de lazer para a população.

Para tanto, deverá realizar um inventário das condições dos corpos hídricos da cidade, priorizando a drenagem natural, um programa de monitoramento da qualidade das águas, a par-

ticipação efetiva do comitê das bacias Metropolitanas e a harmonização com a proposta de zoneamento urbano em corredores.

Também deverá ser realizado um mapeamento dos aquíferos e das áreas de recarga das águas subterrâneas e das áreas com potencialidade para perfuração de poços.

d) Um Plano de gestão da zona costeira com o objetivo de reconhecer, planejar e gerir do ponto de vista ambiental a zona costeira (praias, dunas, estuários, mar), ordenando a ocupação e o uso do solo considerando as fragilidades, peculiaridades e dinâmica naturais.

O plano propõe a retirada de ocupações irregulares nas áreas de dunas, o monitoramento do emissário submarino, a eliminação de esgotos clandestinos, plano de contingência para casos de desastres naturais e costeiros e a recuperação da vegetação de restinga.

Propõe ainda o combate à especulação imobiliária na área da Sabiaguaba, um plano de recuperação de áreas estuarinas e a definição de critérios ambientais em avaliação urbanística.

e) Um plano municipal de sustentabilidade e resiliência com objetivo de garantir a sustentabilidade e a resiliência de Fortaleza frente às mudanças globais (climáticas, nível dos oceanos), as quais extrapolam os limites da cidade e por isso, precisam ser incorporadas ao planejamento de forma estratégica.

O plano sugere promover a valoração dos serviços ecossistêmicos a partir da criação de um banco de projetos de recuperação ambiental, da incorporação da análise de custos ambientais na instalação de novos empreendimentos e ainda pela valoração financeira de passivos ambientais através da parceria com instituições de ensino superior na criação de metodologias para isso, bem como pela valoração dos serviços ecossistêmicos.

Outra linha de ação é voltada para a revalorização do solo para finalidades sustentáveis através de um estudo do solo urbano e recuperação de sua permeabilidade por meio de compensações ambientais, assim como o desenvolvimento de uma política municipal de agricultura urbana comercial.

Ações voltadas para adaptação às mudanças climáticas são propostas na forma de ampliação da cobertura vegetal com a criação de novas áreas verdes, plantio de espécies nativas e a criação de jardins verticais e corredores verdes. Também são sugeridos incentivos a telhados verdes, construções sustentáveis e a criação de diretrizes e definições para a adaptação de mudanças climáticas.

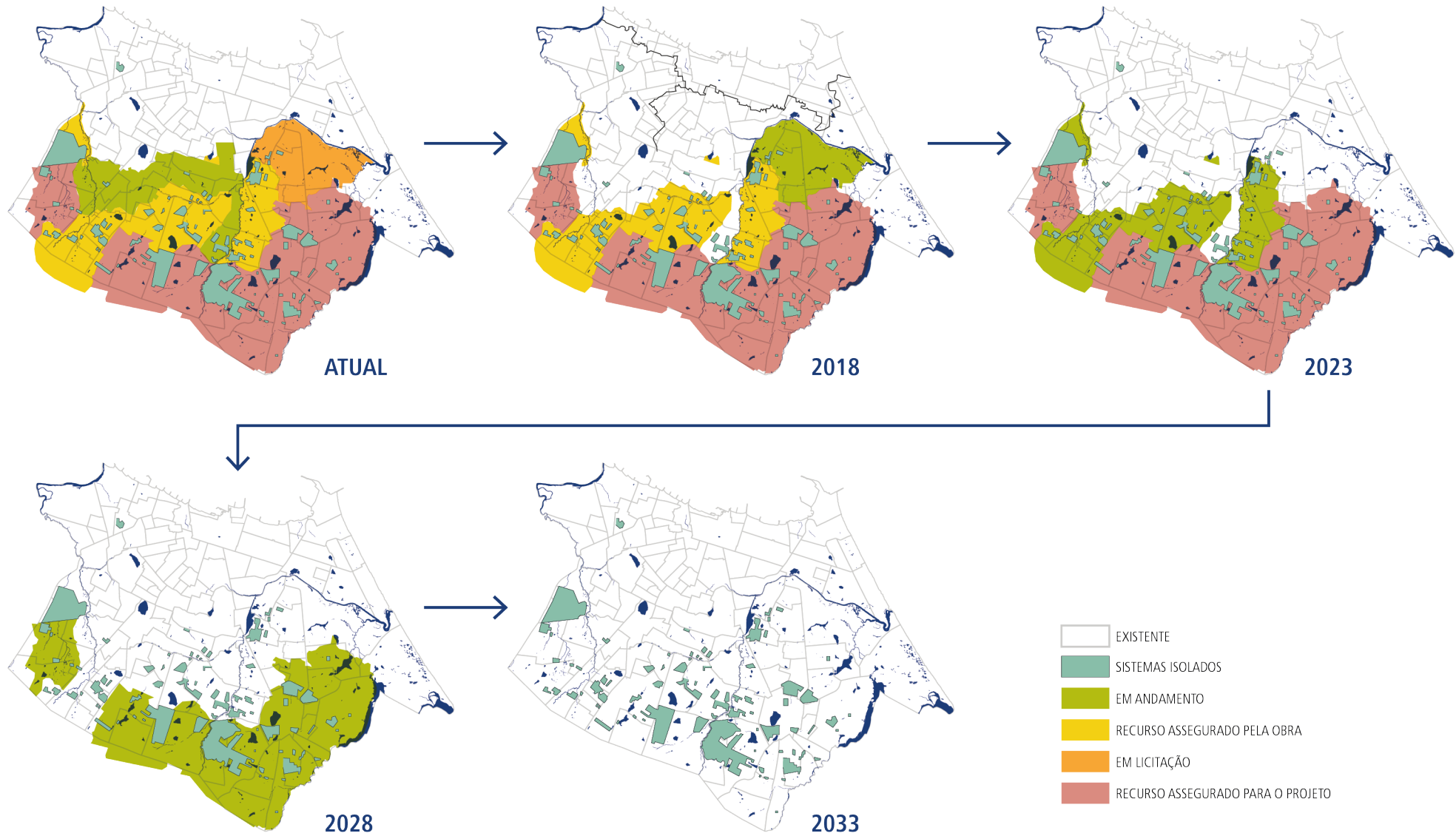
A melhoria na qualidade do ar e a redução nas emissões de gases de efeito estufa poderão ser alcançadas com o combate às queimadas e pelo controle da emissão de particulados em

obras da construção civil a partir da criação de regras e normas rígidas para isso. Também se faz necessária a criação de linha verde para denúncias por parte da população e o estabelecimento de um plano de baixo carbono com metas de curto, médio e longo prazo para o município, assim como um plano de gestão e redução de emissões de gases que causam efeito estufa e o incentivo de transporte coletivo e não poluente.

O aproveitamento integral dos resíduos sólidos pode ser alcançado pela criação de um ecoparque de reciclagem no bairro Jangurussu e incentivos à permanência e instalação de novas empresas de reciclagem, incentivos à inovação e desenvolvimento tecnológico para o setor. Propõe-se ainda a instalação de usinas de reciclagem de resíduos da construção civil, a implantação da coleta seletiva universalizada na cidade e a instalação de unidade de geração de energia por aproveitamento de resíduos não reciclados.

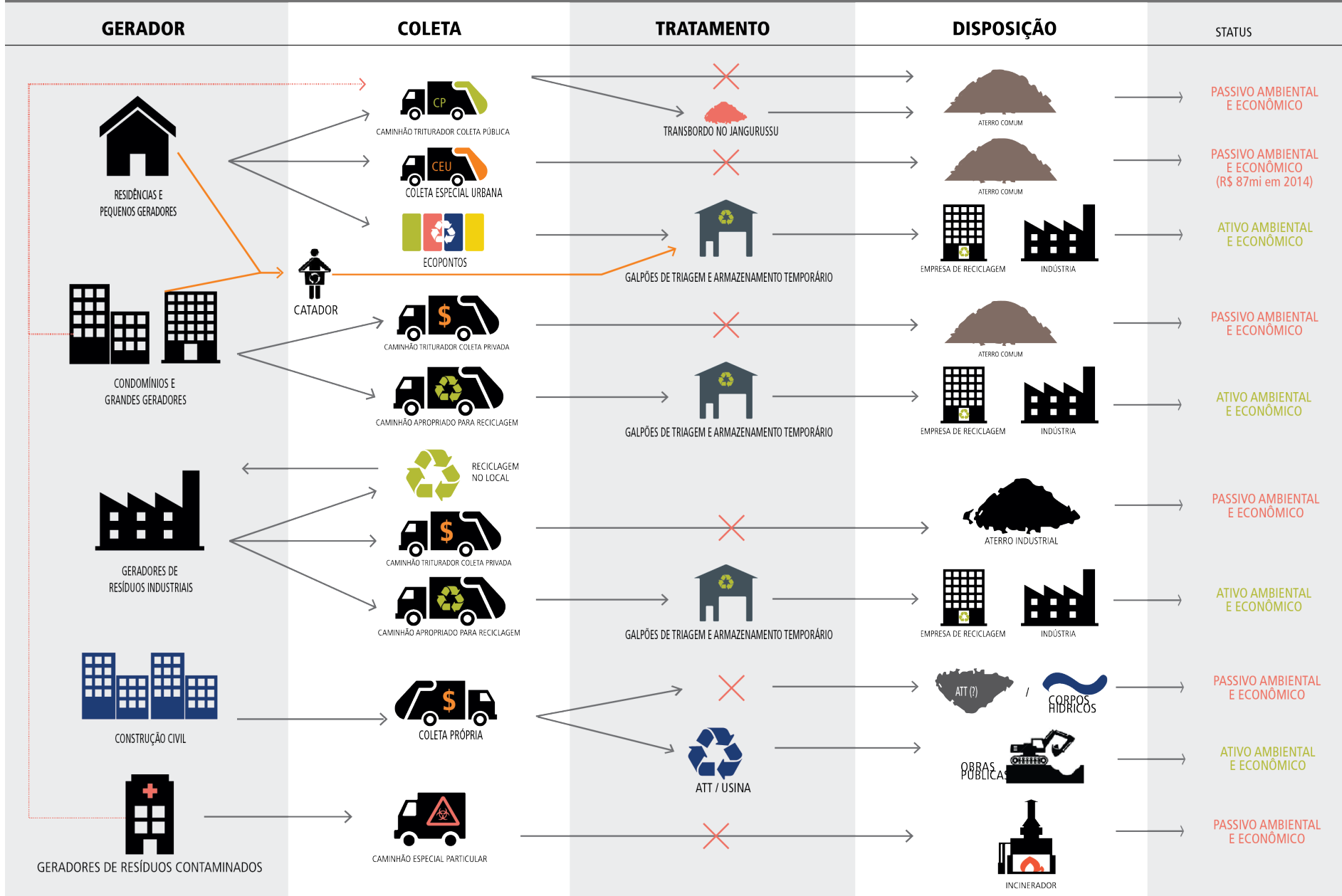
Objetivo 4.2 - Saneamento básico Ampliado

Fortaleza será uma cidade modelo na coleta, tratamento e reciclagem do lixo, com separação dos resíduos sólidos, com inclusão dos catadores, que permita a utilização do lixo or-



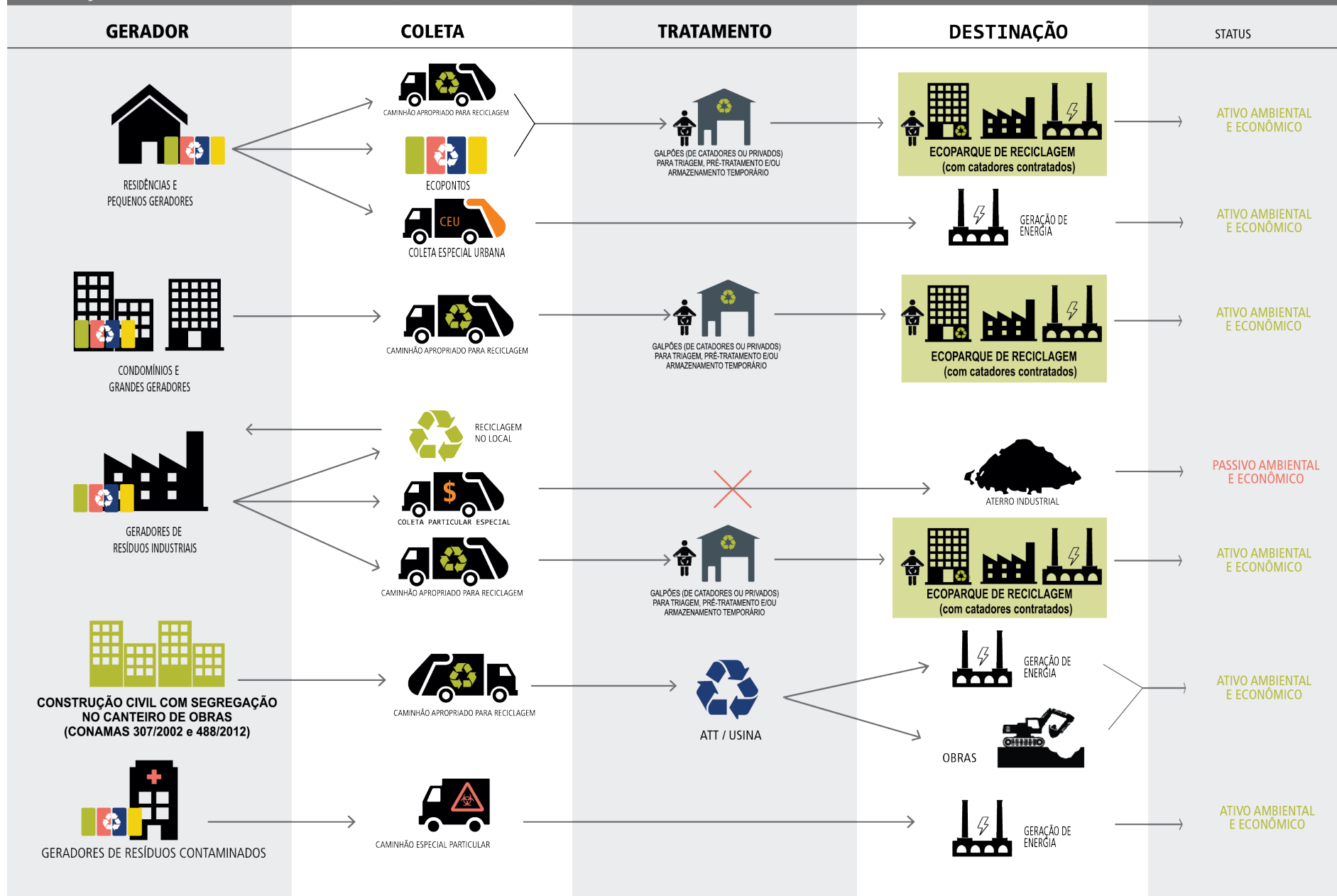
Proposta para universalização dos serviços de esgotamento sanitário - Fonte: Cagece

SITUAÇÃO ATUAL DOS RESÍDUOS (CIRCUITO FORMAL)



Fonte: elaboração própria

SITUAÇÃO PROPOSTA PARA O RESÍDUOS (FORTALEZA 2040)



Fonte: elaboração própria

gânico para geração de energia e do reciclável para reaproveitamento e para logística reversa do lixo industrial e do lixo tóxico (incluindo lixo hospitalar). Ademais, a cidade passará a ter a coleta de lixo domiciliar atendendo 100% da população e contando com moradores educados e culturalmente conscientes do destino dos seus resíduos sólidos, gerando uma menor produção de lixo doméstico e com incentivo às empresas recicladoras. O sistema de drenagem eficiente passará a atuar corrigindo alagamento e inundações de ruas, bem como evitando assoreamento das redes de coleta e canais de escoamento, para isso, será necessário que haja um sistema de atendimento de 100% dos domicílios em rede de esgotos e correção de todos os problemas que comprometam o sistema.

Este objetivo pretende ampliar a infraestrutura de esgotamento sanitário, de drenagem das águas pluviais, de oferta de água potável e o melhor tratamento dos resíduos sólidos da cidade.

Com relação ao abastecimento de água, o Plano tem como meta a universalização da cobertura de abastecimento, incluindo um plano de abastecimento complementar por fontes alternativas e investimentos em novas tecnologias no abastecimento.

Propõe um amplo programa de educação ambiental e sanitária para eliminação de des-

perdícios; redução das perdas no processo de distribuição (cerca de 35%); o detalhamento de um plano de reuso das águas cinzas e negras para finalidades específicas; a criação da estrutura tarifária para reuso e revisão da estrutura tarifária para o abastecimento garantindo a sustentabilidade econômica da concessionária;

Também orienta para a incorporação do controle do abastecimento por fontes alternativas tais como águas subterrâneas e dessalinização, e a integração da gestão do saneamento (abastecimento de água; esgotamento sanitário; gestão dos resíduos sólidos; drenagem de águas pluviais) por meio da criação de uma Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico, dentre outras ações.

Com relação ao esgotamento sanitário, a universalização da cobertura de esgotamento é meta a ser perseguida, incluindo a criação de mecanismos de incentivo/viabilização das populações carentes para ligação às redes de esgoto; capacitação técnica, transparência no processo de contratação e incorporação de novas tecnologias.

Também são propostas: a realização de um amplo programa de educação ambiental; a elaboração de um plano de reuso das águas cinzas e negras para finalidades específicas; a valoração econômica dos impactos da falta de saneamento no sistema de saúde municipal; a re-

gulação / tarifação do serviço de esgotamento sanitário e o tratamento e alternativa de reuso para os efluentes lançados via emissário submarino.

Ações destinadas à melhoria da drenagem de águas pluviais propõe uma modelagem do sistema de drenagem natural visando evidenciar a forma correta de adaptação ao aporte de chuvas; a compensação / mitigação das perdas de permeabilidade do solo; adaptação dos canteiros centrais para canteiros drenantes nos corredores de acesso; incentivo à utilização de pavimentos drenantes nas vias da cidade e nos lotes; captação e reuso de água no lote evitando a descarga em via pública e o incentivo às construções sustentáveis com baixas taxas de impermeabilização do solo e instalação de telhados drenantes.

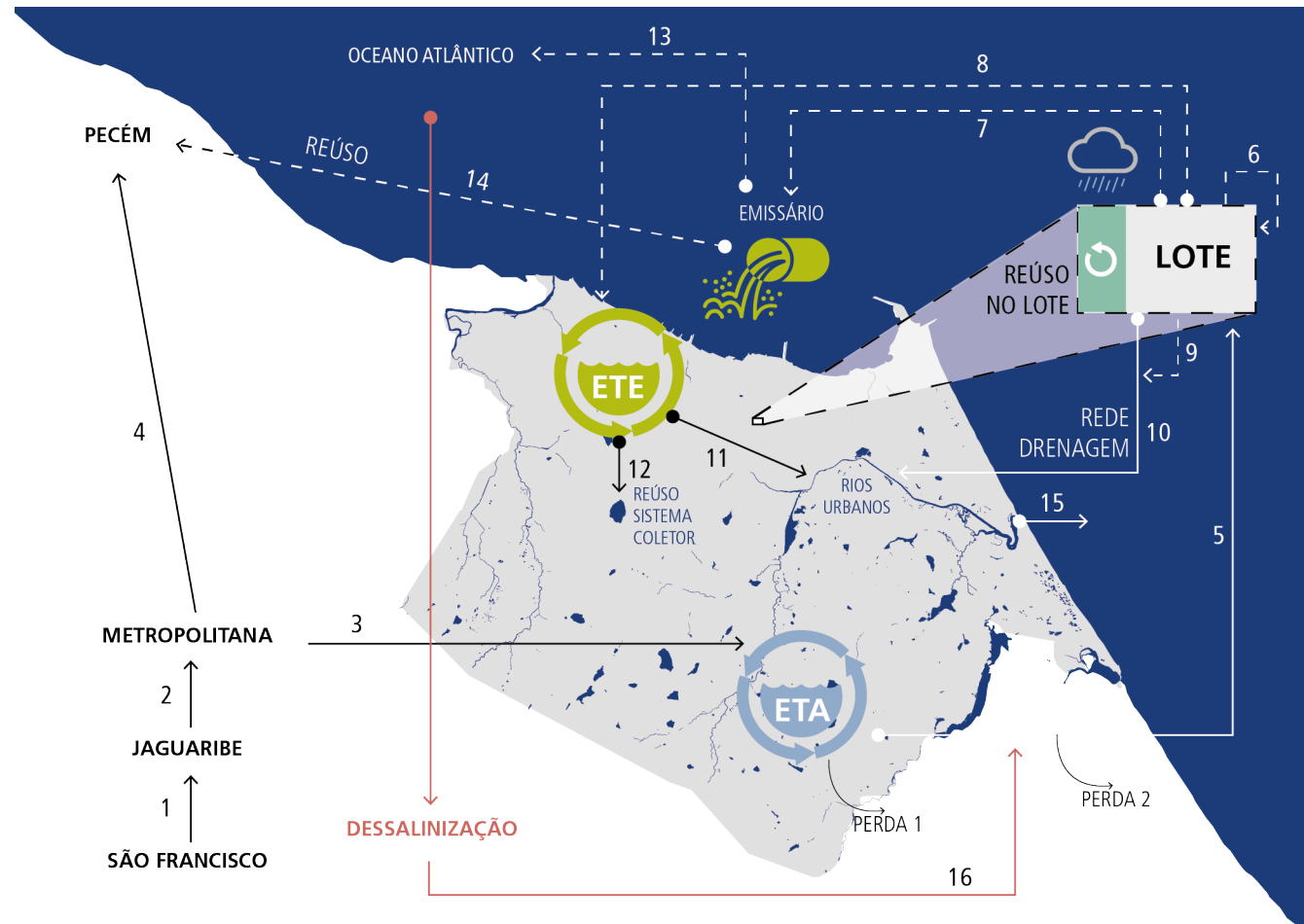
Deverá ser promovida a recuperação de corpos hídricos aterrados ou canalizados, das faixas marginais dos rios com reassentamento de populações em situações de risco (integrado com o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS) e das nascentes e leitos dos rios Ceará, Cocó, Maranguapinho e Pacoti. Também se faz necessária a batimetria dos corpos hídricos visando monitorar o aporte de sedimentos e/ou resíduos cuja consequência é a perda de vida útil das obras de drenagem, a revisão das taxas de permeabilidade dos solos com base no

mapeamento do sistema natural (solo, litologia, tipo de aquífero, topografia) e a revisão e alteração das taxas de permeabilidade do solo com base na estrutura natural para garantir retroalimentação dos aquíferos e diminuição dos impactos sistêmicos das chuvas.

A gestão integrada dos resíduos sólidos, também tendo por meta a universalização da cobertura da coleta pública com ampliação das alternativas aos locais de difícil acesso, sugere a revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRSU com ênfase na integração com os demais temas do saneamento, incluindo ações voltadas para o incentivo à coleta seletiva, à educação ambiental e à inclusão dos catadores no sistema produtivo formal.

Aponta que serão necessários caminhões da coleta pública adequados para o aproveitamento dos resíduos (reciclagem); a extinção da destinação final em aterro sanitário e área de transbordo visando garantir 100% de aproveitamento dos resíduos seja pela reciclagem, seja pela logística reversa, seja pela geração de energia; e a alteração da lei de licenciamento ambiental municipal modificando o status da reciclagem de “atividade de alto potencial poluidor/degradador” para “atividade de baixo potencial poluidor degradados e de utilidade pública”.

A universalização da coleta seletiva na cida-

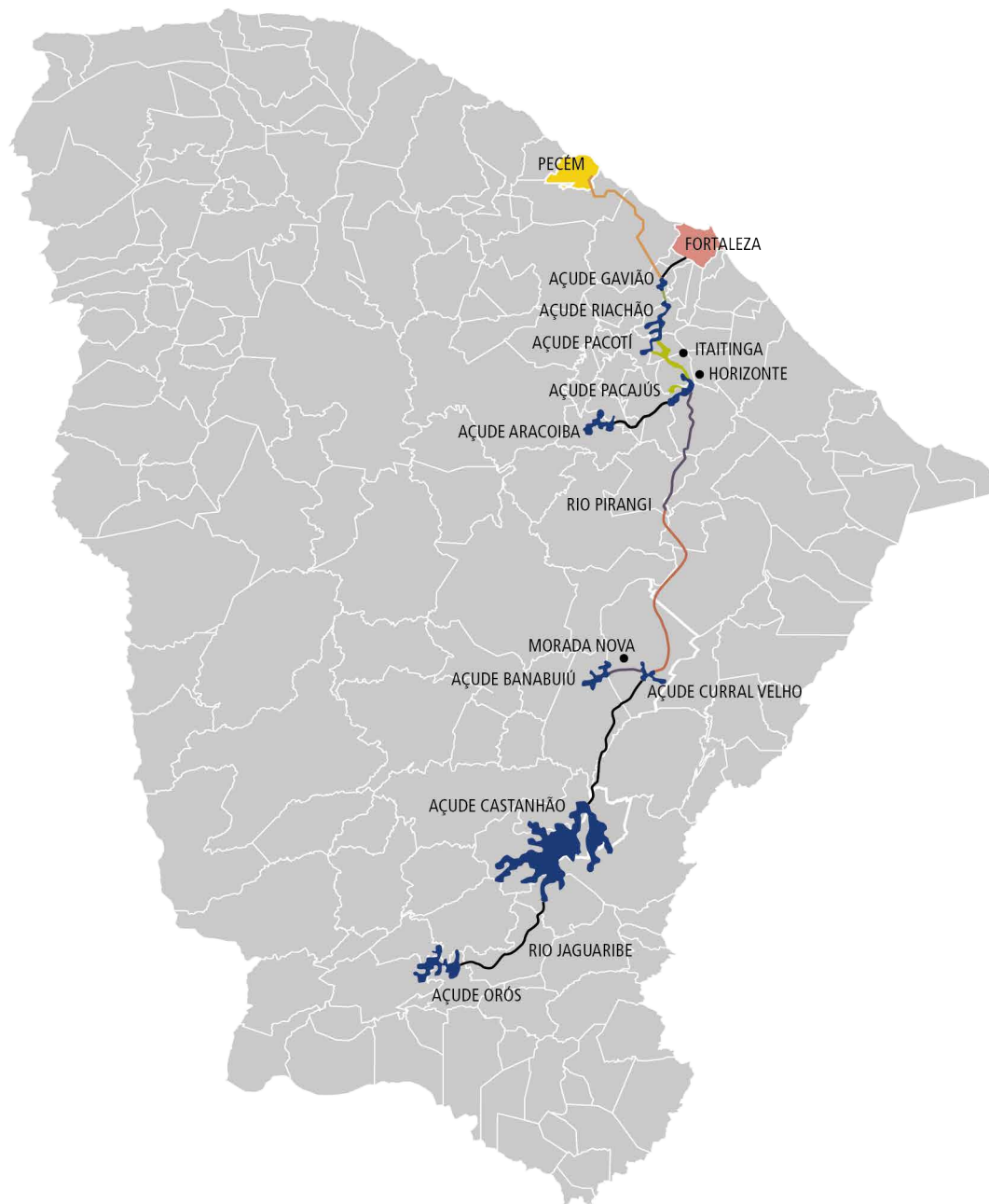


Gestão integrada das águas - Fonte: elaboração própria

de deverá estabelecer ecopontos vinculados ao sistema de coleta e destinação e com controle social por meio de sistema eletrônico. O plano prevê ainda a criação de um programa de gestão e gerenciamento dos resíduos da construção civil, escavação e demolição de Fortaleza dentre outras ações.

Objetivo 4.3 - Segurança hídrica

A visão de futuro dessa temática é a de que Fortaleza será uma cidade com o uso sustentável dos recursos hídricos, inovadora tecnologicamente, resiliente às secas e solidária com os que compartilham água com ela.



Sistema de suprimento de água em Fortaleza - Fonte: elaboração própria

Para isso, serão necessárias ações em diversas frentes: gestão da demanda; gestão da oferta de águas superficiais e subterrâneas; desenvolvimento de mananciais alternativos; ações de solidariedade às bacias doadoras; gestão das secas; inovação tecnológica e gerencial e o aperfeiçoamento da gestão do serviço de saneamento.

A gestão da demanda implicará o uso eficiente da água nas unidades consumidoras (residências, comércios, indústrias etc.) e na redução das perdas no tratamento e distribuição de água pela companhia de saneamento. Para tanto, inovações tecnológicas poderão ser incentivadas através de mecanismos econômicos e de campanhas de educação.

Há de ser feita permanente articulação com o sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos para a construção da segunda fase do Eixão das Águas e a otimização da operação dos reservatórios que abastecem a cidade. Além disso, é necessário um estudo que avalie a disponibilidade hídrica subterrânea da Região Metropolitana de Fortaleza e a consequente elaboração de um plano para sua gestão.

Mananciais alternativos deverão considerar a reutilização de águas de esgotos definindo um marco normativo para isso, incorporar a utilização de água de chuva e desenvolver a desalinização da água do mar. O Plano propõe a

construção de uma planta de dessalinização até 2020.

Outra ação a ser desenvolvida diz respeito à redução da necessidade de transferência de água das outras bacias do Estado e o desenvolvimento de instrumentos de compensação a estas, bem como a qualificação permanente do município de Fortaleza para fazer parte do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, inclusive participando ativamente na elaboração de um plano de gestão de secas.

O Plano propõe também a elaboração de um marco legal e institucional que possibilite: criar ambiência para a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na área de segurança hídrica; definir estratégias de incubação de empresas tecnológicas que promovam o uso eficiente de água e para o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a produção de água.

Também deverão ser feitos esforços para a elaboração de um modelo de negócios para o setor de saneamento de forma a aperfeiçoar o modelo de gestão do sistema e garantir eficiência na prestação do serviço de fornecimento de água e esgoto, incluindo a promoção de uma política de preços de água que viabilize a utilização de cesta de mananciais com custos diferentes de produção.

Objetivo 4.4 – Energias Renováveis e Eficiência Energética

A partir de estudos técnicos aprofundados para diagnosticar o setor energético do município de Fortaleza, foi possível concluir que a cidade possui três vocações energéticas:

- Consumo eficiente de energia;
- Geração distribuída de energia elétrica;
- Aproveitamento energético de resíduos.

Diante disso; foi estabelecida uma visão de futuro propondo transformar Fortaleza em “capital modelo do Brasil na eficiência energética, na qualidade do ar que aqui se respira e na baixa pegada de carbono, ofertando parcela relevante de sua demanda energética ao posicionar-se como referencia nacional na geração distribuída e no aproveitamento energético de resíduos do município”.

Para isso, metas foram estabelecidas a partir de projeções de cenários e demandas por energia no município no horizonte dos próximos 25 anos. O Plano Fortaleza 2040 propõe o comprometimento da cidade para que em 2040:

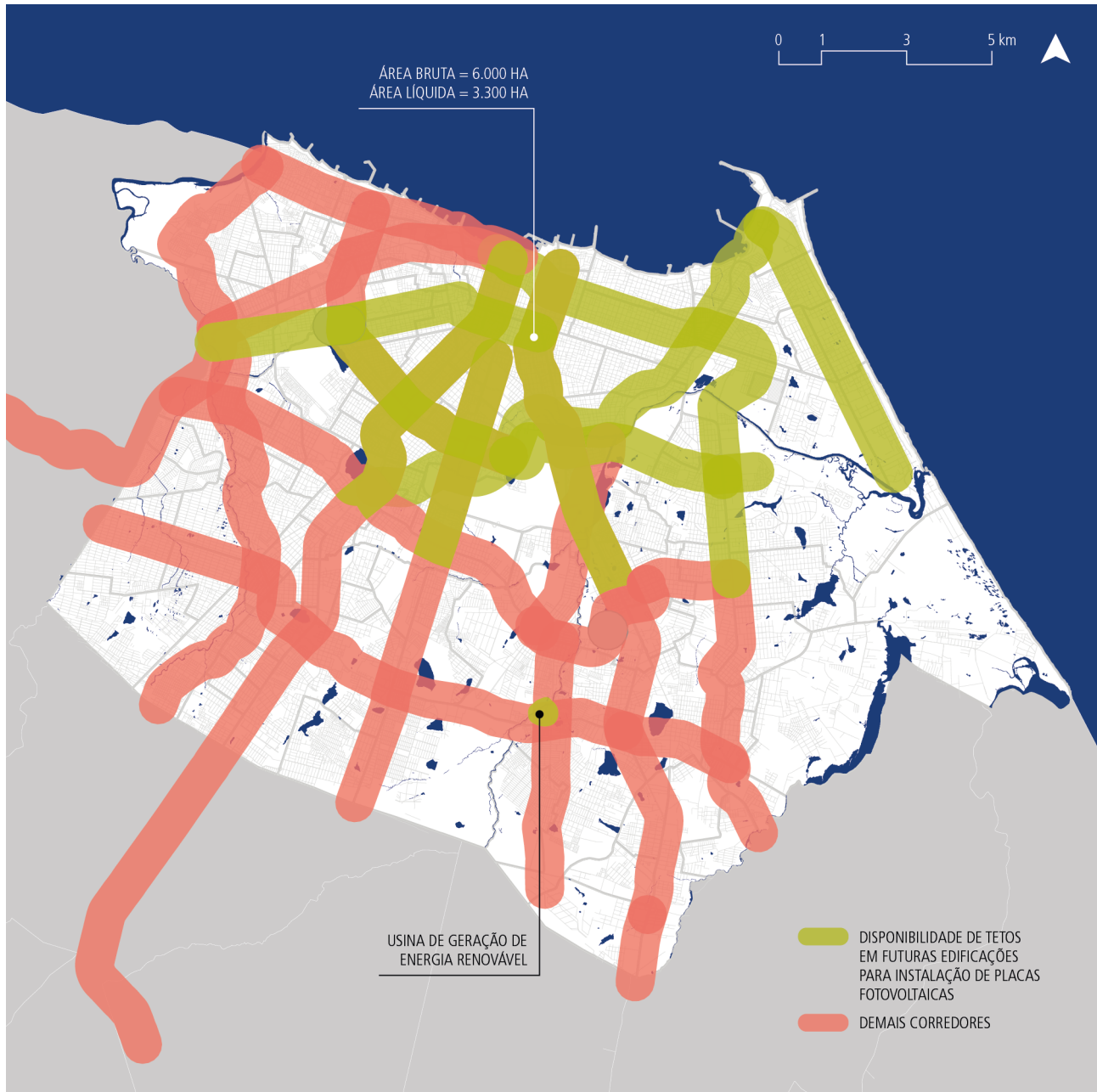
- Os ganhos com medidas de eficiência energética sejam equivalente de 20% da demanda de energia daquele ano;
- 100% dos resíduos gerados na cidade e não-reciclados sejam aproveitados energeticamente;

- Fortaleza seja uma geradora líquida de energia elétrica (montante de energia gerada seja maior que a consumida).

Com este compromisso para 2040, o Plano Estratégico de Energia estrutura-se em seis grandes linhas de ação:

- Desenvolvimento e gestão da estrutura de planejamento, execução e controle das ações estratégicas do Plano Fortaleza 2040 – Energia;
- Desenvolvimento e aprimoramento de medidas de atração de investimentos públicos e privados;
- Concepção e disseminação de campanhas de conscientização e educação ambiental e energética;
- Revisão das regulamentações em atendimento às novas necessidades para o máximo aproveitamento das vocações energéticas de Fortaleza;
- Desenvolvimento de uma cadeia produtiva sólida, eficiente, confiável e competitiva para o aproveitamento das vocações energéticas do município;
- Fomento a um ambiente fértil para o desenvolvimento científico e tecnológico de soluções energéticas, e o empreendedorismo de negócios inovadores para as vocações energéticas do município.

A partir de uma discussão ampla e participativa com especialistas, autoridades e a so-



Disponibilidade de tetos em futuras edificações para instalação de placas fotovoltaicas - Fonte: elaboração própria

cidade, mais de 90 ações foram definidas e planejadas num cronograma físico e financeiro, prevendo um investimento da ordem de 17 bilhões de reais para o atingimento das metas comprometidas (não incluindo ações correlatas, mas diretamente envolvidas com outros Eixos do Fortaleza 2040). Os investimentos propostos apresentam forte expectativa de rentabilidade para o setor público e privado, pelos ganhos econômicos com o uso eficiente da energia, pela geração de renda com a produção de energia renovável e pelos custos evitados ao município trazidos pela melhoria na qualidade do ar.

Para a gestão e controle do Plano propõe-se: a criação de um Comitê Gestor com representantes governamentais, da iniciativa privada, da academia e da sociedade; a estruturação de uma equipe executiva na Prefeitura Municipal; o estabelecimento de métricas para o monitoramento e de instrumentos de mensuração dos ganhos de eficiência energética; o desenvolvimento de um plano de controle, monitoração e comunicação que preveja atualizações periódicas a cada cinco anos; e as parcerias com outras cidades-referências em geração distribuída, eficiência energética e aproveitamento energético de resíduos a nível internacional.

Com o intuito de financiar ações fomentadoras de atração de investimentos, deverá ser criado um Fundo Municipal de Energia, alimentado

por parte dos ganhos econômicos conquistados pelo município, cujo montante deverá ser necessariamente utilizado em ações previstas, buscando a sustentabilidade econômica da alçada da Prefeitura na execução e controle deste plano.

A busca por mecanismos de atração de investimentos deverá ser apoiada por estudos econométricos e sobre a viabilidade de desoneração tributária para o desenvolvimento de empreendimentos no setor; pela ampla disponibilização de dados e informações requeridos ao planejamento de investimentos (por exemplo, publicação periódica de um Atlas Municipal da Geração Distribuída e Zoneamento do Potencial de Geração Energética da Cidade e anualmente pela publicação do Balanço Energético de Fortaleza, o Plano de Expansão Energética, dentre outros.).

A atração de investimentos públicos e privados também deverá ser fomentada através da articulação de parcerias, pela criação de linhas de crédito específicas e incentivadas para autoprodução, geração distribuída e eficiência energética, de mecanismos para que famílias de baixa renda possam ter acesso a soluções de microgeração distribuída e eficiência energética e ainda pelo fomento ao desenvolvimento de projetos de créditos de carbono.

O alcance da visão proposta necessita que também se desenvolvam ações voltadas para

a conscientização e educação energética. Para tanto, fazem-se necessárias a concepção e a implementação de um programa estratégico de comunicação e promoção de Fortaleza como capital-modelo nos temas energéticos, que deverá desenvolver campanhas de educação e conscientização, difundir resultados, buscando atrair a sociedade quanto ao seu papel importante na busca pelas metas deste plano.

A linha de ação voltada para a revisão de legislação e suas regulamentações recomenda proposições de leis e regulamentos dentro das competências municipais e articulações e gestões junto às demais esferas de governo voltadas para o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico do setor.

Dentre as ações municipais destacam-se a proposição de leis com soluções inteligentes quanto a: (a) o incentivo e obrigatoriedade de inclusão de sistemas de geração distribuída em novas construções públicas; (b) a implementação de Plano de Adequação da Iluminação Pública; (c) o aperfeiçoamento da legislação para licenciamentos de empreendimentos alinhados com as vocações energéticas de Fortaleza; (d) gestões sobre a regulamentação federal e estadual do setor elétrico que maximize o uso do potencial da eficiência energética, provocando medidas e

aperfeiçoamentos em favor das metas municipais, em especial quanto à regulamentação da micro e minigeração distribuída para a geração de renda (não apenas a compensação); (e) a gerência junto aos sistemas tributários federal, estadual e municipal de maneira que possa oferecer mecanismos de reais incentivos para o investimento nas vocações energéticas da cidade; (f) e aperfeiçoamento da política de precificação da energia elétrica.

No desenvolvimento da cadeia produtiva para o aproveitamento das vocações energéticas são propostas ações de planejamento, capacitação, fomento e inovação, entre elas o mapeamento dos setores energointensivo de Fortaleza subsidiando a elaboração de plano de atualização tecnológica e eficiência energética destes setores, assim como a criação de um Observatório Energético Municipal com cadastro de projetos, empresas, iniciativas, legislação, ofertas tecnológicas, diagnósticos, principais gaps entre oferta e demanda e outras informações essenciais ao planejamento. São propostas ações de capacitação e certificação de fornecedores de produtos e serviços e a capacitação de recursos humanos requeridos pela cadeia produtiva das vocações energéticas.

Ações voltadas para o fomento da instalação de usina de geração de eletricidade a

partir de resíduos sólidos urbanos não reciclados, implementação de programas voltados para coleta seletiva e reciclagem de óleos e gorduras residuais e articulações com a categoria de reciclagem são necessárias para a ampliação da geração de energia elétrica a partir dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSU.

A melhoria na eficiência também deve ser articulada com o setor de transportes implementando um programa de substituição da estrutura modal de transportes por aqueles menos intensivos, criando um programa de renovação de frotas e prestadores de serviços no âmbito da administração municipal, executando um programa de promoção e incentivo à aquisição de veículos elétricos e da sua infraestrutura requerida e outro voltado para o uso de biocombustíveis em frotas públicas e de interesse público.

O fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico e ao empreendedorismo de negócios inovadores sugere a criação de uma política municipal de PD&I para o aproveitamento das vocações energéticas de Fortaleza e suas demandas. Propõe-se também criar um centro de referência em desenvolvimento de soluções tecnológicas energéticas e a tropicalização de soluções tecnológicas internacionais. Também são propostas ações de criação de um programa de capacitação

de pesquisadores, mestres e doutores, para a pesquisa científica e desenvolvimento de soluções tecnológicas e de um parque tecno-

lógico, incubadora de empresas para o empreendimento sobre demandas por soluções tecnológicas do Fortaleza 2040.

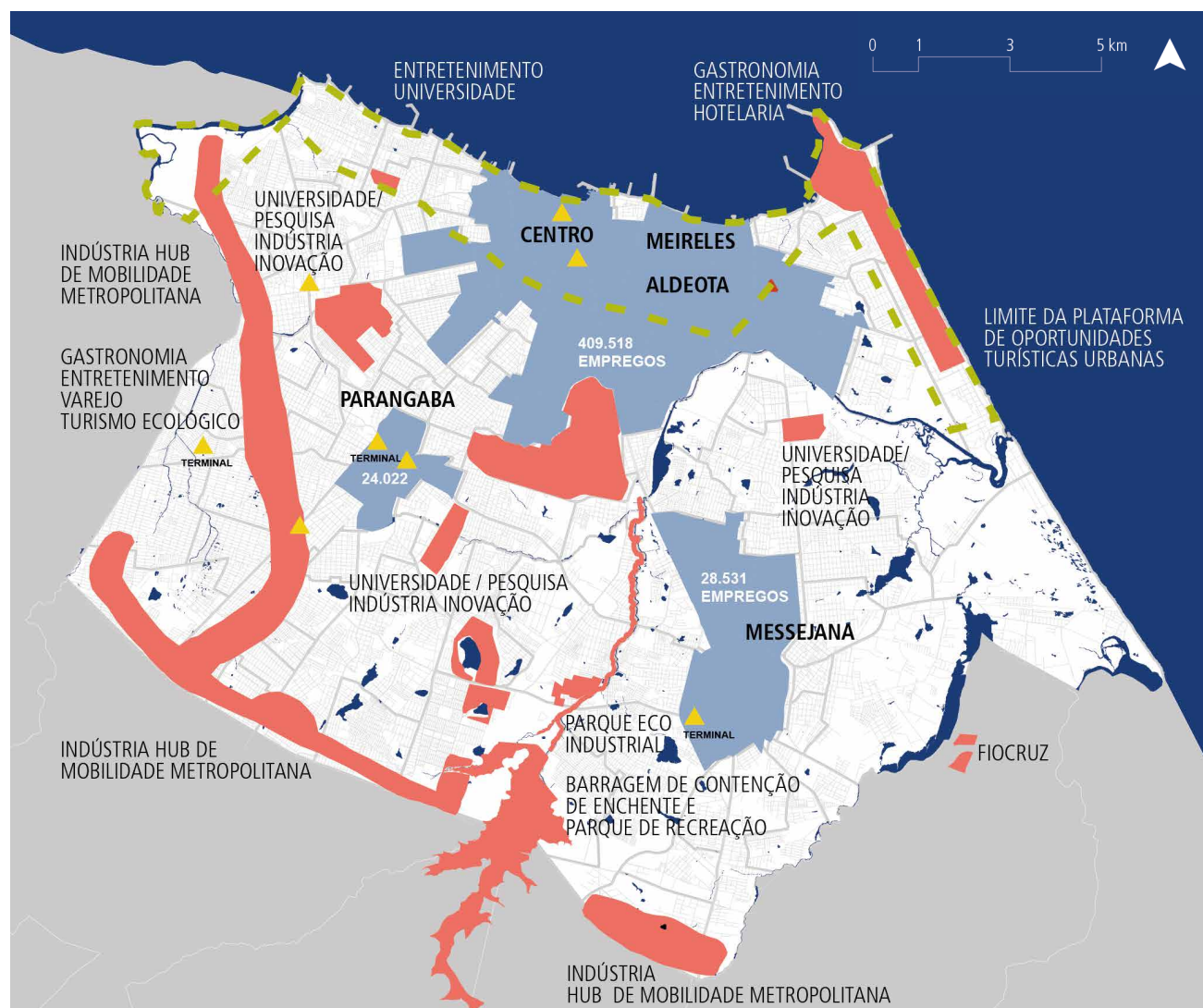


EIXO 5 - DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

O Eixo 5 – Dinamização econômica e inclusão produtiva – organiza o conjunto de objetivos estratégicos que buscam o crescimento da economia, do emprego e da renda, combinando o fortalecimento e o aumento da capacidade de competir no mercado das atividades já consolidadas, a emergência de novos segmentos econômicos com alta geração de renda, e a ampliação da inclusão produtiva, com destaque para a economia solidária.

Os seis eixos estratégicos se articulam e se complementam para a realização dos grandes objetivos e metas gerais do Fortaleza 2040, com impactos cruzados positivos que levam ao desenvolvimento da Cidade. Ou seja, os objetivos e metas gerais do Fortaleza 2040 serão alcançados apenas como resultado do efeito combinado e complementar dos seis eixos estratégicos. O alcance dos objetivos e metas do Eixo 5 dependem dos outros eixos estratégicos da mesma forma que o Eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva contribui para os resultados dos outros.

O crescimento da economia de Fortaleza é um objetivo importante do **Fortaleza 2040**,



Proposta de Centros de Emprego e Rede de Centralidades como catalizadores de novas economias - Fonte: elaboração própria

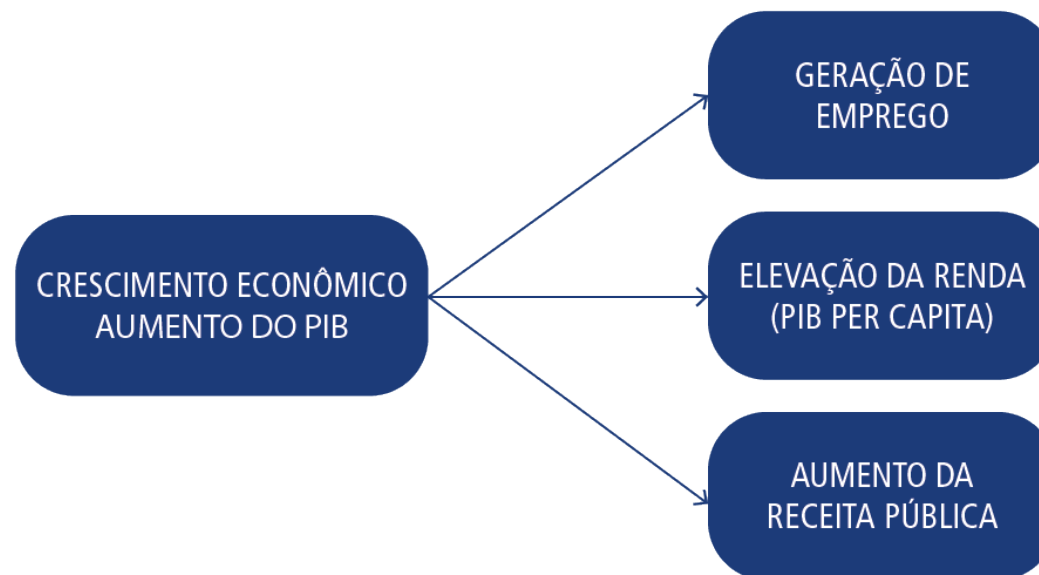
não como um fim, mas apenas como um meio para a **elevação da renda da população**, a **geração de emprego** para os que buscam trabalho, e para o **aumento da receita pública** a ser utilizada nos gastos e investimentos públicos na área social e ambiental e na qualidade do espaço urbano.

Por outro lado, a competitividade e o crescimento da economia da cidade dependem da existência de vantagens competitivas que, além das suas potencialidades produtivas, requerem avanços na educação, na qualificação profissional, na pesquisa e na inovação, e na infraestrutura e qualidade do espaço urbano, fatores externos à economia.

O eixo estratégico Dinamização econômica e inclusão produtiva tem três grandes objetivos estratégicos orientados por uma diretriz geral de melhor distribuição territorial de oportunidades de geração de emprego e renda:

Objetivo 5. 1. - Estrutura produtiva e de serviços ampliada e diversificada

Contempla a dinamização da economia e a diversificação da estrutura produtiva com implantação e expansão das atividades produtivas de maior valor agregado e alta densidade de qualificação e conhecimento, incluindo a economia criativa e a indústria da moda, TIC, economia



Contribuição do crescimento da economia - Fonte: elaboração própria



Fatores de competitividade - Fonte: elaboração própria

do mar, indústria de alta tecnologia da eletro-metal-mecânica (eletrônica e novos materiais), da indústria bio-farmo-química, da indústria de reciclagem e dos serviços avançados.

Objetivo 5.2 - Setores econômicos consolidados mais competitivos e de alto valor agregado

Trata de fortalecer e aumentar a competitividade (ampliar a capacidade de competir no mercado) e a agregação de valor das atividades consolidadas como turismo, confecções e construção civil.

Visão de Futuro

Em 2040, a economia de Fortaleza terá padrões de competitividade elevados com base em atividades econômicas de vocação e base produtiva diversificada, com novos segmentos de alto valor agregado e alta densidade de conhecimento. As atividades econômicas de Fortaleza terão responsabilidade social e ambiental, comprometidas com ambiente urbano sustentável e competitivo, com destaque para a indústria da construção civil, contemplando uma Fortaleza mais coesa e coerente com seus compromissos e responsabilidades socioambientais, aberta a soluções criativas.

Fortaleza será uma Cidade com uma ambiência social, fortes sinergias criativas, motivadoras da plena exploração de seus saberes, vocações e potencialidades, forte identidade com o mar como fonte sustentável de riqueza e bem-estar social, e projetando-se como um polo de tecnologia da informação, por meio da articulação de um ecossistema mais colaborativo integrando academia/indústrias/ governo/sociedade, promovendo a inovação de empresas e a qualidade de vida das pessoas.

A cidade de Fortaleza terá uma atividade de comércio ambulante organizada, regularizada com capacitação e articulação dos ambulantes com o poder público na implementação e no cumprimento de direitos e deveres, como a padronização dos espaços de acordo com suas especificidades e a setorização do comércio, possibilitando que o vendedor ambulante trabalhe em condições confortáveis e seguras. E terá uma agricultura urbana com funções socioeconômicas ambientais, de forma inclusiva, produzindo 35% de hortifrutigranjeiros da demanda local com fazendas urbanas, hortas caseiras e de telhados.

As atividades econômicas de Fortaleza serão descentralizadas com presença ampla de indústria, artesanato, comércio e serviços nos bairros, gerando emprego e renda local e aproveitando a criatividade e o empreendedorismo dos micro

e pequenos empresários, incluindo formalização do comércio ambulante, e contando com mão de obra qualificada que garanta qualidade, produtividade e elevação da renda.

Metas Gerais

As metas gerais do Eixo 5 – Dinamização econômica e inclusão produtiva – tratam diretamente de resultados econômicos que se desdobram na sociedade com a elevação do emprego e da renda e com o aumento da receita pública que permitirá investimentos e gastos públicos nas áreas sociais, urbanas e ambientais.

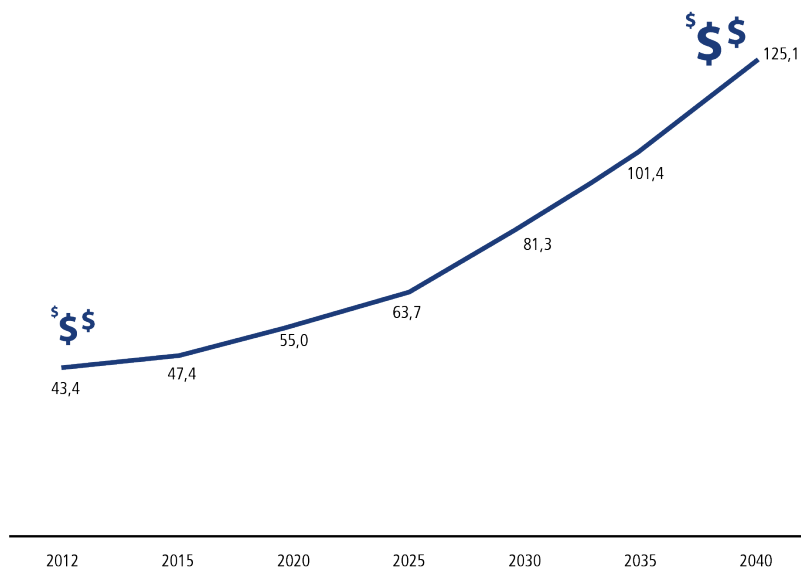
META 1 – Crescimento da economia: se forem implementadas as ações previstas na economia e nos segmentos que favorecem o desenvolvimento econômico, o Eixo 5 estima e considera viável alcançar um crescimento médio da economia em torno de 4% ao ano nos próximos 25 anos (iniciando lentamente nos primeiros anos, acelera-se quando o Fortaleza 2040 intensificar sua implementação). A meta segue a evolução do gráfico a seguir, chegando, em 2040, com cerca de R\$ 125,1 bilhões.

META 2 – Crescimento do PIB per capita: a combinação de um crescimento econômico médio de 4% ao ano, com um aumento da população em torno de 0,8%, leva a uma ampliação do Produto Interno Bruto como ilustrado no gráfico correspondente.

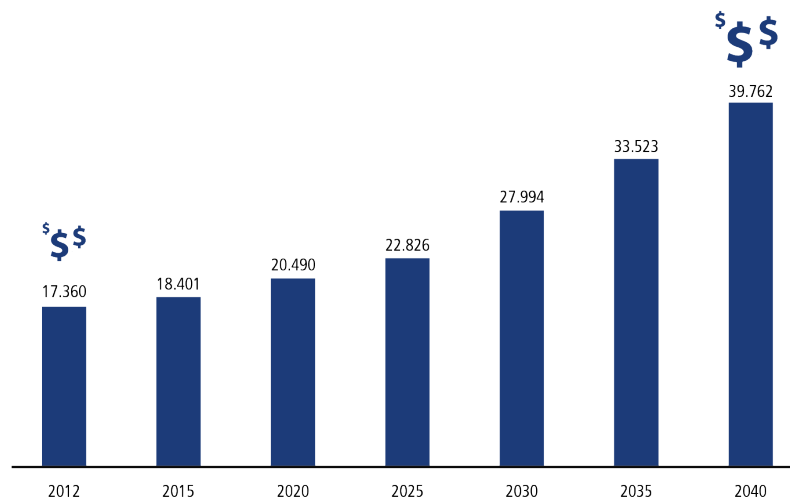
META 3 – Crescimento da renda das famílias: a evolução da renda média das famílias (renda média domiciliar per capita) acompanha o crescimento do PIB per capita, explicitando o que efetivamente fica do produto disponível para as despesas familiares (ver gráfico).

META 4 – Aumento do emprego formal: mesmo considerando que a produtividade do trabalho deve crescer (é necessário que cresça para aumentar a competitividade da economia), o crescimento do PIB leva a uma elevação do emprego formal no movimento apresentado no gráfico correspondente.

META 5 – Redução da informalidade: as atividades informais podem se manter, até porque algumas áreas produtivas não são compatíveis com a formalização, mas a velocidade do emprego permite alcançar um declínio da informalidade nas próximas décadas (ver gráfico).



Meta 1: Elevação do PIB (Produto Interno Bruto) de Fortaleza na Visão de Futuro - 2012/2040 em bilhões de reais (R\$)
Fonte: elaboração própria



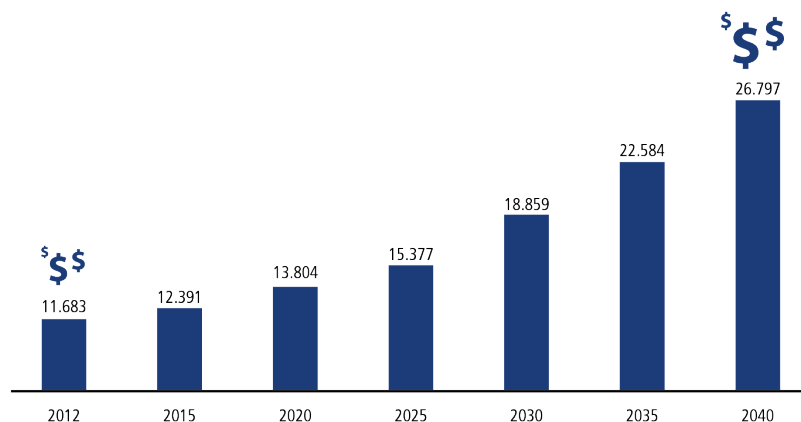
Meta 2: Elevação do PIB per capita de Fortaleza na Visão de Futuro - 2012/2040 em reais (R\$) - Fonte: elaboração própria

Planos Estratégicos

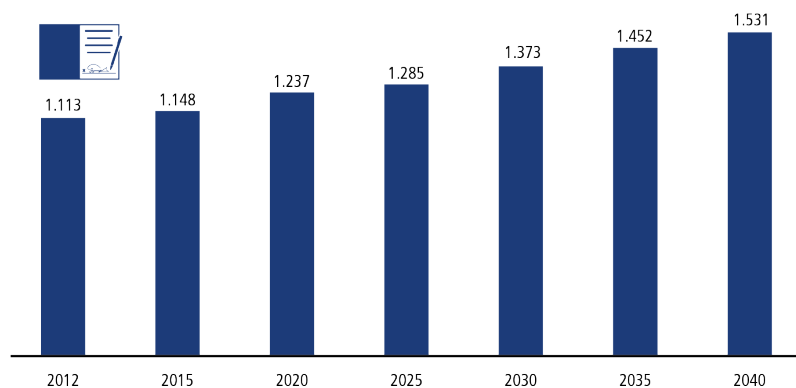
O Eixo 5 se desdobra e operacionaliza por meio de nove planos estratégicos setoriais, distribuídos nos três objetivos estratégicos já referidos, como apresentado a seguir. Os planos estão resumidos obedecendo à ordem e explicitando a visão de futuro (qual a realidade do tema ou setor que se espera construir em 2040?), os objetivos do plano (o que pretende o plano?), as linhas de ação (que ações serão implementadas?), o marco regulatório (regras e leis de regulação do setor ou tema) e o modelo institucional (como se organizam governo e sociedade para a execução do plano).

Cada um desses planos define um conjunto articulado de ações estratégicas específicas (linhas de ação), que, combinadas, devem promover o desenvolvimento econômico e a inclusão produtiva na economia de Fortaleza. O Eixo 5 deve conter, adicionalmente, ações estratégicas gerais que contribuem para o desenvolvimento econômico de uma forma combinada e integrada, complementando e favorecendo os resultados dos planos setoriais específicos.

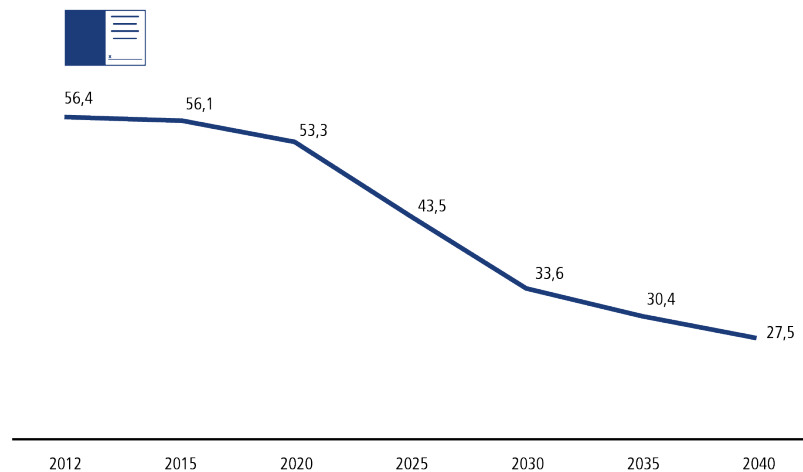
. Implantação de polos e condomínios industriais no território, descentralizando e aproximando-se das áreas precárias e de baixo nível de emprego (infraestrutura e logística, mobilidade).



Meta 3 - Evolução da renda média domiciliar per capita anual de Fortaleza na Visão de Futuro - 2012/2040 em reais (R\$)
Fonte: elaboração própria



Meta 4 - Evolução do emprego formal de Fortaleza - 2012/2040 - mil pessoas ocupadas - Fonte: elaboração própria



Meta 5: Redução da taxa de informalidade em Fortaleza - 2012/2040 - em % do pessoal ocupado sem carteira assinada ou por conta própria - Fonte: elaboração própria

- Adensamento das cadeias produtivas em articulação com a economia da Região Metropolitana de Fortaleza (centro industrial e portuário de Pecém e unidade da Fiocruz no Eusébio).

- Implantação de parques tecnológicos próximos dos centros de conhecimento para articulação da atividade produtiva e estímulo à inovação (complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico) – interação e sinergia das empresas com instituições de ciência e tecnologia.

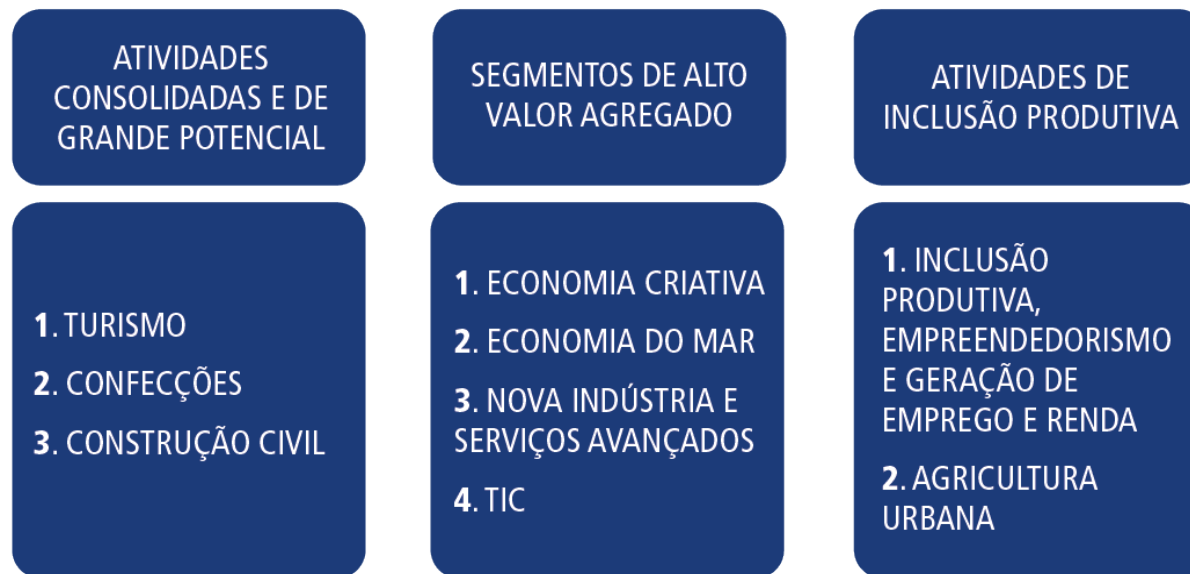
- Adensamento das cadeias produtivas das novas atividades voltadas para novas fontes de energia (solar e eólica) e para segurança hídrica.

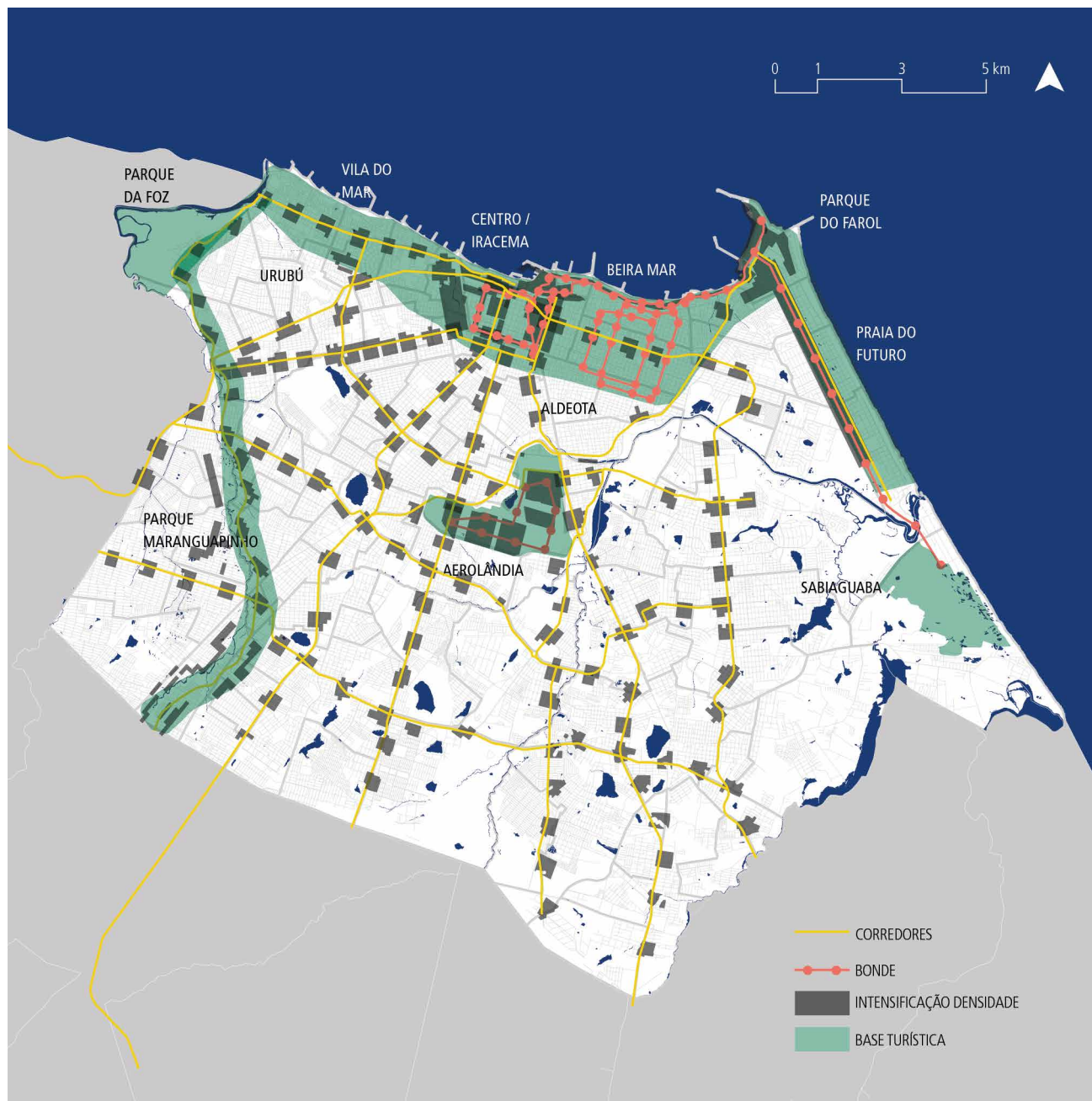
Plano Estratégico do Turismo

Em 2040, Fortaleza será uma das melhores cidades do Brasil para viver, visitar e empreender, estruturada e reconhecida como destino turístico de excelência nos mercados nacional e internacional, no turismo convencional e comunitário e nos diversos segmentos (sol e praia, negócios e eventos, esporte e aventura, cultura, melhor idade, saúde, religioso, dentre outros).

O plano de turismo tem os seguintes objetivos:

- Manter Fortaleza estruturada e reconhecida como destino turístico nacional e internacional de diferentes segmentos do turismo convencional e turismo comunitário.





Proposta para nova plataforma turística - Fonte: elaboração própria

- Melhorar o posicionamento no mercado turístico ampliado como destino férias e negócios e eventos.
- Acelerar o crescimento do turismo em quantidade e qualidade, aumentando o fluxo turístico e a permanência, especialmente dos mercados nacional e internacional.
- Oferecer experiências de turismo com qualidade para o visitante.
- Ampliar a visibilidade da cidade no mercado internacional.
- Produzir imagem turística da cidade diferenciada de outros destinos de sol e praia ampliada pela oferta diversificada.
- Ampliar os benefícios sociais do turismo.
- Valorizar o patrimônio cultural integrado ao turismo.
- Incentivar a compreensão da dimensão da atividade turística em Fortaleza com foco na capacidade efetiva de dinamização social e econômica, pela geração de emprego e renda.
- Incentivar a valorização da autoestima do fortalezense.
- Fortalecer o turismo na agenda municipal com articulação de ações com diversos órgãos e instituições públicas municipais.

O plano de turismo tem como metas aumentar o número de turistas que visitam Fortaleza dos para 7,38 milhões, em 2040 (crescimento médio de 4,83% ao ano no intervalo de 25

anos), sendo 6,89 milhões de turismo nacional.

Para construir a visão de futuro proposta acima e realizar os objetivos do plano de turismo, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Estudos, Pesquisas e Produções—realização de pesquisas de demanda turística, pesquisa de oferta turística nos equipamentos, serviços e atrativos turísticos, diagnóstico prospectivo, pesquisa quantitativa e qualitativa nos equipamentos, serviços e atrativos turísticos para avaliar o impacto econômico do turismo, realização de pesquisa social, junto aos equipamentos e atrativos turísticos/serviços, sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, criação de sistema de informação do turismo e composição de bancos de dados.

Qualificação e Capacitação—implantação de capacitação nas áreas atuais e nas projetadas, criação de cursos técnicos para os prestadores de serviços, qualificação profissional e técnica na área do turismo, ampliação do selo de qualidade com novas edições, recuperação do patrimônio histórico, criação da Escola de Hospitalidade (com cursos de Gastronomia e Hotelaria), criação de curso de graduação em Turismo na Uece, ampliação do corredor turístico com a criação de novos polos gastronômicos, culturais e de compras, ampliação da acessibilidade para os portadores de necessidades especiais, ade-

quando arquitetonicamente as instalações dos equipamentos e atrativos turísticos, e implantação do turismo como conteúdo transversal nas escolas públicas e privadas de Ensino de Fundamental II.

Marketing e Segmentos Turísticos—Implantação de Plano de Marketing e Plano de Promoção e Comercialização, construção de novas estruturas para realização de eventos, implementação do cartão “Viaja Mais, Melhor Idade”/Fortaleza, para incrementar o fluxo turístico, eventos para divulgação do destino Fortaleza, participação e realização de feiras, criação e divulgação de evento turístico para diversos segmentos e de calendário de eventos, divulgação de tradições culturais, construção de novos espaços públicos para a prática de esportes aquáticos, terrestres e aéreo.

Infraestrutura e Cadeia Produtiva— Dragagem do solo marítimo/canal do Porto do Mucuripe para receber navios com mais de 4 mil passageiros de rota nacional e internacional, melhoria do acesso ao terminal de passageiros do Porto do Mucuripe, com ampliação, sinalização e alargamento do acesso de veículos, e/ou apresentando solução de contornar o Farol, ampliação e melhoria da mobilidade e do saneamento básico, recuperação dos equipamentos urbanos, criação da marina flutuante na Beira Mar (espigão da avenida Desembargador Moreira).

Marco regulatório— Para a viabilização das ações propostas, de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Lei de apoio e incentivos à captação e à realização de eventos em Fortaleza.
- Regulamentação de um fundo municipal para a captação e a realização de eventos em Fortaleza.
- Regulamentação da rede subterrânea de cabeamento elétrico, de telecomunicações e semelhantes, no quadrilátero de ruas turísticas do Centro-visitação.
- Criação de lei específica para transporte turístico referente a embarque e desembarque de turistas nos equipamentos turísticos e atrativos.
- Criação de lei específica para adaptação do transporte turístico para pessoas com deficiência.
- Criação de lei que regule estímulos fiscais para captação do turismo internacional.
- Criação de Zonas Especiais de Interesse Turístico na cidade.
- Criação de leis de apoio e incentivos à captação e à realização de eventos em Fortaleza, contemplando os segmentos prioritários.

Modelo institucional— Montagem de um sistema de gestão participativa com o fortaleci-

mento das instituições que devem gerir o plano, com destaque para o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo e Fórum de Turismo do Ceará. Para o adequado funcionamento do modelo institucional, é necessária capacitação para a gestão participativa a fim de promover a interação entre a pasta do Turismo e as secretarias do governo municipal para motivar a atuação conjunta.

Plano Estratégico das Confeccões

O polo confeccionista de Fortaleza será dotado de marca e visibilidade positiva no mercado local, nacional e regional, com competitividade em preço e qualidade, incorporando criatividade, design, moda e boa qualidade dos produtos, com capacidade de resposta aos apelos da moda com renovação, contando com mão de obra vocacionada e qualificada, versatilidade das empresas em relação à adequação e às dinâmicas de mercado e habilidades para customização perante novos mercados. A cadeia produtiva de confeccões estará integrada nos diversos elos e com os serviços especializados, incluindo suporte tecnológico, de pesquisa de produto, e certificação de qualidade e boas práticas.

O plano de desenvolvimento da indústria de confeccões em Fortaleza tem os seguintes objetivos:



- Combater a informalidade devolvendo condições racionais, adequadas e não autofágicas de competição.
- Ampliar a educação técnica e treinamento profissional envolvendo gestão, chão de fábrica, incorporação de avanços tecnológicos e design integrados, inclusive com esforços mercadológicos.
- Promover a melhoria da qualidade do produto.

- Ampliar a competitividade da indústria no mercado nacional e internacional.
- Estimular a prospecção para conquista de mercado exportador.

Para construir a visão de futuro proposta para o plano e realizar os objetivos do plano de confeccões, devem ser implementados os seguintes blocos de ação.

Promover o aprimoramento e o aperfeiçoamento da produção do Setor do Vestuário—

modernização empresarial (máquinas, equipamentos e tecnologia), qualificação profissional e capacitação em gestão capital da criação, qualidade e desenvolvimento do vestuário e da moda, estruturação de branding voltada para dar identidade e orientar a expressão das marcas locais, otimização da logística de negócios das empresas locais com os grandes centros consumidores, criação do Portal do Setor de Vestuário do Ceará, que contemple uma “Bolsa de Negócios” para comercialização de “sobras” e resíduos de matérias-primas, produtos acabados e estímulo à inovação tecnológica no setor.

Estimular o adensamento da cadeia produtiva – atração de empresas de suprimentos para o Setor do Vestuário, em território municipal, e qualificação de fornecedores para melhoria do suprimento.

Implantar o Centro de Tecnologia da Cadeia Têxtil e do Vestuário (CTCTV) – realização de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e inovação da cadeia do vestuário e processos de certificação de qualidade.

Realizar um Marketing Estratégico Renovável – ações de marketing em feiras e eventos, explorando o mercado exportador, realização de visitas técnicas e rodadas de negócios, divulgação e geração de negócios para as empresas locais.

Marco regulatório – Para a viabilização das

ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Equalizar o ICMS do estado do Ceará aos estados com menor carga tributária.
- Consignar diferimento de ICMS na entrada de insumos do Setor do Vestuário não produzidos no Ceará.
- Reforçar a adoção de mecanismos de desburocratização do processo de obtenção de linhas de crédito para capital de giro das empresas do Setor do Vestuário Cearense.
- Criar linhas de financiamento com juros adequados a operações de longo prazo para as empresas.
- Promover reunião da Câmara Setorial-Vestuário do Ceará com o Conselho de Desenvolvimento Econômico (Cede) e a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz) com foco na diminuição do impacto do ICMS.
- Elaborar Projeto de Lei referente à tributação do ICMS em bases mais favoráveis à indústria.
- Propor um novo modelo tributário em que a contribuição do Setor do Vestuário Cearense com o Fisco estadual cresça a partir da universalização da cobrança e redução da alíquota de tributação.
- Propor uma política de incentivos tributários de abrangência para Fortaleza des-

tinada a empresas do Setor portadoras de avanços tecnológicos, modernização do parque industrial e inovação.

Modelo institucional-Fortalecimento e coesão das instituições representativas do setor em torno de seus propósitos comuns (e associativo setorial).

Plano Estratégico da Construção Civil

Nas próximas décadas, a construção civil de Fortaleza ampliará e diversificará sua atuação na implantação de obras e edificações urbanas e de melhoria da qualidade de vida das populações que vivem em áreas precárias, contribuindo para reorganização do espaço urbano e para a drástica redução do déficit habitacional em Fortaleza, contando com mão de obra qualificada e incorporando inovações que reduzam custos e prazos de execução e melhoram a qualidade das construções. A construção civil de Fortaleza terá responsabilidade social e ambiental, comprometida com um ambiente urbano sustentável e competitivo, incorporando os novos conceitos urbanísticos e compreendendo a sua contribuição para a agregação de valor dos negócios.



O plano tem como metas:

- Construção civil mantém sua participação no volume de emprego da economia de Fortaleza em torno de 6%.
- Contribuição para redução do déficit habitacional de Fortaleza com construção de mais 120 mil habitações acompanhando a implementação do PHLIS (Programa Habitação Local de Interesse Social).

O plano de desenvolvimento da indústria de construção civil em Fortaleza tem os seguintes objetivos:

- Definir modelo de negócio da construção civil adequado às novas demandas que serão geradas pela reestruturação do espaço urbano, qualificação das áreas precárias e enfrentamento do déficit habitacional de Fortaleza.
- Elevar a produtividade e a eficiência do setor da construção civil com efeito na redução dos custos.

Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do plano de desenvolvimento da construção civil, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Promover inovação e aumento da produtividade no setor – estímulo à pesquisa e à integração do setor com as instituições de P&D para difusão e inovação tecnológica de processos e materiais.

Qualificar mão de obra – ampliação da oferta de cursos para qualificação e atualização profissional do setor enfrentando o maior estrangulamento.

Marco regulatório – Para a viabilização das ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Redefinição de linhas de crédito por parte dos agentes financeiros para projetos de reestruturação urbana e requalificação de áreas precárias.

- Regulamentar ferramentas do Estatuto das Cidades como o direito de preempção.

- Lei de Uso e Ocupação do Solo: buscar realizar as adequações necessárias, conforme o Fortaleza 2040. Suspende as discussões da proposição atual de Lei até que o Plano Fortaleza 2040 seja concluído.

- Código de Obras: considerar o “fator verde”, a adoção de boas práticas e o adensamento como mitigadores de outros efeitos, incentivando os empreendimentos.

Contemplar padrões de controle de formas para cada área da cidade.

- Priorizar a mobilidade urbana e obras de infraestrutura: corredores.

- Fornecer mais garantias para os empreendedores investirem em PPPs, operações urbanas consorciadas que incluam os pequenos e

médios construtores (investindo em habitações de interesse social, por exemplo).

- Criar incentivos à inovação.
- Incentivar a estruturação de empresas especializadas para a terceirização de mão de obra na construção civil.

- Incentivar o uso de materiais reciclados, destinação de resíduos sólidos e outras boas práticas.

Modelo institucional–Fortalecimento da Câmara Setorial da Construção Civil e negociação de Fortaleza com as outras prefeituras da Região Metropolitana para definição de legislação não burocrática que contemple o desenvolvimento de uma cidade adequada, com a participação de entidades como Ministério Público.

Plano Estratégico de Economia Criativa

Uma Fortaleza mais coesa e coerente com seus compromissos e responsabilidades sociais, culturais e ambientais, com mais incentivo às economias criativas; uma maior interação das universidades; uma Fortaleza que garanta à população o direito à criatividade, a partir de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das dinâmicas econômicas dos bens e serviços criativos; a Prefeitura aberta a soluções criativas. Uma cidade destacada por uma ambiência

social e cultural, com fortes sinergias criativas, motivadoras da plena dinamização de seus saberes, vocações e potencialidades.

O plano de desenvolvimento da economia criativa em Fortaleza tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver a economia criativa de Fortaleza aproveitando a riqueza das suas manifestações culturais e a criatividade da sua gente.

- Ampliar as atividades econômicas do município com segmento de alta densidade de conhecimento e criação e de valor agregado.

Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do plano da economia criativa, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Implementar pesquisa continuada sobre a economia criativa – criação de observatório da economia criativa do Ceará, em Fortaleza, na Uece, mapeamento e georreferenciamento dos empreendimentos criativos (para diagnóstico e mensuração dos impactos dos mesmos na economia de Fortaleza, formais e informais) assim como das festas e eventos com vistas à elaboração de um calendário para a cidade (Ipece), criação de sistema de informações e indicadores para os setores culturais e criativos de Fortaleza (SIINCC) com disseminação do conhecimento, atores, desafios, dos empreendimentos e dos mercados da economia criativa.

Promover a articulação e o estímulo aos empreendimentos criativos – identificação, di-

versificação, expansão e divulgação de mecanismos de financiamento públicos e privados, articulação com bancos públicos e privados de alternativas de financiamento para redes de economia criativa, estímulo à criação e fortalecimento de entidades, associações representativas das redes, cadeias produtivas, cooperativas e coletivos, criação e fortalecimento do núcleo de incubadoras de empreendimentos criativos, criação do Portal do Panorama da Arte e Cultura de Fortaleza, criação de aplicativos voltados para o campo da economia criativa, contemplando difusão de produtos e serviços, gestão e aprendizagem.

Promover educação para competências criativas – criação de disciplina e graduação de economia criativa, pós-graduação em economia criativa, cursos de formação para os setores culturais e criativos, realização de oficinas e cursos livres, ensino das artes no município, formação e qualificação de professores para ensino das artes, itinerários formativos e mapeamento da oferta de formações.

Implantar infraestrutura para criação, produção, circulação/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos– articulação e integração em rede dos equipamentos culturais públicos e privados e os disponibilizados pelo Sistema S, PMF, e Governo Estadual, criação de sistema informatizado em favor da divulgação,

ações e circulação, fomento de circuitos itinerantes de bens e serviços criativos e circuitos de redes e coletivos, apoio à circulação/distribuição de bens e serviços criativos, criação de espaços físicos para a venda dos produtos criativos.

Marco regulatório–Para a viabilização das ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Definição de isenção fiscal ou compensação social para investidores na economia criativa.
- Criação de regulamentação para registro de profissões criativas.
- Negociação de linha de pesquisa em economia criativa nas organizações de fomento como Funcap, Finep, CNPq, entre outras.
- Garantia de aporte de recursos financeiros e logística de instituições públicas, privadas e o terceiro setor, para apoio à circulação e à fruição de bens e serviços da economia criativa.
- Criação de Lei instituindo e regulamentando bairros, distritos e/ou polos criativos incluindo-os na Lei Orgânica do Município de Fortaleza.
- Desoneração das folhas de pagamento dos segmentos criativos – trocar a contribuição patronal ao INSS de 20% por empregado para o recolhimento da alíquota de 1,5% sobre o fatu-

ramento das empresas – receita bruta.

- Ampliar e aplicar o Super Simples no âmbito dos segmentos criativos brasileiros, regulamentação de profissões e inclusão de categorias profissionais criativas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
- Redução de alíquotas de importação de insumos, matérias-primas, equipamentos e bens de capital para os segmentos criativos (games, design, artes plásticas, arquitetura, circo etc).
- Regulamentação profissional do artesão e da profissão de designer.

Modelo institucional – A criação de um Sistema Municipal de Economia Criativa de Fortaleza deve contemplar a instituição de uma Secretaria Municipal da Economia Criativa, que organiza o fórum da economia criativa de Fortaleza (RMF) e se articula com uma comissão parlamentar para economia criativa na Assembleia Legislativa.

Plano Estratégico da Economia do Mar

Em 2040, Fortaleza será uma cidade que terá no mar a sua identidade principal como fonte sustentável de riqueza e bem-estar social, com aproveitamento sustentável dos recursos minerais e pesqueiros, utilização plena e sustentável do Porto de Mucuripe e desenvolvimento do turismo.



O plano de desenvolvimento da economia do mar em Fortaleza tem como objetivo a criação de um *hipercluster* constituído por setores que atuam em um conjunto de políticas e práticas integradas numa estratégia de rede de empresas especializadas, visando ao aproveitamento das potencialidades do mar e região costeira, de forma ordenada e sustentável, criando um am-

biente sinérgico de desenvolvimento e trabalho que multiplica os ganhos sociais, e viabiliza o crescimento sustentável na medida em que mitiga os riscos inerentes ao desenvolvimento baseado em um único setor.

Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do plano da economia do mar, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Promover a pesquisa e a conservação da geodiversidade e da biodiversidade marinha – realização de pesquisa, monitoramento e melhoria da gestão da biodiversidade e seu aproveitamento sustentável dos recursos minerais e pesqueiros.

Ampliar a competitividade e a eficiência do Porto de Mucuripe – melhoria operacional, investimentos portuários, gestão portuária, acesso ao Porto, conclusão da construção do Terminal de Passageiros do Porto do Mucuripe incluindo dragagem de aprofundamento da bacia fronteiriça ao cais de atracação, dragagem do Berço de Atracação do Terminal de Multiuso do Porto do Mucuripe, alargamento do Canal de Acesso para Navios Maiores, recuperação da Ponte de Acesso ao Terminal de Descarga de Petróleo e Derivados, pavimentação de pátios e arruamentos do Porto do Mucuripe, modernização do Sistema de Descarga de Trigo, pesquisa de opinião junto aos usuários do Porto, implantação do Sistema de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, capacitação e formação profissional no Centro Vocacional, Tecnológico Portuário do Porto do Mucuripe, adequação das instalações hidrossanitárias do Porto.

Criar o Complexo Integrado da Economia do Mar (CIEM) – implantar estruturas voltadas às atividades correlatas ao mar, que darão suporte à manutenção do ordenamento da cadeia pro-

dutiva, à formação de profissionais, pesquisa e inovação tecnológica, e comercialização dos produtos (Universidade do Mar, Centro de Processamento do Pescado, órgãos fiscalizadores, oficina de reparo de embarcações, e polo gastronômico).

Marco regulatório – Para a viabilização das ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Concessão de incentivos para instalação de empresas com atividades que agreguem valor nas proximidades do porto, fomentando o desenvolvimento econômico regional, assim como a ampliação na movimentação do porto.
- Parcerias com universidades e centros de pesquisa para investir em melhorias operacionais, inovação de equipamentos menos poluentes e mais produtivos.

Modelo institucional – Melhorar a atuação do Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário (OGMO) para capacitação de trabalhadores portuários.

Nova Indústria e Serviços Avançados

A economia de Fortaleza contará com atividades de alto valor agregado e alta densidade de conhecimento (intensivas em conhecimento e

tecnologia), com destaque para indústrias farmo-bio-química (incluindo fitoterapia), metal-mecânica (novos materiais) e eletro-eletrônica, e para os serviços avançados (engenharia consultiva, consultorias, arquitetura, publicidade e prestação de serviços às empresas), diversificando a estrutura produtiva da Cidade e contribuindo para o aumento da competitividade da economia fortalezense e para a sustentabilidade ambiental da economia.

O plano de desenvolvimento da nova indústria e dos serviços avançados em Fortaleza tem os seguintes objetivos:

- Diversificar a estrutura produtiva de Fortaleza com novas atividades de alto valor agregado.
- Implementar e desenvolver novas atividades produtivas como transbordamento do conhecimento científico das universidades e centros de pesquisa do Ceará.
- Integrar a economia de Fortaleza na rede global de cidades e na Região Metropolitana com articulação às cadeias produtivas locais.

Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do plano de desenvolvimento da nova indústria e dos serviços avançados, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Implantar polose condomínios industriais – implantação de três polos e condomínios industriais no território com infraestrutura e logística e condições de mobilidade para atração de investimentos (farmoquímica e cosméticos, eletroeletrônica

e mecânica fina) voltados para novas fontes de energia e aproveitamento de recursos hídricos, e reciclagem de material.

Criar e instalar parques tecnológicos próximos dos centros de conhecimento para articulação da atividade produtiva e estímulo à inovação (complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico)

Marco regulatório–Regulamentação de condomínios industriais com parceria público-privada.

Modelo institucional–Articulação dos sindicatos empresariais da Fiec com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e formação de fórum setorial com representantes das universidades e centros de pesquisa.

Plano Estratégico de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

Fortaleza será reconhecida como uma cidade do conhecimento com destaque para o polo de tecnologia da informação, por meio da articulação de um ecossistema mais colaborativo integrando academia/indústrias/governo/sociedade, promovendo a inovação de empresas e a qualidade de vida das pessoas.

O plano de desenvolvimento do setor TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação em Fortaleza tem os seguintes objetivos:

- Consolidar o polo de TIC de Fortaleza na

rede global de cidades e de sistemas de informação e comunicação.

- Integrar o setor de TIC na estrutura produtiva da Cidade de modo a garantir sua contribuição para o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos de Fortaleza.

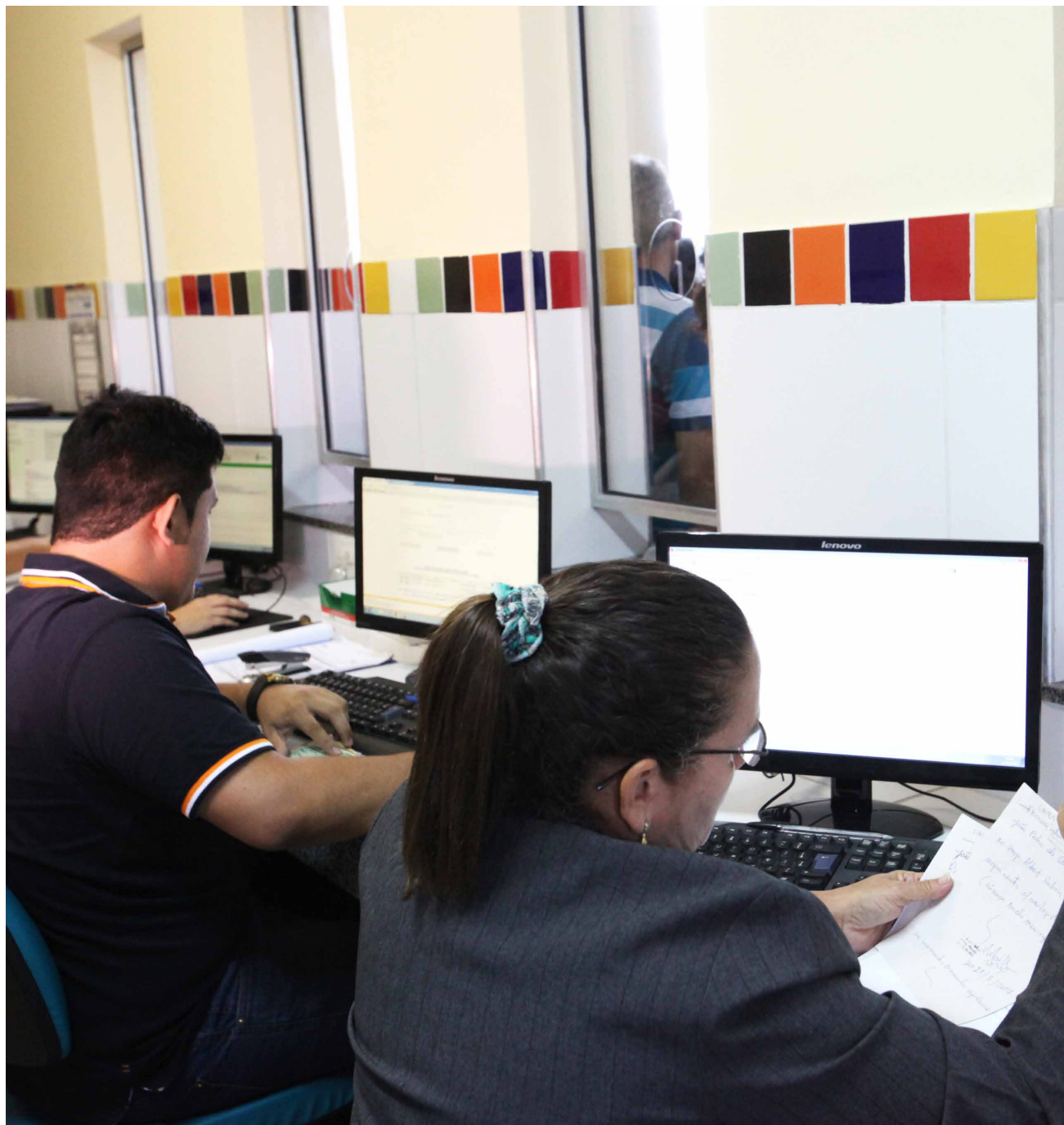
Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do plano de desenvolvimento de TIC, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

- Promover a formação, a fixação e a atração de capital humano nas áreas de TICs
- Estimular a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico em TICs

Marco regulatório – Para a viabilização das ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Construir ambiente de segurança tributária, pacificando a questão de que o imposto do setor é o ISS, e não o ICMS, em legislação comum com o Governo do Estado.
- Definir incentivos fiscais direcionados para formação e atração de capital humano, geração do conhecimento e inovação.
- Orientar compras municipais de TIC para empresas locais.

Modelo institucional – Fortalecimento do Fórum de TIC do município.



Plano Estratégico de Agricultura Urbana

A visão de futuro para este setor imagina a agricultura urbana é parte das atividades produtivas de Fortaleza orientada para a segurança alimentar e nutricional e utilizando os princípios da agroecologia com funções socioeconômicas e ambientais, distribuída no território, contribuindo para a inclusão social e a geração de renda e incorporando os valores culturais da promoção do consumo consciente e do respeito aos diferentes saberes.

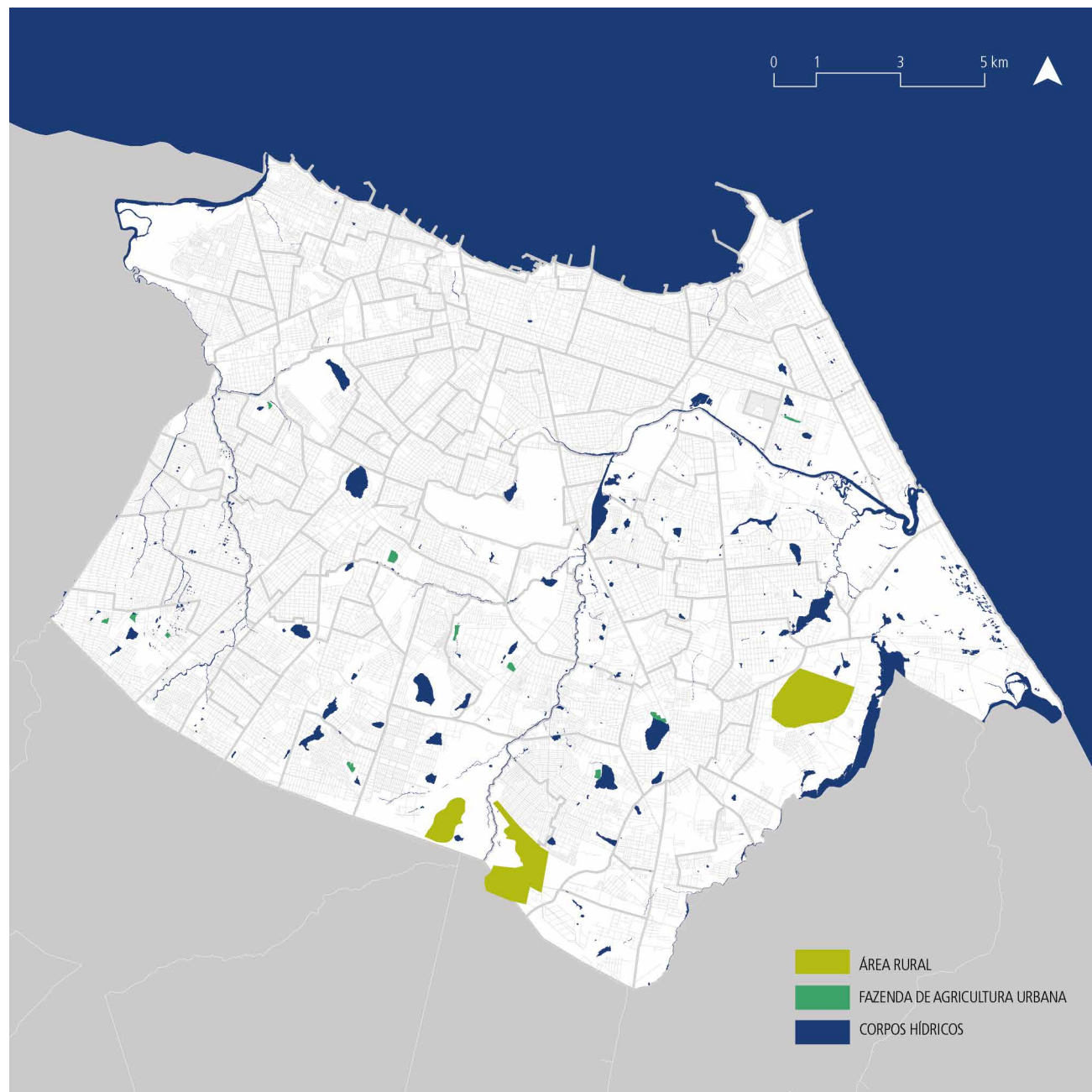
Metas de resultado

Até 2040, Fortaleza contará com seis fazendas urbanas cuja produção atenderá a 20% da demanda municipal de hortifrutigranjeiros.

Objetivos do plano

O plano de desenvolvimento da agricultura urbana em Fortaleza tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático, que supere a dicotomia campo-cidade e garanta o direito à função social da propriedade.
- Promover a agroecologia em espaços urbanos, contribuindo para o desenvolvimento de cidades produtivas, ecológicas e sustentáveis,



Proposição para áreas rurais e agricultura urbana - Fonte: elaboração própria

equipadas com sistemas próprios de produção de alimentos e outros produtos da sociobiodiversidade.

- Reforçar a transversalidade da agricultura urbana nas ações de interesse público por uma Fortaleza acolhedora, inclusiva e participativa.

- Fomentar atividades contínuas de educação com vistas à estruturação de sistemas justos e sustentáveis de produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis.

- Promover o esverdeamento da Cidade.
- Garantir o uso responsável dos recursos naturais.

Para construir a visão de futuro e realizar os objetivos do desenvolvimento da agricultura urbana, devem ser implementados os seguintes blocos de ação:

Promover a implantação das fazendas urbanas – estimular o agroempreendedorismo, construir mecanismos de logística, criar sistema de suprimento de insumos, mudas, sementes e equipamentos, organizar comercialização dos produtos, incentivar coleta seletiva de resíduos orgânicos próximos das Fazendas Urbanas, e instalar unidades de compostagem orgânica nas Fazendas Urbanas.

Capacitar e garantir assistência técnica à agricultura urbana – capacitar agricultores, oferecer assistência técnica para transferência de

tecnologia, além de promover e incentivar intercâmbios de experiências em agroecologia entre redes, organizações e movimentos.

Realizar educação ambiental e alimentar – promover educação ambiental com enfoque agroecológico voltados para a agricultura familiar, comunidades vulneráveis inseridas, ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, valorizando o intercâmbio entre o conhecimento e a cultura local e, a internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão, construir, aperfeiçoar e desenvolver mecanismos para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, bem como no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais.

Marco regulatório – Para a viabilização das ações propostas de modo a gerar os resultados esperados, devem ser criados os seguintes instrumentos legais e regulatórios:

- Elaborar os Marcos Regulatórios e Normativos do Instituto.
- Definir os parâmetros da Agricultura Urbana de Base Agroecológica.
- Alterar a Lei nº9443/2009, que institui a

Política Municipal de Agricultura Urbana.

- Incluir o Plano de Agricultura Urbana no Marcos Regulatórios Municipais.
- Integrar programas e projetos federais.
- Instituir linhas de crédito e financiamento.

Modelo institucional – O modelo institucional do plano da agricultura urbana deve se estruturar em um Conselho Consultivo Setorial para a Promoção da Agricultura Urbana apoiado por um Instituto Municipal de Agricultura Urbana Agroecológica a ser criado.

EIXO 6 - GOVERNANÇA MUNICIPAL UMA CIDADE COM PARTICIPAÇÃO

Um dos objetivos deste eixo é propor um sistema de governança que permita gerir e controlar o Plano 2040 tendo por objetivos promover a participação ampla da sociedade de forma compartilhada com o poder público na elaboração e acompanhamento das políticas públicas e ações interventivas, bem como o controle de ações que se originam na própria sociedade. Ainda, garantir equilíbrio das relações entre o poder público e a sociedade para o desenvolvimento social, econômico, urbano e ambiental da cidade, tendo as diretrizes do Plano Fortaleza 2040 como norte.

Objetivo 6.1 – Modelo de Acompanhamento e avaliação do Fortaleza 2040 instituído.

O Sistema de Governança da Cidade apresenta-se como um conjunto de instrumentos públicos conectados, fundamentado em princípios próprios, coordenado por entes específicos que têm a função de garantir a participação cidadã



e o controle social efetivo nas decisões sobre a cidade, propostas pelo Plano.

O sistema deve garantir a participação e o controle social: no monitoramento e avaliação de políticas públicas; no funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços; na eficácia e efetividade alocativa dos recursos públicos; na eficiência e compromisso dos servidores e do plano e do sistema de governança; na (re)formulação de políticas públicas e na construção da corresponsabilidade do cidadão na transformação da cidade.

A concepção para o sistema de governança do Plano Fortaleza 2040 deve observância aos seguintes referenciais:

Desenvolver a Governança Territorial:

As definições territoriais devem ser a base para a representação social no Plano, com a institucionalização de núcleos divididos de acordo com as características locais/regionais a partir do levantamento feito pelo Plano.

O responsável pelo acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 deverá estabelecer procedimentos de elaboração e atualização de mapeamento territorial descritivo, em que as áreas de vulnerabilidade urbana, social, ambiental e econômica recebam objetivo destaque, com descrições e indicativos suficientes para subsidiar as



decisões e ações interventivas da municipalidade, bem como o controle exercido pelos cidadãos. Diante disso, recomenda-se para garantir a governança com vistas a atender efetivamente as funções do sistema que tem por dever acompanhar as tomadas de decisões e as ações a serem implementadas:

- Fazer a delimitação territorial em áreas definidas pela municipalidade, garantindo a ampla participação dos territórios vulneráveis,

além de manter um mapeamento descritivo atualizado dos territórios, indicativos objetivos de avanços e retrocessos, com destaque para as áreas de vulnerabilidade urbana, social, ambiental e econômica.

- Definir um sistema próprio de participação social que respeite a territorialidade e suas singularidades, criando e (ou) aprimorando instâncias participativas territoriais que possam garantir diálogo envolvendo o poder público, a

gestão do Plano Fortaleza 2040, a sociedade e o Observatório da Cidade.

- Estabelecer formalmente, além dos instrumentos existentes, espaços de expressão, comunicação, diálogo e mediação, incluindo novas tecnologias disponíveis: as rádios comunitárias, os sites e aplicativos, a integração das representações territoriais em fóruns e comitês, os fóruns interterritoriais, os comitês de mediação devem ser criados para garantir consensos a partir de dissensos envolvendo questões territoriais, prestações de serviços públicos, conservação de equipamentos públicos e proteção ao meio ambiente, relacionamento entre o poder público e a população, dentre outros.

Ao tratar do relacionamento da municipalidade com o gestor do Plano Fortaleza 2040, faz-se necessária a criação de um grupo de trabalho que envolva servidores da Prefeitura e do ente gestor, com a função de receptor das informações oriundas do monitoramento do Plano e provocador das necessárias ações ou revisão de comandos, todos embasados em dados técnicos e políticos formais apresentados pelo Observatório da Cidade.

Desenvolver a Governança Institucional para o Funcionamento do Plano:

A estrutura institucional tem um papel preponderante em todo o sistema de governança,

já que a municipalidade necessita estar qualificada para garantir o relacionamento que se dará entre todos os atores envolvidos, tais sejam o ente gestor do Plano, o ente guardião e toda a sociedade - identificada pelos cidadãos e pela iniciativa privada propriamente dita -, além dos eventuais parceiros pactuantes, tais como Faculdades e Universidades, Institutos de Pesquisa, dentre outros.

Para isso, será necessário:

a) Situar a Gestão do Plano no Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor – Para garantir a governança efetiva do Plano Fortaleza 2040 é necessário definir o Iplanfor, institucionalmente, como administrador do Plano, implicando no fortalecimento do mesmo com a configuração de um quadro de servidores de carreira, seus deveres, direitos e responsabilidades, institucionalizando, por seguinte, o sistema de governança do Plano em questão.

Para executar a tarefa de administrar a condução do Plano, o Iplanfor deverá:

- Instituir um órgão interno que secretariará todas as ações relacionadas ao mesmo, permitindo dar suporte ao relacionamento da municipalidade com os cidadãos e a iniciativa privada, bem como com o guardião do Plano, a ser designado como Observatório da Cidade.

- Sediar uma comissão formada por servidores de carreira da Prefeitura, que estejam vinculados às ações temáticas abordadas no Plano Fortaleza 2040, bem como servidores do próprio Instituto, que represente o canal de comunicação e relacionamento da municipalidade com o Plano.

b) Estabelecer o controle social pelo Observatório da Cidade - O Observatório da Cidade deverá receber a tarefa de ser o ente guardião do Plano Fortaleza 2040, tendo papel preponderante no acompanhamento dos indicadores das políticas públicas que se remetam ao Plano e demais ações sobre a cidade que impactam diretamente nas metas identificadas no Plano Fortaleza 2040.

A estrutura organizacional do Observatório, descritas no item que trata dessa instância, bem como a definição de sua personalidade jurídica deverão ser formalizadas para que possam ser incorporadas como instâncias dialógicas do Plano Fortaleza 2040, que garantam a vigília, o controle, a participação social e o diálogo com o Iplanfor e o Município de Fortaleza.

c) Melhorar a capacidade da administração pública municipal - É necessário que ocorra a institucionalização do sistema de governança; congregando as ações e planos recomendados, bem como incorporando o sistema de participação social; privilegiando a questão territorial

como já sugerida -, para que se garanta o controle social com a descentralização das decisões públicas.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF necessita (re)estruturar e fortalecer, no seu ambiente administrativo, setor que recepcione o sistema de governança, definido a partir da governança territorial, institucional, de participação e controle social, e legal, para garantir o acompanhamento transparente das decisões e ações oriundas do Plano, bem como o eficaz diálogo com o Iplanfor e o Observatório da Cidade.

A PMF deve dar ênfase a programas sobre deliberação orçamentária - fortalecendo a cultura do debate no orçamento participativo - vinculados a periódicas reuniões no tocante às definições orçamentárias e financeiras, deveres públicos, compreensão dos custos relativos à manutenção de serviços e continuidade de ações a partir de políticas públicas, visando garantir transferência e, especialmente, eficácia alocativa dos recursos.

Para isso, deverão ser institucionalizados cursos de formação e qualificação dos agentes públicos, no sentido de fortalecer a administração pública em um processo que pode propiciar transformações da realidade institucional e promover o resgate e a valorização do papel do servidor público na direção do cumprimento

de sua função pública, dentro do contexto da burocracia e da administração pública deliberativa, como forma de enfrentar o contexto e as crescentes demandas sociais.

Exercitar a Governança na participação e controle social:

Propõe-se estabelecer uma política de participação social para o Plano Fortaleza 2040 relacionando o Iplanfor, a municipalidade e o Observatório da Cidade, por meio da sistematização dos instrumentos já existentes, garantindo controle dos processos decisórios, estabelecendo níveis de responsabilidades entre todos os envolvidos e, ainda, reconhecendo que, a partir dos territórios mapeados e monitorados são necessárias estratégias diferentes para garantir a participação e o controle social.

Para isso, deve ser criado formalmente um SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL a partir dos instrumentos já existentes, organizando-os de maneira a ser reconhecido por toda Administração Pública Municipal e pelos cidadãos, de forma transparente e compreensível, definindo, se necessário, direitos, deveres e prazos para resposta por parte da Administração Pública.

Esse sistema deverá estar assentado na manutenção de alianças, redes e pactos sociais considerando os territórios, seus interesses e ca-

racterísticas, incluindo iniciativa privada, municipalidade, gestor e guardião do Plano, ao lado dos cidadãos. As redes podem ser estabelecidas a partir de temáticas de políticas públicas já estabelecidas, tais como Criança e Adolescente, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Cidade, criando vínculos entre as diversas áreas e regiões da cidade, incluindo a Região Metropolitana de Fortaleza.

As alianças podem se dar em torno de assuntos extraordinários que necessitam de respostas urgentes a exemplo de programas de erradicação do mosquito que transmite a dengue e o zika vírus, relacionando agentes públicos e lideranças sociais e econômicas em um só processo.

Os pactos sociais, muito próximos da ideia de alianças, devem ser construídos no sentido de garantir permanência de ações que possam impedir o retrocesso de vulnerabilidade social, de segurança pública e ambiental, por exemplo. Eles serão adotados para solucionar ou reduzir os impactos causados pelo problema.

Também se faz necessário criar e fortalecer um sistema de acompanhamento e avaliação dos objetivos e das metas do Plano, por meio de comissões, fóruns e instâncias competentes, tendo por base, indicadores previamente definidos, especialmente os que aferem avanços e retrocessos. Tais instrumentos de monitora-



mentos periódicos podem estar vinculados ao Observatório da Cidade, tendo definição objetiva dos parâmetros de aferição e critérios, embasados em regulamento próprio amplamente acessível.

Deve ser criado e instituído um Sistema de Informação com canais de comunicação, expressão, diálogo e mediação que legitimem as decisões e ações no Plano por meio de rádios comunitárias, fóruns territoriais, comitês temáti-

cos com representatividade territorial, para estimular a cultura da governança no âmbito da sociedade.

Instituir a Governança legal:

A governança legal se trata, em síntese, da observância do artigo 37 da Constituição Federal - CF/1988, bem como das previsões constitucionais que estabelecem comportamentos para

os entes da federação no tocante à elaboração de políticas públicas, prestações de serviços e intervenções urbanas, que envolvam promoção e proteção de direitos, permitindo e reconhecendo a participação do cidadão como interlocutor e controlador de todos esses comportamentos públicos. A governança legal propõe que o sistema jurídico da Administração Pública Municipal de Fortaleza incorpore formalmente o Sistema de Governança do Plano, garantindo assim a observância dos seus objetivos, definidos em conjunto com a população, incluindo o Sistema de Participação e Controle Social, bem com o Sistema de Informação Pública.

Para que a governança legal se dê, é necessário que ocorra a regulamentação das instâncias de gestão, acompanhamento e controle do Plano, no Iplanfor, com definições objetivas sobre suas funções, incluindo a competência para participar dos planejamentos orçamentários intersetoriais; que se estabeleça a definição formal das funções do Observatório da Cidade; que ocorra a formalização e (ou) regulamentação do Sistema de Participação e Controle Social com a definição dos mecanismos que o compõem, unificando seus instrumentos para garantir-lhes efetividade e transparência;

Também se recomenda a criação formal de um programa de cursos periódicos, de



qualificação, para formação, conscientização e atualização dos agentes públicos e cidadãos e que seja feita uma revisão e posterior regulamentação do sistema estruturante e procedimental dos instrumentos de planejamento territorial e participação social para o desenvolvimento da cidade.

Objetivo 6.2 - Gestão pública participativa e eficiente

A proposta de desenvolvimento de uma gestão participativa estrutura-se através da criação, por lei, de uma política municipal que, entre outras deliberações, institua o Sistema Muni-

pal de Participação de Controle Social.

Para os efeitos desta Lei, participação e controle social deverá referir-se ao conjunto de instrumentos, processos democráticos e instâncias de participação criados para possibilitar o diálogo e o compartilhamento de decisões sobre programas e políticas públicas entre o governo municipal e a sociedade civil, por meio de suas organizações e movimentos sociais, ou diretamente pelo cidadão.

São propostos para esse Sistema os seguintes instrumentos da Política Municipal de Participação e Controle Social:

I - Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento e Gestão

Entende-se por Ciclo Participativo de Planejamento, Orçamento e Gestão as etapas previstas para a elaboração e monitoramento dos instrumentos legais de Planejamento Municipal, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual das quais participam os Conselhos de Políticas Públicas, os Conselhos Participativos Territoriais, os Agentes de Cidadania e a sociedade em geral, por meio de audiências públicas, assembleias, participação digital, atividades formativas em planejamento, orçamento, monitoramento e prestações de contas no território.

A indicação e definição de metas e resultados a serem previstos por Eixos Temáticos, assim

como os objetivos estratégicos que irão integrar o Plano Plurianual do Município serão discutidos e avaliados com a sociedade no âmbito territorial (regional), respeitando as diferenças e especificidades socioeconômicas, culturais e de acesso a infraestrutura existentes e irá resultar na Agenda Estratégica de cada Território.

Audiências públicas - são eventos participativos de caráter presencial, consultivos ou deliberativos, de acordo com sua convocação, abertos a qualquer interessado, que garante a possibilidade de manifestação oral dos participantes, sendo realizadas em momento definido de acordo com as necessidades de debate ou com a determinação legal sobre pontos específicos de uma determinada política pública.

Consultas públicas - são processos que visam sistematizar a opinião dos sujeitos sociais afetados e interessados em determinado tema, problema ou projeto, para subsidiar uma decisão governamental, promovendo a permeabilidade da política aos interesses dos cidadãos e cidadãs sobre determinado assunto.

Conferências Municipais - são processos periódicos de debates, formulação e avaliação de políticas públicas referentes a temas específicos, que visam ao diálogo e à cooperação institucional entre o poder público e a sociedade, garantindo a participação e o controle social na elaboração e gestão das políticas públicas.

Participação digital - As interfaces e ambientes digitais são mecanismos de interação social abertos ao cidadão, que utilizam tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre governo e sociedade na construção conjunta de políticas públicas.

Ouvidoria e Canais de Atendimento ao Cidadão

A ouvidoria - é instância pública recursiva de participação e controle social que assegura canais diretos aos cidadãos para o encaminhamento de sugestões, reclamações, denúncias e pedidos de informação, permitindo o aprimoramento e controle de qualidade dos serviços públicos prestados, dentre outros aspectos, devendo observar as diretrizes da Ouvidoria-Geral do Município.

Canais de atendimento ao cidadão - são interfaces entre os cidadãos e cidadãs e a Prefeitura. Executando a função de receber os pedidos dos serviços, as sugestões, as reclamações, as denúncias e os elogios dos e das munícipes e encaminhá-los aos órgãos responsáveis por seu atendimento, atuando como instrumento de participação social.

Mesas de Diálogos - são instâncias de debate e negociação de pactos para prevenção,

mediação e solução de conflitos sociais com a participação dos setores da sociedade civil e do governo, envolvidos com o tema, podendo ser propostas pelo governo municipal ou pela sociedade civil.

Encontros Comunitários - são instâncias de participação social promovidos pela administração municipal ou organizados por iniciativa das comunidades e bairros da cidade com a finalidade de escutar a população residente, receber as demandas locais e monitorar a execução dos serviços públicos no território.

O Sistema Municipal de Participação e Controle Social será a forma como a gestão municipal irá se organizar para garantir que participação da sociedade se efetive a partir de instâncias colegiadas nos níveis local, regional e municipal e que se reflita na correta implementação das políticas públicas nas etapas do planejamento, acompanhamento e avaliação.

Objetivos e Composição

São objetivos do Sistema Municipal de Participação e Controle Social:

- Coordenar as instâncias de participação e de controle social no contexto da gestão pública municipal em Fortaleza;
- Implementar a Política Municipal de Participação e Controle Social, garantindo o efetivo

funcionamento de seus instrumentos, instâncias colegiadas e de participação cidadã;

- Coordenar o Ciclo Participativo de Planejamento, Orçamento e Gestão do município de Fortaleza;

- Promover a articulação e a integração institucional entre as diferentes instâncias de participação e controle social existentes no âmbito municipal visando otimizar recursos humanos e financeiros e garantir uma atuação governamental em sintonia com as necessidades e aspirações de sua população.

Deverão integrar o Sistema Municipal de Participação e Controle Social:

O Conselho da Cidade de Fortaleza - instância participativa colegiada consultiva, vinculado diretamente ao Prefeito Municipal, criado por intermédio da Lei Municipal 10.232/14 e tem como finalidade assessorar o Chefe do Poder Executivo nas questões relativas à implementação do desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável da cidade de Fortaleza.

Órgão Gestor do Sistema de Participação e Controle Social - instituição municipal que tem como finalidade coordenar a implementação da Política Municipal de Participação e Controle Social. Deve contar com autonomia administrativa e financeira no desenvolvimento de suas atribuições e para garantir o pleno funciona-

mento de todas as instâncias de participação e controle social previstas.

A atuação do órgão gestor obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Municipal de Participação e Controle Social que será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Municipal de Participação e Controle Social.

Para estruturação do órgão gestor, deverão ser desenvolvidos estudos específicos sobre o melhor arranjo institucional possível, considerando-se as atribuições e competências a serem desenvolvidas.

O Conselho Municipal de Planejamento Participativo - órgão colegiado de caráter propositivo e participativo em questões relacionadas à elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Ciclo Participativo de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura do Município de Fortaleza. Legislação específica deverá tratar da adequação da composição do Conselho ao desempenho de suas competências e normas de funcionamento.

Os Conselhos Participativos Territoriais - instâncias colegiadas participativas de natureza propositiva, consultiva e fiscalizadora, vinculados às Secretarias Regionais com a finalidade de atuar no processo de desenvolvimento regional autônomo e autogerenciado pelo território e de incentivar

a participação ativa e positiva da sociedade na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Legislação específica deverá tratar da adequação da composição do Conselho ao desempenho de suas competências e normas de funcionamento e do aperfeiçoamento de critérios de representatividade para a eleição dos Agentes de Cidadania e Controle Social.

Os Agentes de Cidadania e Controle Social - representantes da população de cada território eleitos pelos moradores para exercer o direito de participar da elaboração e acompanhamento da Agenda Estratégica Territorial (Programa de Metas) do município e demais instrumentos de planejamento, assim como para exercer o controle social por meio da fiscalização das ações e dos gastos públicos e promover a mobilização e a participação cidadã na sua área de abrangência.

Visando garantir a ampla e justa representatividade dos diferentes segmentos sociais que compõem os territórios da cidade e o resgate do capital social acumulado nas mobilizações que contemplaram a participação popular nos processos de Planejamento da cidade realizados, a exemplo do Plano Fortaleza 2040, serão efetivados estudos para dar suporte a um conjunto de critérios que contribuam para aperfeiçoar o processo eletivo dos Agentes de Cidadania e Controle Social.



Os Conselhos Gestores de Equipamentos e Áreas Públicas Municipais - instâncias consultivas e/ou deliberativas que têm por finalidade o controle social e fomentar a participação no planejamento, gerenciamento, monitoramento e fiscalização das ações e recursos dos equipamentos, e/ou programas aos quais estão vinculados.

Os Conselhos Gestores de Equipamentos e Áreas Públicas Municipais deverão compor os Conselhos Participativos Territoriais visando contribuir para a gestão integrada das ações executadas no respectivo território a que pertencem.

Os Conselhos Gestores de Fundos Municipais - instâncias de caráter consultivo, responsáveis pela gestão orçamentária, contábil e financeira de fundo específico de determinada política pública, sua composição o funcionamento dos Conselhos Gestores de Fundos Municipais seguem as orientações da respectiva política pública as quais estão vinculados, observando-se os princípios e fundamentos explicitados na Política Municipal de Participação e Controle Social.

Os Conselhos Gestores de Fundos Municipais deverão participar do Fórum Interconse-

lhos visando contribuir para maior integração das diferentes políticas setoriais e temáticas em execução no município de Fortaleza.

Fórum Interconselhos de Políticas Públicas - espaço integrador dos debates desenvolvidos pelos Conselhos Municipais de Políticas Públicas Setoriais ou Temáticos e Conselhos de Fundos Municipais com a finalidade de deliberar, acompanhar e fiscalizar projetos e iniciativas intersetoriais que agreguem mais de uma política pública, coordenado pelo órgão gestor do Sistema Municipal de Participação e Controle Social.

Legislação específica deverá tratar da instituição do Fórum Interconselhos que será vinculado aos órgãos Gestores do Sistema Municipal de Participação e Controle Social.

Os Conselhos de Políticas Públicas - instâncias permanentes, instituídas legalmente, de caráter deliberativo ou consultivo que visam o diálogo entre a sociedade civil e o governo, destinadas a viabilizar a participação da sociedade civil no processo decisório e na gestão de políticas públicas.

O Conselho de Articulação para Integração da Região Metropolitana - instrumento da política de integração metropolitana e ferramenta de implantação do programa metropolitano de desenvolvimento sustentável preconizado pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza - Lei Complementar nº 062, de 02/02/2009, que indi-

ca como diretrizes para a política de integração metropolitana de Fortaleza:

Lei específica irá dispor sobre a efetivação do Conselho de Articulação para Integração da Região Metropolitana de Fortaleza.

Instâncias Auxiliares do Sistema Municipal de Participação e Controle Social

São instâncias auxiliares do Sistema Municipal de Participação e Controle Social a Controladoria e Ouvidoria Geral do Município e o Observatório da Cidade.

Controladoria e Ouvidoria Geral do Município é a instância responsável por planejar, acompanhar e orientar a execução das auditorias nos planos, programas, projetos e atividades que envolvam recursos públicos da administração municipal, com ênfase, na análise de sua aplicabilidade quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade.

A Coordenadoria de Transparência, que integra a estrutura da Controladoria e Ouvidoria Geral do Município é responsável por gerir o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Sistema Eletrônico e Presencial do Serviço de Informação ao Cidadão, assegurando o direito de acesso à informação, e por criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas a regular aplicação da Lei de Acesso à Informação

ao aperfeiçoamento da transparência.

O Observatório da Cidade é um espaço de construção de conhecimentos relevantes para a ação pública, a participação e o controle social das políticas públicas, pois monitora e analisa o conjunto de relações que se estabelecem na sociedade de forma analítica e qualitativa.

Para estruturação e institucionalização do Observatório da Cidade deverão ser desenvolvidos estudos específicos sobre o melhor arranjo institucional possível, considerando-se as atribuições e competências a serem desenvolvidas.

Objetivo 6.3 – Observatório da Cidade

O Observatório da Cidade será um espaço de construção de conhecimentos relevantes para a ação. Ele deverá facilitar o entendimento da cidade como um hub de relações complexas que vão além de suas fronteiras físicas ou administrativas.

Tem como características marcantes a produção de conhecimentos autônomos, a participação da sociedade civil, do poder público e do setor privado, a adaptação de seus métodos a cada interlocutor, situação e/ou objeto estudado e a inovação.

Terá como principais produtos:

Salas de Situação - Espaço físico e virtual no qual os interessados poderão inserir dados por eles coletados e realizar cruzamentos com informações de domínio público para melhor analisar seus questionamentos e projetos referentes ao desenvolvimento da cidade.

Estudos diagnósticos e prognósticos - Realização de estudos que retratem a situação atual de algum aspecto da cidade. Os estudos diagnósticos tornam-se subsídios também para análises prognósticas das intervenções sobre a cidade.

Monitoramento periódico de indicadores estratégicos da cidade - Alguns indicadores são fundamentais para a compreensão da realidade de uma cidade e merecem um acompanhamento constante: Produto Interno Bruto - PIB e Produto Interno Bruto - PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH Municipal, Coeficiente Gini etc. No entanto, no caso específico de Fortaleza, esses índices devem ser complementados com indicadores que melhor retratem a realidade local, alguns deles já previstos no Plano Fortaleza 2040. Por exemplo: índice de regularização fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, índice

de acidentes envolvendo motociclistas, índice de desmatamento em área de mananciais que abastecem a cidade, etc. Esses indicadores estratégicos devem ser claros, pertinentes e mensuráveis.

Formar servidores e cidadãos, qualificar a participação - O Observatório da Cidade deverá atender a demandas específicas de formação de servidores e cidadãos para a coleta, organização e cruzamento de dados.

Sua estrutura deverá ser composta por:

Conselho de Administração - Órgão colegiado de deliberação superior. Dentre suas principais atribuições previstas em lei estão a aprovação e o acompanhamento dos contratos de gestão e a aprovação de orçamento e programa de investimentos.

Diretoria executiva - Contratação: eleição pelo Conselho de Administração (conforme a lei das Organizações Sociais - OS) com atribuições voltadas a execução do orçamento e outras atividades administrativas.

Gerências:

Gerência de Estudos e Pesquisas - Define, junto com a diretoria, linhas de pesquisa e métodos apropriados para a busca de dados.

Ela identifica as partes interessadas da pesquisa, realiza coleta de dados quantitativos e/ou qualitativos, cruza os dados coletados com aqueles disponíveis na base da Sala de Situação e contribui para a análise dos resultados.

Gerência da Sala de Situação - A gerência é responsável pela busca por bases de dados para alimentar a Sala de Situação e também realiza o cruzamento e extração de dados relevantes para análise dos objetivos estratégicos do Observatório da Cidade de forma geral e do Plano Fortaleza 2040 em particular.

Gerência de Publicações - A Gerência de Publicações é responsável pela promoção de eventos e publicações, nas mídias mais relevantes (vídeo, panfleto, livro, caderno etc.), de conteúdos que deem visibilidade à ação do Observatório da Cidade.

Captação de recursos - A Gerência de Captação de Recursos é responsável pela inscrição do Observatório em prêmios, licitações e demais ações de captação de recursos (subvenções, concursos, doações etc.) para a manutenção de seus projetos.

Conselho Fortaleza 2040 - Trata-se de um conselho consultivo ad hoc, com o objetivo específico de salvaguarda do Plano Fortaleza 2040.

Reunindo-se ordinariamente duas vezes ao ano, caberá ao Conselho, com apoio da equipe técnica do Observatório, acompanhar os indicadores das políticas públicas que se remetam ao Plano Fortaleza 2040 e demais ações sobre a cidade que impactam diretamente nas metas identificadas no Plano. O Conselho Fortaleza 2040 é consultivo e deve emitir relatórios qualitativos anuais acerca do acompanhamento da execução do Plano.

Assessoria em relações institucionais e mobilização social - Caberá à assessoria estabelecer a articulação entre as orientações do Conselho do Plano Fortaleza 2040 e os órgãos executores das políticas previstas no Plano notadamente o Instituto de Planejamento de Fortaleza. Em conformidade com os princípios que regem o Plano Fortaleza 2040, caberá também à Assessoria de Relações Institucionais e Mobilização Social garantir a participação e representatividade dos diversos segmentos que compõem o Conselho do Plano Fortaleza 2040.

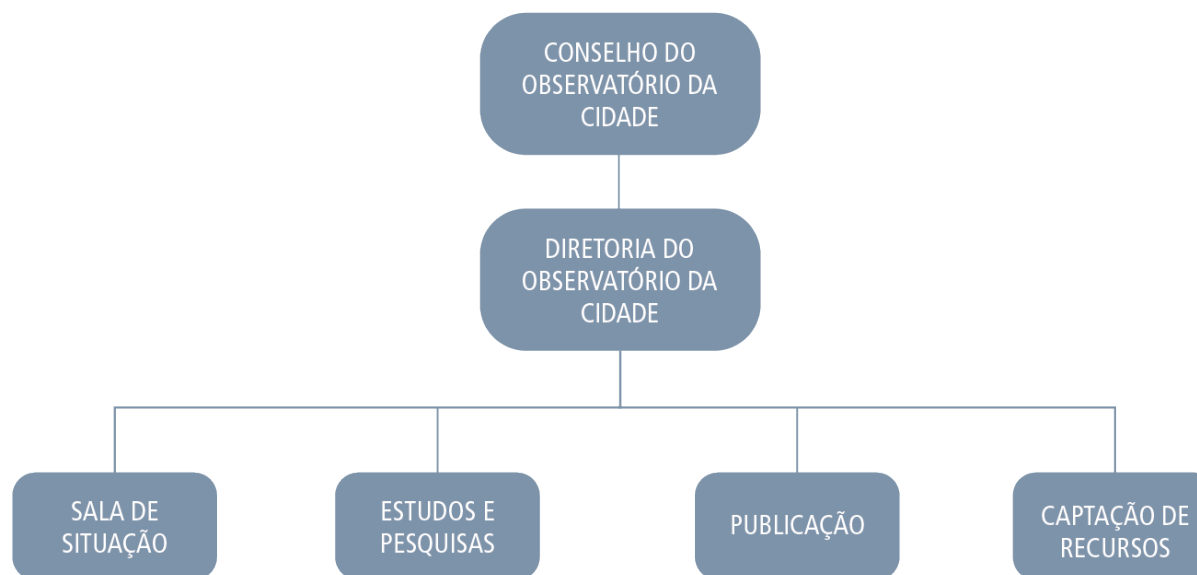
Enquadramento jurídico - Propõe-se a figura jurídica da Organização Social - OS. Regulamentada pela lei 9.637 de 15 de Maio de 1998. As OS são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. A escolha dessa figura jurídica para o Observatório da Cidade

justifica-se pela possibilidade de estabelecer, se cumpridas as exigências legais, um Contrato de Gestão com o poder público que permita ao Observatório gerir tanto as atividades quanto os recursos repassados pelo Poder Público.

Plano de transição

Incubação pela Prefeitura - O Observatório da Cidade será mantido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza durante o período de no máximo três anos observados os princípios de isonomia, legalidade, cientificidade, publicidade e economicidade. Após este período, o Observatório deverá arcar com suas despesas de funcionamento por meio de atividades de captação de recursos.

Mutação jurídica - Após o prazo de três anos sob incubação da Prefeitura, o Observatório da Cidade poderá se tornar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Osci.



Organograma do Observatório da Cidade - Fonte: Elaboração própria



COLABORADORES

COORDENAÇÃO GERAL

Eudoro Santana
Lia Parente

EQUIPE DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - IPLANFOR

Diretoria de Planejamento (DIPLA) - Lia Parente

Gerência de Planejamento Estratégico (GEPLA) - Magda Helena Maia
Gerência de Plano Setoriais e Regionais (GESER) - Melania Gaspar

Antonio Filho
Daniela Nogueira
Eduardo Aparicio Bezerra e Silva
Francisco Carlos Bezerra e Silva
João Paulo Almeida Costa
Mandy Melo Bocadio
Mariana Quezado Costa Lima
Rachel Dourado
Rebecca Fontes

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

PLANO MESTRE URBANÍSTICO

FAUSTO NILO COSTA JÚNIOR – ARQUITETO E URBANISTA / COORDENAÇÃO GERAL

Pedro Esdras Figueiredo Guimarães – Arquiteto e Urbanista / Coordenação Geral Adjunta
Bruno Barros Leal de Carvalho Ferreira – Engenheiro Civil

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – ARQUITETO E URBANISTA / COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Alexander de Souza Laranjeira – Arquiteto e Urbanista / Coordenação Operacional Adjunta

Janaína Braga Pontes Cordeiro – Arquiteta e Urbanista
Tamirys Soares Sena – Arquiteta e Urbanista
Ana Paula Alencar Martins Barbosa – Arquiteta e Urbanista
Simone Lopes Soares – Arquiteta e Urbanista

DELBERG PONCE DE LEON – ARQUITETO E URBANISTA / COORDENAÇÃO DE URBANISMO

Rodrigo Ponce de Leon – Arquiteto e Urbanista / Coordenação de Urbanismo Adjunta
Sabrina Cavalcante Pinheiro – Arquiteta e Urbanista

FRANCISCO SULIANO MESQUITA PAULA – ENGENHEIRO CIVIL / COORDENAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA

Francisco Queiroz Damasceno Neto – Engenheiro Civil / Coordenação de Mobilidade Urbana Adjunta
Bruno Vieira Bertoncini – Engenheiro Civil
Flávio José Craveiro Cunto – Engenheiro Civil
Francelino Franco Leite de Matos Sousa – Engenheiro Civil

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO (NÍVEL MÉDIO)

Isabelly de Souza Campos – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo
Camile de Miranda Dino – Estagiária de Engenharia Civil
Paula Edite Câmara – Estagiária de Engenharia Civil
Larissa Teixeira da Costa – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo
Ítalo Fernandes de Souza – Estagiário de Arquitetura e Urbanismo
Paulo Renato Gomes Monteiro – Estagiário de Arquitetura e Urbanismo
Francisco Edilson Alves de Oliveira – Cadista
Waldeson de Araújo Lima – Digitador

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF)

Airton Ibiapina Montenegro Júnior – Arquiteto e Urbanista
CONSULTORES ESPECIAIS



Ricardo Henrique Murtori de Menezes – Arquiteto e Urbanista
Igor Rangel Frota – Analista de Sistemas

PLANO ECONÔMICO E SOCIAL

Sergio José Cavalcanti Buarque
Roberto Smith
Raimundo Eduardo Silveira Fontenele

COORDENAÇÕES E CONSULTORIAS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Atualização do PLHIS

Rachel Dourado
Daniel Gonçalves Rodrigues
Mariana Quezado Costa Lima

Mulher

Monica Barroso
Marcia Aires

LGBT

Jorge Pinheiro
Lucia Paulino

Igualdade Racial

Cristiano Pereira (Nick)

Pessoa com Deficiência

Ana Beatriz Praxedes

Idoso

Coronel Sérgio Gomes Cavalcante

Assistência Social

Enilce Vieira

Juventude

Geysa Viana
Edvard Neto

Segurança Cidadã

Jonas Gonçalves Roberto Nascimento
Roberto Nascimento
Cesar Barreira

Saúde

Carlos Regius da Silva Moreira
Manoel Dias da Fonseca
Vauldelice Mota

Esporte e Lazer

Antonio Campelo Costa
Adriano Cesar Carneiro Loureiro

Criança e Adolescente

Tania Gurgel
Rosane Marques

Educação

Lindalva Pereira do Carmo

Desenvolvimento Tecnológico

Mario Gurjão
Almir Bittencourt

Cultura

Elisa Gunther

Magela Lima
Nildes Ferreira

Meio Ambiente

Magda Helena Maia
Augusto Matheus Vinícios Sales

Segurança Hídrica

Antonio Treze
Marcilio Caetano
Francisco de Assis Sousa Filho

Energia

Expedito Jose de Sá Parente Junior

Serviços Avançados

Frederico Jorge Barbosa Acário

Economia do Mar

Juliana Rabelo
Guilherme Paiva Pinto

Economia Criativa

Claudia Leitão
Raquel Gondim

Turismo

Pedro Fonseca
Luiza Neide Coriolano
Laura Mary Marques Fernandes

Construção Civil

Clausens Duarte

Agricultura Urbana

Eduardo Barbosa
Cinthya França

Governança Municipal

Luiza Perdigão
Aparecida Façanha
Rosana Garjulli
Maíra Landulpho

Lígia Melo

Inclusão Produtiva

Joana Nogueira

PARTICIPANTES NAS REUNIÕES TERRITORIAIS

(Articuladores, Coordenadores, Relatores e Instituições Participantes)

REGIONAL I

Articuladores Regionais

Hercília Gouveia
Luiz Carlos Silva
Perpetua Socorro Amorim Ribeiro
Sergio Luiz Faustino dos Santos

Barra do Ceará

Fase 1 – Coordenador: Sebastião da Silveira Veras (Dedé Bahia)

Relator: Valdecir Paiva

Fase 2 - Coordenadora: Marlene Sampaio

Relatora: Fátima Maria Alves de Lima

Associação C. S. Francisco

Santiago da Barra Liga Esportiva

LegoLiga de Esporte

Ass. Projeto e Família

Ass. Mor. Res. Hermes Pereira

Pastoral da Idosa

Ass. Dos M. do Cristo

Comunidade Dona I

Rua Santa Maria Gorete

Carlito Pamplona

Fase 1 – Coordenador: Roberval Nascimento Mendes

Relatora: Marla Rachel

Fase 2 - Coordenador: Roberval Nascimento Mendes

Farias Brito e Monte Castelo

Fase 1 – Coordenadora: Conceição Oliveira

Fase 2 - Coordenadora: Maria Conceição de Souza Oliveira

Relatora: Conceição Reis

Projeto Reintegração Social e Cultural Espaço Livre (PRESCEL)

Conselho Local de Saúde Paulo de Melo Machado

Comunidade Sagrada Família

ACCE

Moradores do Bairro e adjacência

Jacarecanga

Fase 1 – Coordenadora: Maria Leila Aragão

Relatora: Érica Bezerra

Fase 2 - Coordenador: Ricardo Soares da Silva

Relatora: Anderlene Érica Bezerra da Rocha

Conselho Local do CAPS Geral SER I

Força Urbana

Associação dos Moradores do Tyrol

ACEPA

Liderança Comunitária e Moradores do Bairro Jacarecanga.

Jardim Iracema

Fase 1 – Coordenadora: Francisco Alonso P. Lima

Relator: Prof. Lucimar de Souza Rocha Fernandes

Fase 2 - Coordenadora: Cristina França

Reladoras: Francisca Lucia Barroso/ Regina Pinheiro

União dos Moradores do Jardim Iracema – UMJIR

Associação Pequeno Mundo Jardim Iracema

Associação Capoeira Nova Geração – Jardim Iracema

Projeto Criança Feliz Jardim Iracema

Comunidades Eclesiais de Base – Jardim Iracema

Bairro Ellery

Fase 2 - Coordenadora: Lúcia Silva

Relatoria: Wesley Sacramento e Giovanna Lyssa Carvalho dos Santos

Associação do Bairro Ellery

Escola Municipal Professor Martins de Aguiar

GEAP (Grupo de estudo e atuação política).

Posto de Saúde Paulo de Melo Machado

Vila Velha

Fase 1 – Coordenadora: Lúcia Maria da Silva

Fase 2 - Coordenador: Vicente de Araújo Pinheiro

Aline Dayana Rodrigues

Marcos de Carvalho Sousa

Maria Elisete Garcês Tavares

Antônio Cláudio de Oliveira

Marcia Regina Sousa Lopes

Cláudia Frankin da Silva

Escola Municipal Herondina Lima Cavalcante

Comunidade

REGIONAL II

Articuladores Regionais

Silvana Ponte

Gilberto Carlos Silva

Aldeota

Fase 1 – Coordenador: José Otávio Braga

Bairro de Lourdes

Fase 1 – Coordenador: Pedro Castelo Branco Júnior

Fase 2 - Coordenador: João Guilherme A. Hermans

Associação dos Moradores do Bairro de Lourdes – AMBD

Cais do Porto (Serviluz)

Fase 1 – Coordenadora: Kariny Achilles Vasconcelos

Fase 2 - Coordenadora: Kariny Achilles Vasconcelos

Comunidade do Serviluz

Associação Moradores do Farol do Mucuripe -ASMOFAM

Associação dos Moradores do Serviluz (AMS)

Cidade 2000

Fase 1 – Coordenador: Gerson Almeida Silveira Filho

Cocó

Fase 2 - Coordenador: Celso Santana de Liz

ASSOCIAMIGOS

Dionísio Torres

Fase 2 - Coordenador: Renato Pedrosa

Moradores do bairro

Engenheiros Luciano Cavalcante

Fase 1 – Coordenador: Jairo Girão Machado

Fase 2 - Coordenador: Jairo Girão Machado

Escola Luís Costa

Posto de Saúde Arthur de Carvalho

Conselho Comunitário do Bairro Luciano Cavalcante

Joaquim Távora

Fase 1 – Coordenador: Milton Sales

Fase 2 - Coordenador: Milton Sales

Manoel Dias Branco

Fase 1 – Coordenadoria: Escola Municipal Maria Odnira Cruz

Relator: Cruz Moreira

Meireles/Praia de Iracema

Fase 1 – Coordenadoria: Pedro Carlos da Fonseca

Relatora: Edneida Spinoza

Mucuripe e Varjota

Fase 1 – Coordenador: Carlos Alberto da Silva Melo

Relatora: Ramona Yula balaio Siqueira

Fase 2 - Coordenador: Carlos Alberto Silva Melo

Relatora: Ramona Yula Balaio Siqueira

Reviver Controle Social

Conselho Local de Saúde

Papicu

Fase 1 – Coordenador: Flavio Arcanjo

Praia de Iracema

Fase 2 - Coordenador: Maurício Silva

Associação Cearense dos Locadores de Equipamentos Esportivos e Recreativos – ACELEERE

Praia do Futuro II

Fase 1 – Coordenador: Francisco Carlos

Relatora: Nathália Moraes

Fase 2 - Movimento de Base Popular

Comunidade Humaitá e Morro do Caça e Pesca

Comunidade Embratel

São João do Tauape

Fase 1 – Coordenador: Prof. José Hilton de Castro

Relatores: Prof. Márcio, Prof. Silvio Carlos

Fase 2 - Coordenador: Prof. José Hilton de Castro

CCDS Tauape

Vicente Pinzón – Praia do Futuro I

Fase 1 – Coordenadora: Eliane de Lima Alves

Relatora: Dia

REGIONAL III

Articuladores Regionais

Maria Luiza de O. Sena

Amadeu Furtado

Fase 1 – Coordenadora: Maria Luiza Oliveira Sena

Fase 2 - Coordenadora: Keila Fonseca Guimarães.

Moradores

Antônio Bezerra

Fase 1 – Coordenador: Rooselvet Regis de Sousa Feitosa

Relator: Afonso Andrade

Autran Nunes

Fase 1 – Coordenadora: Eliana de Sousa Feitosa

Relatora: Rosângela Maria Castelo Viana

Bela Vista

Fase 1 – Coordenadora: Wlândia Maria Malveira Franco

Relator: Jorge Henrique Queiroz Reinaldo

Fase 2 - Coordenador: Marcos José Alves Freitas.

Relatora: Izabel Cristina de Andrade

Associação do Grande Demócrito Rocha (ADR)

Bom Sucesso

Fase 1 – Coordenadores: Beto Silva, Rebeca Alves e Keila Denise

Henrique Jorge

Fase 1 – Coordenadora: Maria Valdenice Pinto Lima (Nega)

Relatora: Maria do Socorro B. de Carvalho

Fase 2 - Coordenadora: Maria Valdenice Pinto Lima

Francisca de Lima

Relatora: Diretora Socorro Carvalho

Escola Municipal Santa Maria

João XXIII

Fase 1 – Coordenadora: Ana Lucia de Oliveira

Relatora: Maria de Fátima

Fase 2 - Coordenadores: Ana Lúcia Oliveira

Prof. Gerônimo de Sousa Coelho.

Sociedade civil

Igreja

Posto de saúde

Comunidade

Jóquei Clube

Fase 1 – Coordenadores: Rafael Passos Costa e Antônio Maria do Socorro

Relator: Charles Carneiro Cordeiro

Padre Andrade

Fase 1 – Coordenadoras: Jô Bezerra e Heliane Coêlho

Fase 2 - Coordenador: João Gabriel Teixeira da Costa

Associação Cultural Nossa Senhora de Fátima

Parque Araxá

Fase 1 – Coordenadora: Maria Luiza Oliveira Sena

Relator: Rogério Pinto de Castro

Parquelândia

Fase 1 – Coordenadora: Maria Luiza Oliveira Sena

Pici

Fase 1 – Coordenador: José Euclides da Silva

Relator: Matheus da Silva Pires



Fase 2 - Coordenadora: Valéria Alves Machado Penha
 Relatores: Valéria Machado e Marcos Aguiar
 Francisca Berenice Alves
 Associação dos Moradores do Parque Universitário

Presidente Kennedy

Fase 1 – Coordenador: Francisco José Dias da Silva (Deda)
 Relatora: Alilian Gradela
 Fase 2 - Coordenador: Sr. Nabor Brasil
 Sra. Márcia Maria Bezerra
 Associação dos Moradores Cajueiro da Velhas
 Projeto Comunitário Sorriso da Criança

Quintino Cunha

Fase 1 – Coordenadora: Maria Celina de Sousa
 Relator: Edmilson
 Fase 2 – Coordenadora: Maria Celina de Sousa
 Claudia Mara
 Regina Oliveira
 Valesca Braga
 Antônio Edemilson

Francisca Maria Ladislau
 Tarcizio Brito de Oliveira
 Maria Francilene de Oliveira Moreira
 EM Jose Carlos Ribeiro
 Conselho Comunitário
 Conselho de Saúde (UBS George Benevides)
 Associação comunitária do Sossego
 Comunidade Santa Edwiges
 Comunidade do São Francisco

Rodolfo Teófilo

Fase 1 – Coordenador: José Antônio Brasilino (Liga Esportiva)
 Reladoras: Sandra Teles e Elizabeth Aprigio
 Fase 2 - Coordenadoras: Luiza Sampaio/ Mazé
 Comunidade

REGIONAL IV

Articuladores Regionais

Antonia Alves Pinheiro
 Maria Andrade Leite

Aeroporto

Fase 2 - Coordenadores: Rodrigo Barbosa Lima
 Cyra Nara Francisca Araújo
 Centro Comunitário Padre Cícero

Bairro de Fátima

Fase 1 – Coordenadores: Lúcia de Fátima/ Paulo Remício Neto/ Weudo Jorge Queiroz (ASSOPRI)
 Fase 2 - Coordenadores: Weudo Jorge Queiroz
 Francisco Jonuir Santos
 Luiz Nazareno Magalhães da Silva
 Raquel Aparecida Rebouças Queiroz
 Centro Social N. Senhora das Graças
 Associação dos Moradores Aldacir Barbosa

Benfica

Fase 1 – Coordenadora: Herbênia Gurgel
 Fase 2 - Coordenadoras: Herbênia Gurgel e Luiza Torres
 Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira

Bom Futuro

Fase 2 - Coordenadora: Fernanda Aliny,
 Barrozo e Celso
 Comunidade

Couto Fernandes

Fase 1 – Coordenadora: Rita Alves
 Relator: Lima Júnior
 Fase 2 - Coordenador: José Rogério Feitosa do Carmo
 Comunidade

Damas

Fase 1 – Coordenadora: Maria Vilani Barroso Celson
 Relatora: Maria Aila Uchôa de Sousa
 Fase 2 - Coordenadora: Larissa de Almeida Morais
 SCFV do Cras Couto Fernandes

Demócrito Rocha

Fase 1 – Coordenador: Antônio José de Araújo
 Relator: Raimundo Cunha Filho
 Fase 2 - Coordenador: Raimundo Cunha Filho
 Associação Demócrito Rocha

Dendê

Fase 1 – Coordenador: Oliveira Júnior
 Relator: Cleysson
 Fase 2 - Coordenadores: Oliveira Junior, AntoniaAdenilde e Paulo Ricardo
 Igreja Católica Santa Clara

Itaperi

Fase 1 – Coordenadora: Nágela Lima Rabelo
Fase 2 - Coordenadoras: Nágela Lima Rabelo
DaniseVisgueira de Sousa
CEI Padre Zanella

Itaóca

Fase 1 – Coordenador: José Ribamar de Almeida (Binha)
Fase 2 - Coordenadores: Francisca Barbosa Pinheiro
José Ribamar de Almeida (Binha)
Comunidade

Jardim América

Fase 1 – Coordenadora: Maria Elizangela Ferreira de Oliveira
Relator: José Ribamar do Vale
Fase 2 - Coordenadoras: Regina Nascimento, Rosângela Fernandes e Helena Rocha
Associação Cearense de Diabéticos e Hipertensos – ACEDH

José Bonifácio

Fase 1 – Coordenador: José Melo Albuquerque
Fase 2 - Coordenadoras: Maria Gorett Franklin Maracaba
Maria Elzimar Holanda
Capela n. Senhora Medianeira de todas as Graças

Montese

Fase 1 – Coordenadora: Fernanda Aliny
Relator: Antônio Gonçalves Silva Neto
Fase 2 - Coordenadores: Cezar Peres de Souza e Antônio Gonçalves Neto
Igreja Nossa Senhora Aparecida

Panamericano

Fase 1 – Coordenadora: Maria Clara dos Santos Costa (Preta)
Fase 2 - Coordenadores: Paulo Marcelo Silva Freire
Associação Comunitária Tempo de Vencer
Escola de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Alves

Parangaba

Fase 1 – Coordenadoras: Tânia Maria dos Santos e Francisca Alves Menescal
Relator: Assis da Silva
Fase 2 - Coordenadores: Francisca Alves Menescal e Francisco de Assis da Silva
AVHSJ
Casa Paroquial

Parreão

Fase 2 - Coordenador: Ronaldo Freire de Sousa Reis
Comunidade

Serrinha

Fase 1 – Coordenador: Ademar da Silva Rodrigues
Relator: Jorge Sousa
Fase 2 - Coordenador: Ademar da Silva Rodrigues
Associação dos Moradores do bairro da Serrinha – AMORBASE

Vila Pery

Fase 1 – Coordenador: Dr. Francisco Gibério Mavignier
Relator: Sr. João Maravilha
Fase 2 - Coordenador: Francisco Mavinier
Espaço Sociocultural da Vila Peri

Vila União

Fase 1 – Coordenadora: Dilce Nicolau de Almeida
Relatora: Maria José de Andrade Lima
Fase 2 - Coordenadores: Maria José de Andrade Lima e Rosélia Rogério Alexandre da Costa

REGIONAL V

Articuladores Regionais

Silvana Garcia A. Lima

Bom Jardim

Fase 1 – Coordenadores: Maria Zuleide de Paica Freitas/ Franciana/ DayliaRayane
Relator: Antônio Carlos Sousa de Paula
Fase 2 - Coordenador: Adriano Paulino de Almeida
Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim

Canindezinho

Fase 1 – Coordenadora: Regina Maria da Silva Severino
Relator: Josué Sabino Alves
Fase 2 - Coordenador: Adriano Paulino de Almeida
Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim

Conjunto Ceará

Fase 1 – Coordenadores: Isabel Maria/ Antônio Ivanildo
Relatores: Carlos Eduardo/ Francisco Antônio Camelo

Conjunto José Walter

Fase 1 – Coordenador: Antônio Rodrigues Félix (Totó)
Relatora: Maria Leiliane

Genibaú

Fase 1 – Coordenador: Adomiro Jr. Gomes
Relatora: Maria Aila

Granja Lisboa

Fase 2 - Coordenador: Adriano Paulino de Almeida
Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim

Granja Portugal

Fase 1 – Coordenadora: Regina Lúcia Maia da Silva
Fase 2 - Coordenador: Adriano Paulino de Almeida
Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim

Siqueira

Fase 2 - Coordenador: Adriano Paulino de Almeida
Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim

Mondubim

Fase 2 - Coordenador: Francilio Gomes Souto
Relator: João Eudes
Associação DAVE

Planalto Ayrton Senna

Fase 1 – Coordenador: Francisco José Borges
Relatora: Maria Guerra de Sousa
Fase 2 - Coordenador: José Borges
Relatora: Sônia Guerra de Sousa
Associação de Mulheres
CUFA
Movimento Estudantil
Pastoral da Criança
Grupo Mãos Solidárias
Igreja Evangélica
Igreja Católica

Parque Presidente Vargas

Fase 1 – Coordenador: Pedro Uchoa Lima
Fase 2 - Coordenador: Pedro Uchoa Lima
Projeto de Ação Comunitária do Parque Presidente Vargas

REGIONAL VI

Articuladores Regionais

Juliana Carvalho

Aerolândia e Alto da Balança

Fase 1 – Coordenador: Francisco Paulo de Almeida (Motoca)
Relator: Adriano Paulino de Almeida
Fase 2 - Coordenadores: Adriano Paulino de Almeida
Francisco Paulo de Almeida
CLS/UAPS César Cals de Oliveira
AGESA / Inst. Motoca

Ancuri/Santa Fé

Coordenadora: Adriana Maria Silva Vanderlei
Relator: Domingos Paiva

Barroso

Fase 1 - Coordenador: Leonardo Alves Ferreira
Relator: Neudiane A. Tavares

Cajazeiras

Fase 1 – Coordenador: Alexandre Mafra
Relator: Robison Saboia

Cambeba

Fase 2 - Coordenador: Domingos Paiva Pereira
Unilago União dos Moradores do Lago Jacarey

Coaçu

Fase 1 – Coordenadora: Maria das Candeias Cunha Lima
Relator: Rômulo Lemos

Conjunto Palmeiras

Fase 1 – Coordenadora: Maria Iris Calixto do Nascimento
Relatora: Germana Gomes Verçosa
Fase 2 - Coordenadora: Germana Gomes Verçosa
Relatora: Brenna Gomes da Rocha
Grupo de Idosos do CRAS Conjunto Palmeiras

Conjunto São Bernardo

Fase 2 - Coordenador: Valdi José da Costa
Relatora: Maria Terezinha de Medeiros Rosa
Associação dos Moradores do Conjunto São Bernardo

Conjunto Sítio São João

Fase 1 – Coordenadora: Lina Gomes – Associação Comunitária Sítio São João

Dias Macedo

Fase 2 - Coordenadora: Mozarina Lima Batalha
Comunidade

Gereberaba

Coordenadora: Maria Marta da Cruz Silva

Jangurussu

Maria Tomásia/ Santa Filomena/ São Cristóvão –
Fase 1 - Coordenadora: Albaniza Dantas
Relator: Claudomiro Ferreira Silva

Alto São João

Fase 1 - Coordenadora: Lina Gomes
Relatora: Aline

Patativa

Fase 1 – Coordenador: João Evangelista de Sousa

Lagoa Redonda

Fase 2 - Coordenadora: Lúcia Maria Cardoso de Sousa
Lima

Messejana

Fase 1 – Coordenador: Poeta Edmar Freitas
Relator: Felipe Neto

Parque Iracema/ São Bernardo

Fase 1 - Coordenador: Valdir
Relator: Claudio Barbosa

Passaré e Dias Macêdo

Fase 1 – Coordenadores: Riacho Doce (Elite) – Jardim Castelão (Mauro Pessoa) – Barroso (Francisca) – Castelão/Passaré (Padre Luciano e Ana Paula Gonçalves dos Santos)
Fase 2 - Coordenadora: Ana Paula Gonçalves dos Santos
E.M. Paulo Sérgio de Sousa Lira
Fórum de Desenvolvimento Social Sul – Paróquia de São Francisco – Dias Macedo
Associação dos Moradores do Martim Soares Moreno - Dias Macedo
Área Pastoral (Igreja São José)

Paupina

Fase 1 – Coordenador: Iran Maciel Moura
Relator: Wilker Coelho de Sousa
Fase 2 - Coordenador: Iran Maciel Moura
Relator: Wilker Coelho de Sousa
Associação Comunitária Estrela Guia

São Bento (parte da Paupina)

Fase 1 – Coordenador: Márcio Cleiton
Relatora: Dona Elieuzza
Fase 2 - Coordenadores: Professor Márcio Raimundo Júnior
Iran

Sapiranga/ Coité

Fase 1 – Coordenador: Antonio César Gomes da Silva
Relatora: Samarina
Fase 2 - Coordenadora: Evelynne Tabosa
Associação dos Moradores da Sapiranga

CENTRO

Articuladora Regional

Kelly Chayb
Thereza Neuman de Freitas

Fase 2 - Coordenador: Professor Fernando Xavier- Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL
Coordenadora: Clélia Monastério - Estácio FIC
Coordenador: Ernandes Oliveira – CRECI - CE
Coordenadora: Selma Santiago - Teatro José de Alencar
Coordenador: Paulo Probo – AGIR
Coordenador: Antônio Araújo – APECE
Coordenador: Alexandre Gonçalves – UECE Quixadá







**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza

VISÃO

FORTALEZA DE OPORTUNIDADES, MAIS JUSTA,
BEM CUIDADA E ACOLHEDORA.

MISSÃO

PROMOVER O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO COM
SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, DE FORMA
ÉTICA, PARTICIPATIVA E HUMANA.

VALORES

Justiça

TRANSPARÊNCIA, COMPARTILHAMENTO E EQUIDADE
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Cuidado

ZELO PELA COISA PÚBLICA COM HONESTIDADE E
DEDICAÇÃO.

Acolhimento

RESPEITO, SOLIDARIEDADE E VALORIZAÇÃO DAS
PESSOAS.

Comprometimento

PRONTIDÃO, COMPROMISSO COM A CIDADANIA E
EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS.



**Prefeitura de
Fortaleza**